



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais  
Assessoria de Assuntos Parlamentares

OFÍCIO Nº 9625/2020/ASPAR/AEAI/MCTIC

Brasília, 23 de março de 2020.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador SÉRGIO PETECÃO**  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Brasília - DF

**Assunto: Requerimento de Informação nº 807/2019.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Em atenção ao Ofício nº 68 (SF), de 20 de fevereiro de 2020, que trata do Requerimento de Informação nº 807, de 2019, oriundo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - (CCT), do Senado Federal (5205857 e 4654540), encaminho as informações requisitadas, relativas à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jarú, Estado de Rondônia.

Referidas informações constam da Nota Informativa nº 3422/2019/SEI-MCTIC (4703192) reiterada e atualizada pela Nota Informativa nº 801/2020/SEI-MCTIC e anexos (5221623), disponibilizadas pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, com o endosso da Secretaria Executiva - SEXEC (5236339) e Assessoria de Assuntos Parlamentares - ASPAR (5315483), unidades deste Ministério.

Atenciosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 23/03/2020, às 06:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5237586** e o código CRC **A235FDEF**.



---

**Referência:** Processo nº 01250.048180/2019-40

SEI nº 5237586



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA RECOMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE, LOCALIZADA NA AVENIDA BRASIL, 2195 – SETOR 01, NESTA CIDADE E COMARCA DE JARU, ESTADO DE RONDÔNIA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2.015.**

Aos 19 dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, nas dependências da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, nesta Cidade de Jaru, Estado de Rondônia, foi realizada a reunião Ordinária para Eleição e Posse dos novos membros para preenchimento de cargos em vacância na Diretoria Com início às 18:00hs. O Sr. Presidente deu início aos trabalhos dando boas vindas aos presentes e representantes das entidades aptas para concorrerem ao pleito eleitoral com direito a votar e ser votadas, O Sr. Presidente Fez a leitura do Edital, onde constava o referido ponto de pauta: 1) Eleição e Posse de novos membros para cargos em vacância da Direção; 2) Outros assuntos de interesses dos presentes. Em seguida o Sr. Presidente esclareceu aos presentes o motivo pelo qual foi convocada a presente assembleia, sendo a mesma em exigências feita através de solicitação por parte da Anatel, de acordo com o Ofício nº. 317/2015/SEI-MC. Disse ainda que de acordo com as regras do Ministério das Comunicações não poderão fazer parte da Diretoria da Associação pessoas ligados a Partidos Políticos e nem Ministros Religiosos de acordo com o Art. 11 da Lei 9612/98 e Anexo 01-NT-209. Diante destes fatos acima citados teremos que fazer as devidas alterações. Foram discutidos entre os presentes e indicados o nome do Sr. João da Silva Cardoso para preenchimento da vaga deixada pelo Sr. Samuel Neunfeld Vorpapel, Diretor Vice-Presidente; Edgar Monteiro Lima, para ocupar a vaga deixada pelo Sr. Juscimar Telek, de Diretor Administrativo; Jaci da Silva do Nascimento, para ocupar a vaga do Sr. Wanderlei Dias da Silva, Diretor Financeiro Adjunto. Não havendo nada mais a ser tratado o Sr. Presidente colocou em votação os nomes indicados, sendo os mesmos aprovados por todos os presentes, ficando assim discriminadas os nomes e cargos da nova diretoria: Diretor Presidente; O Sr. **Francisco Cardoso Ferreira**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 103.545 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 084.995.782-68, residente e domiciliado na Avenida Brasil, 2343, Setor 01, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Vice-Diretor Presidente, o Sr. **João da Silva Cardoso**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 000994544 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 575.706.552-92, residente e domiciliado na Rua Pará, 2086, Setor 04, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretor Administrativo, o Sr. **Edgar Monteiro Lima**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 565.900 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 631.972.002-68, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Norte, 1994, Setor 01, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretora Administrativa Adjunta, a Sra. **Darcila Aparecida Corrent Vieira**, brasileira, maior, Portadora da Carteira de Identidade RG. nº. 1.686.444 SSP/SC e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 648.761.959-00, residente e domiciliada na Rua Rio de Janeiro, 2920, Setor 02, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretor Financeiro, o Sr. **Antônio Martins de Souza**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 24.311.299-3 SSP/SP e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 164.484.668-35, residente e domiciliado na Rua João de Albuquerque, 2451, Setor 01, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretor Financeiro Adjunto, o Sr. **Jaci da Silva do Nascimento**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 536.254 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 564.762.642-49, residente e domiciliado na Avenida Tiradentes, 2559, Setor 05, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretor de Comunicação Social, o Sr. **Cirilo Pereira Rodrigues**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 327.359 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 325.428.442-91, residente e domiciliado na BR 364 km 432 – Zona Rural, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO e para conselho fiscal efetivos: **Maria Lúcia Teobaldo da Silva**, brasileira, maior, Portadora da Carteira de Identidade RG. nº.-629.131 SSP/RO e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 765.814.462-20, residente e domiciliada na Rua Dilma de Oliveira, 3768, Setor 06, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO, **Jaime Marques da Silva**, brasileiro, maior, Portador da





**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
*José de Almeida Rocha*  
TABELIÃO

**Selo Digital de Fiscalização - D8AAT20418-870DA ..**  
Confira validade em [www.tirc.ius.br/consultaselo/](http://www.tirc.ius.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0024\* Jaru-RO, 24 de fevereiro de 2015 - 10:56:19h

*Géssica Andrade de Cristo Teófilo*  
Escritoriente Autorizada

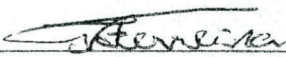
Emolumentos: R\$2,09, FzJ: R\$0,42, Selo: R\$0,86, Total = R\$3,37

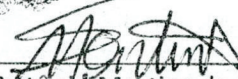
*Handwritten signature: André*

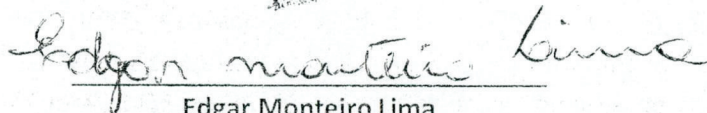
*Handwritten stamp: TABELIONATO DE NOTAS JARU-RO*




Carteira de Identidade RG. nº. 820.514 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 161.748.792-91, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 1482, Setor 07, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO e **Edinalva Onézio**, brasileira, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 533.850 SSP/RO e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 564734.192-68, residente e domiciliada na Linha 617 km 08, Zona Rural, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO e para o conselho fiscal suplentes: **Renato Correia da Silva**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 526.986 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 561.961.642-87, residente e domiciliado na Linha 634 km 20, Zona Rural, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO, **Aparecido Nogueira**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 45.586 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 040.368.242-87, residente e domiciliado na Rua Afonso José, 3475, Setor 01, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; **Wellington Almeida Souza**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 000538260 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 566.362.452-04, residente e domiciliado na Linha 605 km 03, Zona Rural, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO. Não havendo nada mais a ser tratado na presente Assembleia o Sr. Presidente deu como eleita a chapa acima discriminada, dando posse logo em seguida aos novos membros eleitos. O Presidente, Sr. **Francisco Cardoso Ferreira** agradeceu o comparecimento de todos e o apoio para que o mesmo possa continuar a administrar e conduzir os trabalhos da associação até o dia **03 de Outubro de 2018**. Não Havendo nada mais a se tratar, eu, **Edgar Monteiro Lima**, Lavrei a presente ata a qual vai assinada por mim, bem como pelo Sr. Diretor Presidente e Sr. Diretor Financeiro, Seguindo a lista de presença em anexo com as assinaturas dos demais membros da Diretoria e Conselheiros Fiscais.

  
Francisco Cardoso Ferreira  
Diretor Presidente

  
Antônio Martins de Souza  
Diretor Financeiro

  
Edgar Monteiro Lima  
Diretor Administrativo

**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
TABELIAO  
TABELIONATO DE NOTAS  
Selo Digital de Fiscalização - D8AAS29718-28595-D8AAS29718-0C198  
D8AAS29720-BBBD0  
Confira validade em [www.tiro.tes.br/consultaselo/](http://www.tiro.tes.br/consultaselo/)  
Reconheço por semelhança as assinaturas de FRANCISCO CARDOSO FERREIRA, ANTONIO MARTINS DE SOUZA e EDGAR MONTEIRO LIMA, Dou Fe. 0008.\*FXZ96X1U-1322246-89\*  
Jaru-RO, 23 de fevereiro de 2015 - 14h23:32h.  
Marcos Antônio dos Santos - Tabelião Substituto  
Emolumentos: R\$6,24, Fui. R\$1,26, Selo: R\$2,68, Total = R\$10,08

  
**OFÍCIO ÚNICO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS**  
Heraldo Bonfim Soares - Oficial Substituto  
Eliton de Oliveira - Oficial Substituto  
Jakeliny G. Vieira - Escrevente Autorizada  
AV. RIO BRANCO, 2010 - CENTRO - FONE: (69) 3521-1211 - JARU / RO  
Selo Digital de Fiscalização - D8AAS1058-544F1  
Confira validade em [www.tiro.tes.br/consultaselo/](http://www.tiro.tes.br/consultaselo/)  
Protocolo nº 0011222 Data: 23-02-2015  
Registro 0000562 Av. 08 Data: 23-02-2015 Livro A 051. Fls. 195-199  
Jaru-RO, 23 de fevereiro de 2015.  
Heraldo Bonfim Soares - Oficial  
Emolumentos: R\$64,75 Fui. R\$12,95, Selo: R\$0,80, Total = R\$78,50

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**COMARCA DE JARU**  
Cartório de Reg. de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas





**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
*José de Almeida Rocha*  
TABELIÃO

**Selo Digital de Fiscalização - D8AAT20416-2293D -**  
Confira validade em [www.tro.jus.br/consultaselo/](http://www.tro.jus.br/consultaselo/)

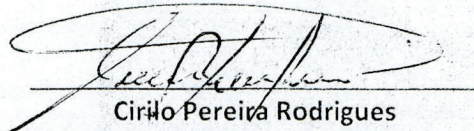
Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0024\* Jaru-RO, 24 de fevereiro de 2015 - 10:56:06h.

*Géssica Andrade de Cristo Teófilo*  
Escritvente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09, Fuju: R\$0,42, Selo: R\$0,86, Total = R\$3,37

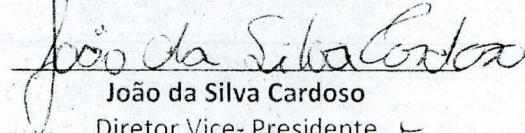






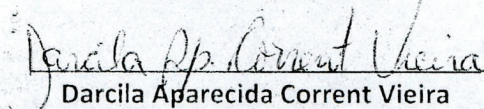
Cirilo Pereira Rodrigues

Diretor de Comunicação Social



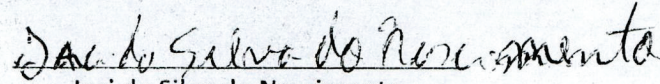
João da Silva Cardoso

Diretor Vice- Presidente



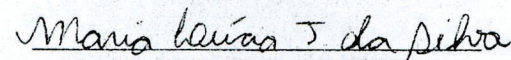
Darcila Aparecida Corrent Vieira

Diretora Administrativa Adjunta



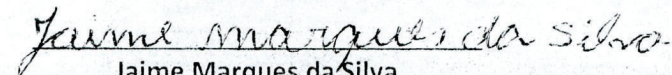
Jaci da Silva do Nascimento

Vice-Diretor Financeiro



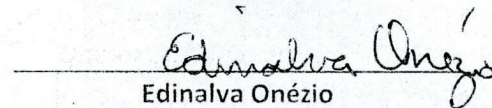
Maria Lúcia Teobaldo da Silva

Conselho Fiscal Efetivo



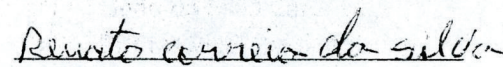
Jaime Marques da Silva

Conselho Fiscal Efetivo



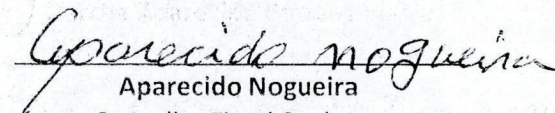
Edinalva Onézio

Conselho Fiscal Efetivo



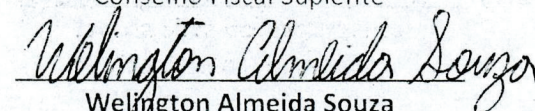
Renato Correia da Silva

Conselho Fiscal Suplente



Aparecido Nogueira

Conselho Fiscal Suplente



Wellington Almeida Souza

Conselho Fiscal Suplente



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 18573/2015/SEI-MC**

Processo nº: **53000.014554/2013-83**

Assunto: **Renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaru/RO**, por meio da Portaria nº **297**, publicada no DOU de 31/05/2001, e Decreto Legislativo nº **171**, publicado no DOU de 27/05/2003.

**ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 27/05/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou, tempestivamente, seu pedido de renovação de outorga em 01/04/2013, postado em 19/03/2013, páginas 02 e 70, evento SEI (0084207), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011.

REQUERENTE

ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA  
EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE

QUADRO DIRETIVO

FRANCISCO CARDOSO FERREIRA - Diretor Presidente  
JOÃO DA SILVA CARDOSO - Diretor Vice Presidente  
EDGAR MONTEIRO LIMA - Diretor Administrativo  
DARCILA APARECIDA CORRENT VIEIRA - Diretora Administrativa Adjunta  
ANTONIO MARTINS DE SOUZA - Diretor Financeiro  
JACI DA SILVA NASCIMENTO - Diretor Financeiro Adjunto  
CIRILO PEREIRA RODRIGUES - Diretor de Comunicação Social

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 58 a 75 do evento SEI (0279994) do documento 53581.001051/2014-35.
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 03 do evento SEI (0429773) do documento 53581.000095/2015-29.
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 09, 11, 13, 16 do evento SEI (0429773) do documento 53581.000095/2015-29. Páginas 39, 40 e 43 do evento SEI (0279994) do documento 53581.001051/2014-35.
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 06 do evento SEI (0084207). Processo nº 53900.034877/2014-21: alterações técnicas.
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, evento SEI (0670354).
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 27 do evento SEI (0084207).



7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 25 a 27 do evento SEI (0279994) do documento 53581.001051/2014-35.
----	--	--

4. Não existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (0857765) processo anexado 53900.067655/2015-75.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 10/12/2015, às 16:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 11/12/2015, às 07:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 15:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 16/12/2015, às 12:51, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.  
Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 31/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0670219** e o código CRC **3C0C371B**.

## Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.014554/2013-83**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **27/05/2013**, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Jaru/RO**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência,



para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014554/2013-83 e nº 53800.000066/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Jaru/RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS					
				SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.					
1.1.		O requerimento é tempestivo?				

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

---



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

---

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO**

**EDIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE**  
**Avenida Brasil, 2195 - Setor 01 - CENTRO**

**CEP: 76.890-000**

**CNPJ: 02.795.569/0001-16**

**TELEFAX: (0XX69) 3521-1531/3521-2764**

**fminterativajaru@hotmail.com**

**JARU/RO**

# **ESTATUTO SOCIAL**

**2ª alteração estatutária - 03/10/2014**



A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, com potência de 25 KHz e com frequência modulada de 105,9 MHz, com comunicação social e cultural, nasceu com objetivo de trabalhar pelo desenvolvimento social, organizando e defendendo os direitos do cidadão da comunidade de Jarú e Região, atendendo disposto no artigo 5º incisos XVIII a XXI e artigo 174, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinados com o artigo XX da Declaração Universal dos direitos humanos.

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, seguirá os princípios norteadores da liberdade, fraternidade e igualdade a todos os sócios, sem discriminação de qualquer natureza.

## **CAPÍTULO I**

### **DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO.**

Art. 1º

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, cultural e comunicação social, doravante denominada pela sigla ARDCIJ, é uma entidade civil. Fundada de fato em 11 de Junho de 1998 e, de direito, a partir do registro em cartório competente, com sede e foro na cidade de Jarú, estado de Rondônia, na rua João Batista nº 2.891, centro, como Associação e representação da comunidade compreendida na região política e administrativa do Município de Jarú, tendo como característica:

- I - Ser uma pessoa jurídica do direito privado sem fins lucrativos;
- II - Ter um número ilimitado de sócios subordinados ao presente estatuto e demais normas regimentais;
- III - Ter prazo de duração indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS FINALIDADES E OBJETIVOS**

Art. 2º

São Finalidades de Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, integração social e desenvolvimento comunitário dos cidadãos e associações civis do Município de Jarú, Região e Adjacências de Rádio e Difusão Comunitária Interativa Jaruense, com o ideal de promoção educacional, cultural, ambiental, artístico, esportivo, científico, informativa e de comunicação social, sempre com o espírito de união e desenvolvimento de seus sócios, sem interferência de qualquer alegação que possa ferir os princípios de liberdade e expressão, de organização e livre iniciativa, visando a contribuir para a formação da cidadania melhor atender as necessidade da comunidade:

#### **Parágrafo único:**

A fim de cumprir com seus objetivos fundamentais, sem executar outros que venham a ser indicada, esta associação se propõe a:

- I - Criar e manter equipamentos educacionais, profissionalizações, ou buscar parcerias ou convênio com instituições públicas ou privadas, para treinamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de cursos e oficinas de formação continuada;
- II - Incentivar, divulgar, promover diretamente ou através de parcerias, a criação de projetos de conscientização da defesa e proteção ao meio ambiente como forma primordial de qualidade de vida;
- III - Promover e realizar programas de animação cultural através de campanhas, feiras, seminários, palestras, conferências, debates, simpósios, intercâmbios, técnicos, estudos e pesquisas;



- IV- Promover, divulgar, incentivar produções independentes ou associadas, de amadores ou profissionais de atividades artísticas em todas as suas formas de expressão;
- V - Criar e manter, ou promover parcerias e convênios para a fundação de um Centro Cultural e Esportivo, para desenvolvimento de atividades artísticas e de incentivos a prática e de diversas modalidades Esportivas, com lazer ou profissionalizantes.
- VI - Estimular o convívio social e a cultura, através da criação de bibliotecas, gibiteca, videoteca e brinquedoteca, fixas e ambulantes;
- VII - Criar e desenvolver atividades dirigidas à população de terceira idade que reconheçam e resgatem o papel social do idoso, promovendo assim, o exercício pleno de sua cidadania;
- VIII - Incentivar ou promover a criação, com a ajuda dos poderes públicos, estatais, associações privadas ou associações não governamentais, de:
- a) Creches comunitárias;
  - b) Setores produtivos comunitários;
  - c) Áreas de atividades de lazer comunitárias;
  - d) Órgãos não governamentais de defesa do consumidor;
  - e) Órgãos de estudo e atendimento comunitário relativos as áreas de educação, trabalho, saúde, habitação, saneamento básico, transporte, segurança, e outros;
- IV - Divulgar as atividades dos poderes públicos relativamente à área comunitária, a cidade e aos cidadãos em geral, como conselhos comunitários (de abastecimento, segurança, saúde, da mulher, do idoso dos menores), PROCON, DECON, Delegacias especializadas e outros;
- X - Promover e divulgar as diversas formas de associações por cooperativas, como as de trabalho, habitação, serviços médicos, consumo, escolares, serviços de transporte, crédito, artesanato e outros;
- XI - Informar e divulgar a atuação das associações de defesa do direito dos trabalhadores;
- XII - Promover divulgar e incentivar as associações de empresários da região, visando a fortalecer o seu desenvolvimento econômico, bem como a incentivar a criação de frente alternativas do trabalho;
- XIII - Difundir os ideais e fins da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, bem como leis, direitos e responsabilidade dos cidadãos, através da criação de emissora e radio fusão comunitária ou não, podendo cria-las, mantê-los e administrá-los através de um conselho comunicação social, fiscalizado por um conselho comunitário autônomo, observando os preceitos legais.
- XIV - Atuar juntos aos poderes públicos municipal, estadual, federal, ao setor privado e organizações não governamentais, no sentido de obter meios de sessão de uso de espaço público ou privado, a fim de se manter e de se administrar, por regulamentos específicos aprovados em Assembléia Geral, bem como no sentido de manter e organizar as dependências que se fizerem necessárias aos seus propósitos;
- XV - A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense executará o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente.

### **CAPITULO III**

#### **DOS SÓCIOS**

##### **SESSÃO I**

##### **DA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES.**





### Artigo 3º

Serão sócias todas as entidades que solicitarem sua inscrição, como pessoas físicas e jurídicas, devidamente com representatividade e atuação direta dentro do Município e, representadas por seus representantes legais, bem como o ingresso gratuito de todos e quaisquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço mediante preenchimento de ficha de inscrição, onde conste a aceitação deste estatuto, dos regimentos internos e aprovados pela diretoria Executiva:

#### Parágrafo Primeiro

Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense não terá distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa;

#### Parágrafo Segundo

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense poderá cobrar de seus membros integrantes uma taxa de manutenção, a fim de custear suas atividades e sua sustentação física;

#### Parágrafo Terceiro

Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais em nome da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

### Art. 4º

Os sócios pertencerão às seguintes categorias:

I - Fundadores - Sócios que assinarem o instrumento de constituição de Associação de Rádio e Difusão Comunitária educativa Interativa Jaruense.

II - Efetivos - Sócios que participarem diretamente das atividades da associação de Rádio e Difusão Comunitária Interativa Jaruense e contribuir com a mensalidade, se for o caso, para esta associação;

III- Beneméritos - Sócios que prestarem relevantes serviços, ou contribuição / doações, para a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

IV - Honorários - Sócios que venham a receber este título em razão de relevantes serviços prestados à comunidade, deste tenham seus nomes indicados pela diretoria Executiva e aprovados pelos conselhos.

### Art. 5º

São Direitos Dos Sócios:

I - Participar da estrutura organizacional da associação de Rádio e Difusão Comunitária Jaruense bem como das atividades desenvolvidas pela associação;

II - Votar e ser votado para a composição de órgãos diretivos da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Jaruense ressalvadas as limitações constante neste estatuto;

III - Apresentar projetos, propostas de emendas a projetos e opinar frente ao desenvolvimento dos trabalhos dos órgãos diretivos da entidade;

IV - Ter assegurado direito de defesa sobre qualquer acusação ou penalidade que lhe seja imputado, cabendo recurso a assembléia geral;

V - Utilizar-se de todos os serviços mantidos pela Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, respeitadas as disposições administrativas, regimentos internos e estatutários.

### Art. 6º

#### SÃO DEVERES DOS SÓCIOS FUNDADORES E EFETIVOS

I - Cumprir e fazer integralmente o presente estatuto;

II - Comparecer às assembleias convocadas pela Associação de Rádio e Difusão





- III - Zelar pela aplicação dos princípios e objetivos definidos pela associação de Rádio e Difusão Comunitária Jaruiense;
- IV - pautar sua conduta pessoal e/ ou profissional dentro dos princípios éticos;
- V - pagar em dias as contribuições fixadas ou deliberadas pela assembléia geral.

#### **Parágrafo único**

O cumprimento dos deveres descritos neste artigo é condição indispensável para que o sócio possa participar de quaisquer atos na Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

### **SEÇÃO II**

#### **DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO.**

##### **Art. 7º.**

A demissão do sócio, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida formalmente ao presidente da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

##### **Art. 8º**

A eliminação do sócio, que será aplicada em virtude de infração da lei, deste estatuto, do regimento interno ou das deliberações das Assembléias Gerais, será feita por decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, depois da notificação ao infrator.

#### **Parágrafo Primeiro**

os sócios serão passíveis de punições, observada a natureza e a gravidade da infração que serão prevista em regimento interno e descritas neste estatuto as forma de aplicações das penalidades que serão as seguintes:

I - advertência: notificação por escrito da Diretoria

Executiva;

II - suspensão: afastamento do sócio por um período definido pela Diretoria Executiva;

III - eliminação: afastamento definitivo do sócio por decisão da Assembléia Geral.

#### **Parágrafo Segundo**

A aplicação das penalidades contidas no parágrafo anterior, imputada a qualquer membro da Diretoria Executiva e do Conselho fiscal, deverá ser por resolução da maioria da diretoria Executiva e conselho fiscal, referendada em assembléia Geral.

#### **Parágrafo Terceiro**

**ALÉM DE OUTROS MOTIVOS, A DIRETORIA EXECUTIVA DEVERÁ PUNIR O SÓCIO QUE:**

- a) Divulgar informações relevantes sigilosas ou inverídicas sobre a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense que possam prejudicar - la nas suas atividades ou negócios sociais;
- b) Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense ou que colhida com seu objeto social.
- c) For condenado em processo criminal quando no exercício de suas próprias atividades, ou cível, quando em confronto com a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense;

#### **Parágrafo Quarto**

Cópia autêntica da decisão punitiva, remetida ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias através de procedimento que comprove as respectivas datas de remessa e de recebimento.



### **Parágrafo Quinto**

O sócio punido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação, interpor recurso que será recebido pela diretoria Executiva e decidido em Assembléia Geral.

Art. 9º

### **A EXCLUSÃO DO SÓCIO SERÁ FEITA POR:**

- I - Dissolução da Entidade;
- II - incapacidade Jurídica não suprida;
- III- deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

#### **SEÇÃO I DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 10º

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense será composta pelos seguintes órgãos: Assembléia Geral, diretoria Executiva, conselho fiscal, conselho gestor de comunicação social e conselho comunitário.

### **Parágrafo Primeiro**

O exercício de qualquer das funções requerida para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado, podendo, entretanto ocorrer destinação de verba de representação para aplicação exclusiva ao serviço prestado e obrigado a prestação de contas junto ao departamento financeiro.

#### **SEÇÃO II DA ASSEMBLÉIA GERAL.**

Art. 11º

A assembléia geral, ordinária ou extraordinária dos sócios é o órgão supremo da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense e, dentro dos limites legais e das normas vigentes dos dispositivos estatutários, poderá tomar todas e quaisquer decisões sobre os assuntos relativos aos fins e atividade das entidades.

### **Parágrafo Primeiro**

A Assembléia geral constituir-se-á dos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo dos direitos estatutários, os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir debater a pauta em questão.

### **Parágrafo Segundo**

Será vedada a discussão de matéria estranha ao edital de convocação da Assembléia Geral, não podendo ser votados assuntos não especificados na pauta de convocação.

### **Parágrafo Terceiro**

As deliberações da Assembléia Geral vinculam a todos, ainda que ausentes e discordantes.

Art. 12º

A Assembléia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no primeiro trimestre, ou extraordinariamente a qualquer tempo, quando convocada:

- I - Pelo presidente da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa





- II - Pelo conselho fiscal;
- III - Por, pelo menos, 1/3 dos sócios em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais;
- IV - Por, pelo menos, 1/5 dos sócios em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais e deliberação sobre:
  - a) Destituição de membros da diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
  - b) Dissolução da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

**Parágrafo único.** Para as deliberações a que se referem Aas letras a e b do inciso IV, deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

Art.. 13°

O "quorum" para instalação da Assembléia Geral será metade mais 1 (um) dos números de sócios, em primeira convocação, e de qualquer número em segunda convocação, que deverá ocorrer 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação.

#### **Parágrafo Primeiro**

A Assembléia deverá ser instalada pelo presidente da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense ou por qualquer membro da diretoria Executiva que poderá convidar um dos sócios presentes para presidi-la.

#### **Parágrafo Segundo**

As decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos sócios presentes.

#### **Parágrafo Terceiro**

Que ocorrer na Assembléia Geral deverá constar na ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos diretores e fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) associados designados pela assembléia e, ainda por quantos o queiram fazer.

#### **Parágrafo Quarto**

Os sócios admitidos depois da convocação da Assembléia geral não poderão participar dela.

Art. 14°

A Instalação de Assembléia geral Extraordinária para deliberações estipulada neste artigo 12° em seu inciso IV, alíneas A e B, somente poderá ocorrer com a presença de no mínimo 50 % (cinquenta por cento) mais um dos sócios fundadores e efetivos da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

#### **Parágrafo único.**

As decisões sobre deliberações estipuladas neste artigo somente serão validas, por no mínimo 50% (cinquenta por cento), mais 1 (um) dos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais

Art.. 15°

A Assembléia será normalmente convocada pelo presidente, com o mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, através de edital de convocação fixada em lugar visível da entidade e publicado em jornal de circulam na região.

#### **Parágrafo único**

O edital de convocação deverá constar a pauta de discussões.

Art.. 16°

Os membros comparecerão à Assembléia Geral pessoalmente, não sendo





**Art. 17º**

Compete à Assembléia Geral ordinária, em especial:

- I - Deliberar e votar o parecer do conselho fiscal sobre o relatório anual, balanços econômicos e financeiros apresentados pela diretoria Executiva;
- II - deliberar sobre a previsão orçamentária para o exercício seguinte;
- III - Deixar o valor e estabelecer a forma de contribuição dos sócios;
- IV - Deliberar, em última instância, sobre recursos interpostos pelos sócios, contra penalidades penetradas;
- V- Aprovar programas, serviços e diretrizes para o desenvolvimento da entidade;
- VI- Deliberar sobre matérias não previstas neste estatuto na forma do disposto no artigo 11º parágrafo 2º;
- VII- eleger os membros da diretoria executiva e do conselho fiscal;

**Art. 18º**

Compete a Assembléia Geral extraordinária:

- I - Deliberar sobre os assuntos pautados na sua convocação;
- II - Decidir sobre a indicação de títulos de sócios honorários;
- III - Alterar o valor da contribuição dos sócios;
- IV - Julgar penalidades impetradas aos sócios e/ou membros da diretoria executiva e conselho fiscal;
- V - Aprovar regimento interno e cargos auxiliares;
- VI - Deliberar sobre a destituição total ou parcial, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal atendendo disposto no artigo 11º inciso 2º; - 12º, inciso IV, alínea a e 14º inciso ú;
- a) Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, À Assembléia Geral poderá designar diretores provisórios até a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- VII - Eleger os cargos que sofra vacância no decorrer de seus mandatos;
- VIII - Deliberar sobre o patrimônio da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, ouvido o Conselho Fiscal sobre compra, venda ou alienação dos bens móveis ou imóveis;
- IX - Deliberar sobre mudanças de objetivos da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, fazer emendas ou reformar o estatuto na forma do disposto do artigo 11º, parágrafo 2º;
- X - Deliberar sobre a dissolução voluntária da Entidade e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas, observados o disposto nos artigos 11º inciso 2º, 12º, inciso IV, alínea b; 14º inciso único.

**Parágrafo Único:** Para a destituição de Administradores e alterações Estatutária será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes e assembleias convocadas especialmente para esse fim.

**SESSÃO III**

**DAS ELEIÇÕES**

**Art. 19º.**

Dentre os membros com capacidades civil e absoluta e em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais, com prazo de pelo menos 10 (dez dias), serão indicados pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, 03 (três) nomes para compor a comissão Eleitoral a quem competirá:

- I - organizar o pleito que alegará a Nova Diretoria Executiva e conselho fiscal;
- II - vetar as chapas que não atenderem às exigências estatutárias e regimentais



- a) - Ao veto fundamentado caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, à comissão eleitoral;
- III - Receber as inscrições de chapas, até 60 (sessenta) dias antes do pleito;
- IV - Confirmar as chapas concorrentes, até 30 (trinta) dias antes do pleito;
- V- Determinar a forma de votação, o dia do pleito eleitoral, o local, o horário de início e término de votação;
- VI- Determinar caso ocorra, empate data, local, horário para o novo pleito;
- VII - Determinar a data da posse, que não poderá exceder 30 (trinta) dias após o pleito.

**Art. 20º**

Poderão candidatar-se para os cargos da Diretoria Executiva do Conselho Fiscais, sócios fundadores e efetivos, pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos, que contarem com mais de 02 (dois) anos de efetiva e ininterrupta atuação na área de execução do serviço da rádio, e contribuição para com a entidade.

**Parágrafo Primeiro:** A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense deverá assegurar a todos os seus associados pessoas físicas em dia com as suas contribuições estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os Órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

**Parágrafo Primeiro:** A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense deverá assegurar o ingresso gratuitos como associados, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediado na área de execução do serviço conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

**Art.. 21º**

Terão direito a voto os sócios fundadores e efetivos que contarem com mais de 06 (meses) de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

**Art. 22º.**

Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria e simples votantes presentes à eleição.

**Parágrafo único**

Ocorrendo empate entre as chapas mais votadas, será realizada nova eleição no prazo de 15 (quinze) dias, a qual concorrerão as chapas empatadas.

**SEÇÃO IV.**

**DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art.. 23º**

A Diretoria Executiva, eleita pela Assembléia Geral será composto por 07 (sete) membros que compreende:

- 1 - Diretor Presidente;
- 2 - Diretor Vice Presidente;





- 4 - Diretor Administrativo Adjunto;
- 5 - Diretor Financeiro;
- 6 - Diretor Financeiro adjunto;
- 7 - Diretor de Comunicação Social.

**Art. 24º**

Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um período de 04 (quatro) anos permitida a reeleição, observando o disposto do artigo 20º:

**Parágrafo Primeiro**

A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente cada 180 (cento e oitenta dias) e, extraordinariamente sempre que se fizer necessário ou, ainda por solicitação do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Segundo**

O "quorum" para a instalação da reunião será metade mais 01 (um) dos membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos.

**Parágrafo Terceiro**

Será lavrada a ata de cada reunião, em livro próprio na qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas a ata será assinada por todos os presentes.

**Art. 25º**

Compete a Diretoria Executiva, dentro dos limites da lei e deste estatuto, atendidas as recomendações ou decisões da Assembléia Geral.

I - Estabelecer normas orientar e controlar todas as atividades e serviços da associação da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

II - Analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos, orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimento além de acompanhar seus resultados;

III - Propor a Assembléia Geral o valor da contribuição mensal dos sócios e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;

IV - Contrair obrigações transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

V - Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembléia Geral;

VI - Indicar banco ou bancos na quais deverão ser feitos os depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;

VII- Deliberar sobre a demissão, admissão e punição de sócios;

VIII- Programar as operações e serviços da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

IX- Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações da assembléia Geral;

X- Criar instalar e coordenar órgãos de assessoramento necessários ao desenvolvimento da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense;

XI - Deliberar sobre convocação da Assembléia Geral;

XII - Apresentar a Assembléia Geral ordinária o relatório e as contas de sua gestão;

XIII - Estabelecer em instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas no caso de violação ou abuso cometido contra disposições da lei deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a sociedade, que vierem a ser expedidas de suas reuniões;



### **Parágrafo único**

As normas estabelecidas pela Diretoria Executiva serão baixadas formas de resoluções ou Instruções e constituição do regimento Interno da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

## **SEÇÃO V**

### **DA ADMINISTRAÇÃO**

#### **Art. 26º.**

Compete a Diretoria Executiva:

À administração da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias.

#### **Art. 27º**

Compete ao diretor presidente:

- I - Representar a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense ativa e passivamente em juízo ou fora dele;
- II - Convocar as assembleias e as reuniões ordinárias e extraordinárias presidindo esta e instalando aquelas;
- III - Assinar, com o diretor administrativo as propostas de novos sócios para o quadro social, atas de Assembléia;
- IV - Assinar juntamente com o diretor financeiro cheques e/ou documentações que envolvam responsabilidades financeiras;
- V - Abrir e fechar os termos dos livros usados pela Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense e rubrica-los;
- VI - Apresentar ao Conselho fiscal e a Assembléia Geral o relatório e balanço anual;
- VII- Realizar mediante aprovação da Diretoria Executiva a contratação de pessoal, empréstimos e outras obrigações pecuniárias;
- VIII - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno.

#### **Art. 28º**

Compete ao diretor Vice-Presidente:

- I - Assessorar presidente nos exercícios das funções;
- II - Substituir o diretor presidente em seus eventuais impedimentos;
- III - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

#### **Art. 29º**

Compete Ao Diretor Administrativo.

- I - Organizar o quadro social;
- II- Encarregar-se da documentação e informação, mantendo atualizada as correspondências e o arquivo da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense;
- III - Assinar com o diretor presidente: a correspondência e admissão de novos sócios atas de assembleias e livros de registro;
- IV - Secretariar e lavrar as atas das reuniões da Diretoria Executiva;
- V - Atualizar e manter sob sua guarda os livros de atas das reuniões da Diretoria Executiva e das reuniões Gerais;
- VI - Registrar e manter atualizados os cadastros dos sócios;
- VII - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

#### **Art. 30º**

Compete Ao Diretor Administrativo Adjunto:

- I - Assessorar o diretor administrativo;
- II - Substituir o diretor administrativo em seus eventuais impedimentos;
- III - Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;





**Art. 31º**

Compete ao diretor financeiro:

- I - Ter sob sua tutela os valores da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, bem como papéis e documentos financeiros;
- II - Assinar juntamente com o diretor presidente, cheques bancários e autorizações de despesas;
- III - Receber doações e subvenções;
- IV - Emitir recibos e dar quitações conferir ou impugnar contas e cálculo da Rádio e Difusão Comunitária Interativa Jaruense, e a ela relativos;
- V - Proceder, ou mandar proceder, a escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- VI - Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias providenciárias e outras, devida ou da responsabilidade da Associação;
- VII - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

**Art. 32º**

Compete ao diretor Financeiro Adjunto:

- I - Assessorar o diretor financeiro;
- II - Substituir o diretor financeiro em seus eventuais impedimentos;
- III - Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;

**Art. 33º**

Compete ao diretor de Comunicação Social;

- I - Criar e presidir um conselho gestor de Comunicação Social, para auxiliá-lo em suas funções;
- II - Elaborar o planejamento de sua área, responsabilizando-se por sua implantação e acompanhamento, após Aprovação da Diretoria Executiva;
- III - Coordenar os eventos da associação e a programação dos veículos de comunicação de sons e imagem que estejam sobre responsabilidade;
- IV - Orientar as atividades de jornalismo, zelando pelo cumprimento dos objetos institucionais e legais, bem como a preservação da postura ética exigida pela Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense;
- V - Desenvolver e aperfeiçoar a comunicação inteirando e propondo novas concepções normas procedimentos na Associação de Rádio e Difusão Comunitária Jaruense, e entre seus sócios;
- VI - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

**SEÇÃO VI.**

**DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 34º.**

À administração da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense será fiscalizada por um conselho Fiscal constituído por 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral que elegeu a Diretoria Executiva para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Único.**

Não pode fazer parte deste conselho Fiscal além dos sócios não enumerados no artigo 4º. (quarto) deste estatuto, os parentes dos membros da diretoria Executiva até o 2º (segundo) grau, conjugues e afins.



**Art. 35º**

Conselho fiscal reunir-se-á, com a participação de, pelo menos 03 (três) membros, ordinariamente a cada 04 (quatro) meses e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação de maioria de seus membros, ou por solicitação dos membros da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, por razões formalizadas junto de quaisquer de seus membros.

**Parágrafo Primeiro**

Em sua primeira reunião escolherá, entre os seus membros efetivos, um coordenador, incumbido de convocar e dirigir os trabalhos destas e um secretário.

**Parágrafo Segundo**

As reuniões poderão ser convocadas, ainda por qualquer de seus membros, por solicitação da Diretoria Executiva ou da Assembléia Geral.

**Parágrafo Terceiro**

Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos pelo secretário e, na ausência deste também, pelo membro efetivo remanescente.

**Parágrafo Quarto**

As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio, que, após sua leitura, deverá ser assinada por todos membros presentes.

**Art. 36º**

Ocorrendo 02 (duas) ou mais vagas no Conselho Fiscal, os restantes de seus membros deverão convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento destas vagas.

**Art. 37º**

Compete ao Conselho Fiscal cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias e as seguintes atribuições:

- I - Examinar os balancetes mensais e o respectivo balanço, bem como opinar sobre elas para Assembléia Geral convocada para apreciações e aprovação das contas anuais;
- II - Fiscalizar os atos de Diretoria Executiva e dos membros do Conselho Gestor de Comunicação Social, verificando os cumprimentos de seus deveres legais e estatutários;
- III - Opinar sobre as transações e operações que importem em alteração do patrimônio imobiliário da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense;
- IV - Opinar, quando solicitados, sobre as propostas da Diretoria Executiva a serem submetidos a apreciação da Assembléia Geral;
- V - Acompanhar o cumprimento da política financeira e de recursos humanos estabelecidos pela Diretoria Executiva;
- VI - Averiguar se existem reclamações de sócios quanto às atividades desenvolvidas pela Associação;
- VII - Dar conhecimento a Diretoria Executiva das conclusões de seus trabalhos, denunciando, a esta a Assembléia Geral as irregularidades constatadas;

**Parágrafo único:**

Para exames e verificação dos livros, contas e documentos necessários aos cumprimentos de suas atribuições, o conselho fiscal deverá requisitar a Diretoria Executiva, por escrito, informando dia e hora para à averiguação.





## SEÇÃO VII

### DO CONSELHO GESTOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

Art. 38º

Conselho Gestor de comunicação social será composto por coordenadores nomeados e presididos pela Diretoria de Comunicação, e pela diretoria Executiva, o qual será composto dos seguintes departamentos:

- 1-Educação;
- 2 - Cultura;
- 3 - Direito e Cidadania;
- 4 - Promoção Social;
- 5 - Meio Ambiente;
- 6 - Esportes;
- 7 - Imprensa;
- 8 - Radiodifusão;
- 9 - propaganda de Marketing;
- 10 - Eventos;
- 11- Feiras de Congresso;
- 12- Relações Trabalhistas;
- 13- Relações cooperativistas;
- 14- Relações Empresariais;
- 15- Defesa do Consumidor.

#### **Parágrafo Primeiro**

Todos os componentes deste Conselho deverão ser sócios da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, e estar quites com suas obrigações sociais.

#### **Parágrafo Segundo**

Conselho gestor de Comunicação social servirá como instrumento regulador e incentivador da manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, bem como servirá de divulgador dos pensamentos e objetivos da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, e da padronização de todas comunidades comunitárias.

#### **Parágrafo Terceiro**

Competirá ao conselho gestor de Comunicação social promover e divulgar diversões, entretenimentos, espetáculos públicos, seminários, informações e notícias, buscando as finalidades educativas profissionalizantes artísticas e culturais, bem como promover a cultura local, regional e nacional.

## SEÇÃO VIII.

### DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 39º

O conselho comunitário será composto por membros de entidades representativas da comunidade local, tais como:

Das entidades associadas;

Moradores;

Associações de classes;

Beneméritos;

Filantrópicas;

Assistenciais;

Religiosas, e/ou outras de caráter comunitário, desde que legalmente constituída,



**Parágrafo Único:**

Cada entidade indicará um único representante para o conselho comunitário.

**Art. 40º**

Compete ao conselho comunitário as seguintes atribuições:

I - Acompanhar a programação do veículo de comunicação comunitária que a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, mantenha, objetivando atender exclusivamente os interesses da comunidade, os quais deverão dar preferência as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativa em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - Promover as atividades artísticas, educativas culturais, informativas e jornalísticas da comunidade e da integração das culturas: local regional e nacional;

III - Fazer respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - Não discriminação racial, religiosa, política-ideológica-partidária, preferências sexuais e condição social nas relações comunitárias.

**Art. 41º**

O conselho comunitário reunir-se-á com a participação de no mínimo 05 (cinco) membros, ordinariamente a cada 04 (quatro) meses, e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação da maioria de seus membros, por solicitação do presidente do conselho Gestor de comunicação social ou pela Diretoria Executiva da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, por razões formalizadas junto à quaisquer de seus membros.

**Art. 42º**

O conselho comunitário elegerá, em sua primeira reunião ordinária, dentre seus membros, um coordenador e um secretário, para presidir e secretariar suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

**Art. 43º**

Os sócios não poderão exercer cumulativamente cargos na Diretoria Executiva, conselho Fiscal e conselho comunitário.

**Art. 44º**

As reuniões do conselho Comunitário, bem como suas opiniões, constarão de atas lavradas em livro próprio que deverá ser assinado por todos os membros presentes.

**CAPÍTULO V**

**DO PATRIMÔNIO E DAS RENDAS**

**Art. 45º**

Constitui patrimônio da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, os bens móveis e imóveis que venha a adquirir por qualquer forma de direito.

**Art. 46º**

São rendas as subvenções, donativos, contribuições, legados, proventos de atividades e eventos, ou outros valores que venham a ser registrados e contabilizados pela Associação Cidadã, originados por qualquer ato lícito de direito.



## CAPÍTULO VI.

### DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 47º

Exercício social terá duração de 01 (um) ano, sempre terminando nos dias 31 de Março de cada ano.

Art. 48º

Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na escrituração contábil da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, um balanço Patrimonial, e Demonstração de Resultados do Exercício e um Demonstrativo das origens e Aplicações de Recursos.

**Parágrafo Único:**

Findo o exercício financeiro, não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.

## CAPÍTULO VII

### DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE

Art. 49º

A dissolução da entidade bem como a destinação de seu patrimônio, somente poderá ser decidida em Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, cuja instalação dependerá do quorum de 2/3 (dois terços) dos associados quites presentes em assembleias convocada especialmente para este fim.

Art. 50º

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense também poderá ser extinta por determinação legal.

Art. 51º

No caso de extinção, caberá a Assembléia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação, nomeando um liquidante e o Conselho Fiscal que deva atuar durante o período de liquidação.

Art. 52º

Se dissolvida a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, o seu patrimônio reverterá em prol de outra Associação congênere, devidamente registrada e com objetivos afins, indicada pela Assembléia Geral Dissolutória, sendo, porém, obrigatoriamente destinado a Associação sediada no Município.

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53º.

Eventuais alterações ao presente estatuto no todo ou em parte, poderão ser procedidos, através de assembleia Geral convocada especialmente para este fim, com 2/3 (dois terços) dos associados quites e presentes na referida assembleia.

Art. 54º.

Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos neste Estatuto.

Art. 55º.

As emendas estatutárias entrarão em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral e registro em cartório da Comarca.





Art. 56º

As questões e os casos omissos deste estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, de acordo com a Lei vigente no país e com os princípios gerais de direito.

Art. 57º

Fica eleito o Foro da Comarca de Jaru, para serem resolvidas todas as questões de interpretação deste estatuto.

Jaru-RO, 03 de Outubro de 2.014.

  
DIRETOR-PRESIDENTE

  
DIRETOR-ADMINISTRATIVO

  
DIRETOR-FINANCEIRO

  
ADVOGADO

Indiano Pedrosa Gonçalves  
ADVOGADO  
OAB/RO - 3486

**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização - D8AAP22088-66B33, D8AAP22089-1D4D6, D8AAP22090-22A34.  
Confira validade em [www.tiro.lus.br/consultaselo/](http://www.tiro.lus.br/consultaselo/)

Reconheço por semelhança as assinaturas de JUSCIMAR TELEX, ANTONIO MARTINS DE SOUZA e FRANCISCO CARDOSO FERREIRA. Dou Fé.  
2014. FGBTQS6L-1343582-87  
Jaru-RO, 17 de outubro de 2014 - 15:03:49h.

Gessica Andrade de Cristo Teófilo - Escrevente Autorizada  
Emolumentos : R\$6,88 Fuju : R\$1,17, Selo: R\$2,43, Total = R\$9,48

**OFÍCIO ÚNICO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.**  
Heraldo Bomfim Soares Elitson d'Oliveira Jakeliny G. Vieira  
OFICIAL OFICIAL SUBSTITUTO ESCRIVENTE AUTORIZADA  
AV. RIO BRANCO, 2010 - CENTRO - FONE: (69) 3521-1211 - JARU/RO

Selo Digital de Fiscalização - D7AAA50833-7FD83.  
Confira validade em [www.tiro.lus.br/consultaselo/](http://www.tiro.lus.br/consultaselo/)

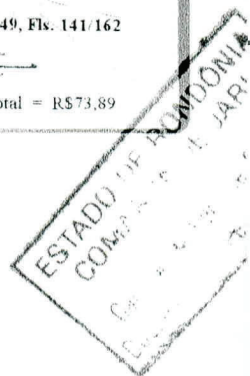
Protocolo nº 0011059 Data: 20/10/2014  
Registra 0000562/Av-07 Data: 20/10/2014 - Livro A-049, Fls. 141/162  
Jaru-RO, 20 de outubro de 2014.  
Heraldo Bomfim Soares - Oficial  
Emolumentos: R\$60,90, Fuju: R\$12,18, Selo: R\$0,81, Total = R\$73,89

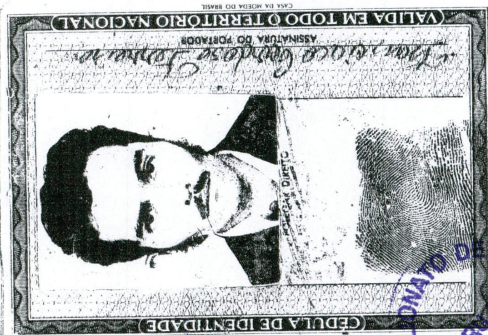
**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização - D8AAP22139-6477B.  
Confira validade em [www.tiro.lus.br/consultaselo/](http://www.tiro.lus.br/consultaselo/)

Reconheço por semelhança a assinatura de INDIANO PEDROSO GONÇALVES. Dou Fé.  
2014. FBOKZ86-827479-93  
Jaru-RO, 17 de outubro de 2014 - 17:03:47h.

Gessica Andrade de Cristo Teófilo - Escrevente Autorizada  
Emolumentos : R\$1,96 Fuju : R\$0,39 Selo: R\$0,81, Total = R\$3,16





**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabellionatonotasjaru@globomail.com  
TABELIAO José de Almeida Rocha

**Selo Digital de Fiscalização - D8AAS26090-10554 -**  
Confira validade em [www.tiro.jus.br/consultaselo/](http://www.tiro.jus.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0027\*. Jaru-RO, 09 de fevereiro de 2015 - 10:33:14h.

Miriam Ferreira da Silva  
Escritor Autorizada

Emolumentos: R\$2,09. Fuij. R\$0,42. Selo: R\$0,86. Total = R\$3,37

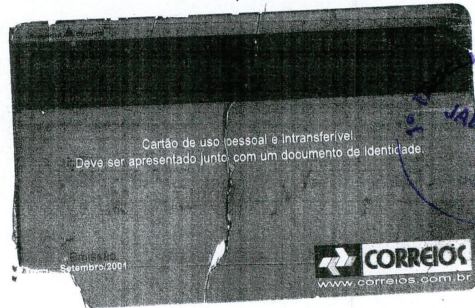
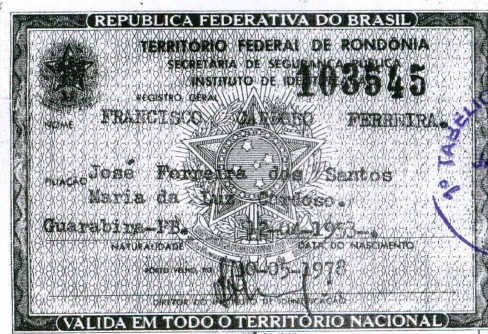
**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabellionatonotasjaru@globomail.com  
TABELIAO José de Almeida Rocha

**Selo Digital de Fiscalização - D8AAS26091-0F3DF -**  
Confira validade em [www.tiro.jus.br/consultaselo/](http://www.tiro.jus.br/consultaselo/)

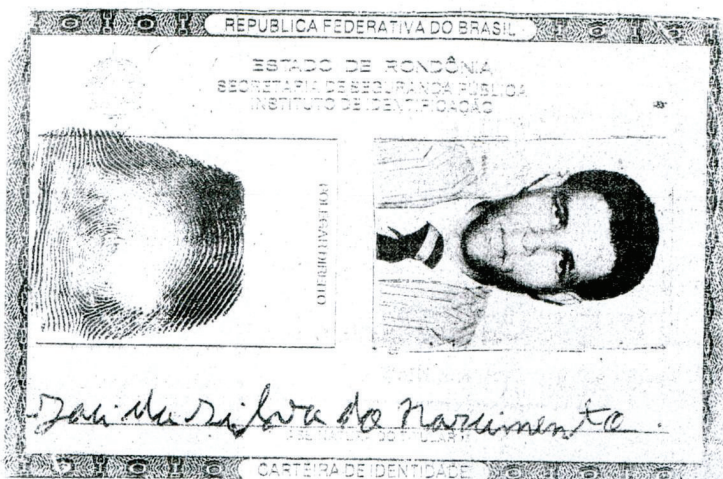
Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0027\*. Jaru-RO, 09 de fevereiro de 2015 - 10:33:20h.

Miriam Ferreira da Silva  
Escritor Autorizada

Emolumentos: R\$2,09. Fuij. R\$0,42. Selo: R\$0,86. Total = R\$3,37







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 536.254 DATA DE EXPEDIÇÃO 28.12.1993

NOME JACI DA SILVA DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO Dimas Rodrigues do Nascimento  
Lenir Felix da Silva do Nascimento

NATURALIDADE Jaru -RO DATA DE NASCIMENTO 08.04.1974

DOC ORIGEM Nasc.1747/Liv.A-3/Fls.150/Exp.Ja-  
ru-RO 22.01.86

CPF 22.01.86

ASSINATURA [Signature]

LEI [Illegible]

**1º TABELIONATO DE NOTAS**

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAS28926-C3054 - -  
Confira validade em: [www.tiro.ius.br/consultaselo/](http://www.tiro.ius.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0014\*. Jaru-RO, 20 de fevereiro de 2015 - 09:23:29h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrivente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09 - Faju: R\$0,42 - Selo: R\$0,86 Total = R\$3,37



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura  
Jaci da Silva do Nascimento

JACI DA SILVA DO NASCIMENTO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/10/99

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
JACI DA SILVA DO NASCIMENTO

Nº de inscrição  
564762642-49

Data do Nascimento  
08/04/74

[Barcode]

**1º TABELIONATO DE NOTAS**

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAS28927-531DE - -  
Confira validade em: [www.tiro.ius.br/consultaselo/](http://www.tiro.ius.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0014\*. Jaru-RO, 20 de fevereiro de 2015 - 09:23:33h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrivente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09 - Faju: R\$0,42 - Selo: R\$0,86 Total = R\$3,37





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ENGRAÇA DA COSTA FRANCISCO

IMAGEM DO TITULAR

ASSINATURA DO TITULAR

JOÃO DA SILVA CARDOSO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000994544 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/11/2005

NOME JOÃO DA SILVA CARDOSO

FILIAÇÃO ANTONIO DA SILVA CARDOSO

EVA CIRINO CARDOSO

NATURALIDADE MUCURICI-ES DATA DE NASCIMENTO 13/10/1977

DOC. ORIGEM Cert. Casamento nº 9.397 Livro 5-39 Folha 097

CPF 675.706.662-91 Dt Exp 12/12/2005

PIS/PASEP

Pedro Roberto Gemignani Mancebo  
ASSINADO EM JARU-RO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

**1º TABELIONATO DE NOTAS**

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAS28932-1C231 -

Confira validade em [www.tiro.ius.br/consultase/o/](http://www.tiro.ius.br/consultase/o/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0014\*. Jaru-RO, 20 de fevereiro de 2015 - 09:23:44h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrivente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09. Fuij: R\$0,42. Selo: R\$0,86. Total = R\$3,37

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

JOÃO DA SILVA CARDOSO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/03/99

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome JOAO DA SILVA CARDOSO

Nº de Inscrição 675706662-91

Data do Nascimento 13/10/77

**1º TABELIONATO DE NOTAS**

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAS28933-E07A4 -

Confira validade em [www.tiro.ius.br/consultase/o/](http://www.tiro.ius.br/consultase/o/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0014\*. Jaru-RO, 20 de fevereiro de 2015 - 09:23:47h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrivente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09. Fuij: R\$0,42. Selo: R\$0,86. Total = R\$3,37



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, sob pena de sanção prevista na Legislação vigente.

Assinatura: *Edgar Monteiro Lima*

EDGAR MONTEIRO LIMA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/02/97

COPIA COLORIDA

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
EDGAR MONTEIRO LIMA

Nº de Inscrição  
631972002-68

Data do Nascimento  
05/09/79

COPIA COLORIDA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 565.900

EXPIRAÇÃO 14.11.1994

NOME EDGAR MONTEIRO LIMA

FILIAÇÃO Edirson Souza Lima

Pracilda Monteiro Lima

NA JARU - RO 05.09.1979

C.Nasc. 7.625/FIs. 57v9/Lv. A-09

Exp. Jaru - RO 20.07.81

COPIA COLORIDA

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

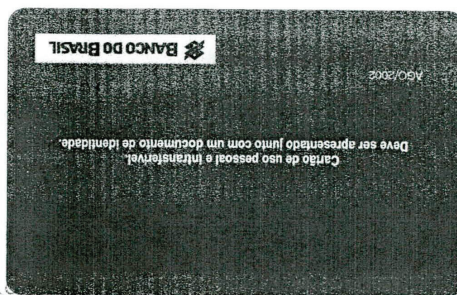
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

COPIA COLORIDA

Edgar Monteiro Lima

COPIA COLORIDA

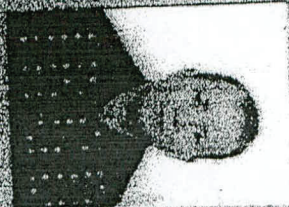
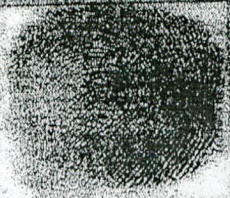







REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICACAO E REGISTRO CIVIL

2-870-1



  
\_\_\_\_\_  
CARTEIRA DE IDENTIDADE

[illegible]



REGISTRO GERAL 327.359  
 NOME CIRILO PEREIRA RODRIGUES  
 FILIAÇÃO Arnaldo Pereira Rodrigues  
 Irmã Zila Chioyete Rodrigues  
 NATURALIDADE Astorga-PR  
 DOB. ORIGEM Cert. Nasc. nº 9888/Fls 80/Lv 9-A/exp. er  
 Santa Fé-PR/28/08/1.969.  
 CPF 325428442.91  
 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/08/1.969  
 LOCAL DE NASCIMENTO  
 Assinatura do Titular  
 Wl. Maria Madalena Dias da Silva

50  
 REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 ESTADO DE RONDÔNIA  
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
 POLEGAR DIREITO  
 Assinatura do Titular  
 CARTEIRA DE IDENTIDADE



20.3. a) Declaração

Eu, JUCIMAR TELEK, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA INTERATIVA JARUENSE, declaro para os devidos fins que:

- a emissora encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Jarú-RO, 03 de janeiro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
JUCIMAR TELEK  
Representante legal  
CPF: 312.671.062-04



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS  
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO DE RADIO E DIFUSAO COMUNIT. INTERATIVA JARUENSE  
**CNPJ:** 02.795.569/0001-16

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:59:39 do dia 18/08/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/09/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 02.795.569/0001-16 <b>MATRIZ</b>		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	
		<b>DATA DE ABERTURA</b> 23/07/1998	
<b>NOME EMPRESARIAL</b> ASSOCIACAO DE RADIO E DIFUSAO COMUNITARIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> RADIO INTERATIVA			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> Não informada			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
<b>LOGRADOURO</b> R JOAO BATISTA		<b>NÚMERO</b> 2891	<b>COMPLEMENTO</b>
<b>CEP</b> 78.940-000	<b>BARRIO/DISTRITO</b> CENTRO	<b>MUNICÍPIO</b> JARU	<b>UF</b> RO
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 28/10/2005	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 14/02/2013 às 12:41:03 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Página: 1/1

REN

51

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**



Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 014554/2013-83  
SEAP/SC  
01/04/2013-16:51

A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA INTERATIVA JARUENSE, inscrita no CNPJ sob o nº 02.795.569/0001-16, com sede na Rua João Batista, nº 2891 - Centro, na cidade de Jarú, Estado de Rondônia, CEP: 76.890-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 297 datada de 16/05/2001 e Decreto Legislativo nº 171 publicado no Diário Oficial da União datado de 27/05/2003, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Jarú-RO, 03 de janeiro de 2013,

  
JUCIMAR TELEK  
Representante legal  
CPF: 312.671.062-09

Nome do representante da entidade: JUCIMAR TELEK  
CPF: 312.671.062-09

SENK  
13.1



**RELATORIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO D E RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE DE ACORDO COM AS NORMAS DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES REALIZADO NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2014, COM INÍCIO ÀS 08:00hs.**

Eu, **RONNIE QUADROS VIEIRA**, Presidente do Conselho Comunitária da Associação Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense - FM, juntamente com os demais conselheiros reunimos no dia 04 de Outubro de 2014 às 08:00hs na sua nova sede, sito na Avenida Brasil, 2195, Setor 01, cidade de Jarui, Estado de Rondônia, onde compareceram os membros do mesmo, Sendo escolhido o Sr. João Matias Vieira para secretariar a presente reunião tendo a presença do número de membros estipulado pelo estatuto para preparar o Relatório do Conselho Comunitário desta entidade do período de Outubro de 2014 a Outubro de 2015, onde decidimos discutir e avaliar a programação constado que a entidade vem prestando um serviço de utilidade publica no que se diz documentos perdidos, solicitação e vinculação de emprego, campanhas em favor da comunidade no tocante educação ambiental, campanhas de saúde, solicitação de doação de sangue através do hemocentro, campanhas de conscientização no transito juntamente com os órgãos do mesmo, campanhas de ajuda aos menos favorecidos, incentivo as agroindústrias recém criadas, ato este que da incentivo ao consumidor final, órgão acompanhante da matéria a Secretária de Agricultura Municipal, programa educativo ao produtor rural produzido pelo Conselho da Comunidade, Campanha de orientação do INSS através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, informativo através da Rádio Câmara, entre elas vinhetas de consciência a saúde, e Ambiental, como as informações do congresso nacional via internet, mesmo como a voz do Brasil que é obrigatoriamente por Lei. Não deixando de promover a cultural regional a musica, Ruas de Lazer, amostras de músicas, festivais de músicas, vários eventos no âmbito ambiental com parceria da ONG. EPA, cantores regionais, palestrantes, onde leva os perigos das drogas aos jovens da roça e da cidade com a participação direta da Polícia Militar através do PROERD, programas voltados diretamente para as crianças, Festas culturais em parceria com a APAE, torneios de futebol com parceria da Prefeitura Municipal, Jornal Interativo dentre outros. Quanto à programação da emissora foi observado e aprovado pelos conselheiros a nova grade de programação, a qual vai em anexo a esta ata. Foi solicitado ao Diretor Geral da Associação Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense que fosse corrigido o programa da Voz da Comunidade, apresentado pelo Sr. Francisco Berto do Conselho da Comunidade, dando a ele um suporte técnico para aprimorar a sua programação, tocar uma pouco mais de músicas tradicionais e ficando determinado ainda que não toquem músicas com letras escandalosas. Em atenção a este Conselho o Diretor disse que irá tomar as suas devidas providencia em relação ao assunto. Solicitado também a Diretoria da Emissora que não houvesse mais entrevistas no Horário de noticiário da emissora sem que fosse direcionando as entrevistas para análise do conteúdo dos programas para fins de direito de resposta ao denunciado mesmo que estivessem sendo gravado o programa. Lembrado que na lei 9.612/98 e bem claro que não pode ser feito citações de preço mesmo por telefone desta forma lembramos a direção executiva desta emissora que poderá causa um grande prejuízo a esta Organização. No entanto as demais programações desta emissora esta de boa qualidade.

Este Conselho se coloca a disposição de todos locutores e da Diretoria para cada vez mais sermos útil e fazermos de verdade uma rádio comunitária como sempre foi a Rádio de Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense e que todos tenham conhecimento dos assuntos debatidos em pauta.

  
Ronnie Quadros Vieira  
Coordenador

# 1º TABELIONATO DE NOTAS

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

Jose de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAP23002-A2559-

Confira validade em [www.tjro.ius.br/consultaselo/](http://www.tjro.ius.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0019\* Jaru-RO, 21 de outubro de 2014 - 17:00:23h.

Gessica Andrade de Cristo Teófilo

Escrevente Autorizada

Emolumentos: R\$1,97 Eulu - R\$0,39 Selo: R\$0,81 Total = R\$3,17



Lista de Presença dos Membros do Conselho

João Matias Lima  
Silvia R. Olivetti Rodrigues  
Art. Gomes Junior  
Luciana S. Oliveira  
Renilda da Silva Gomes  
Lidia de Castro Garcia  
Wellington Almeida Souza

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

**DESPACHO**Processo nº: **53900.067655/2015-75**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Jarú, Estado de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 07/12/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0857765** e o código CRC **9F166B1C**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA RECOMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE, LOCALIZADA NA AVENIDA BRASIL, 2195 – SETOR 01, NESTA CIDADE E COMARCA DE JARU, ESTADO DE RONDÔNIA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2.015.**

Aos 19 dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, nas dependências da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, nesta Cidade de Jaru, Estado de Rondônia, foi realizada a reunião Ordinária para Eleição e Posse dos novos membros para preenchimento de cargos em vacância na Diretoria Com início às 18:00hs. O Sr. Presidente deu início aos trabalhos dando boas vindas aos presentes e representantes das entidades aptas para concorrerem ao pleito eleitoral com direito a votar e ser votados, O Sr. Presidente Fez a leitura do Edital, onde constava o referido ponto de pauta: 1) Eleição e Posse de novos membros para cargos em vacância da Direção; 2) Outros assuntos de interesses dos presentes. Em seguida o Sr. Presidente esclareceu aos presentes o motivo pelo qual foi convocada a presente assembleia, sendo a mesma em exigências feita através de solicitação por parte da Anatel, de acordo com o Ofício nº. 317/2015/SEI-MC. Disse ainda que de acordo com as regras do Ministério das Comunicações não poderão fazer parte da Diretoria da Associação pessoas ligados a Partidos Políticos e nem Ministros Religiosos de acordo com o Art. 11 da Lei 9612/98 e Anexo 01-NT-209. Diante destes fatos acima citados teremos que fazer as devidas alterações. Foram discutidos entre os presentes e indicados o nome do Sr. João da Silva Cardoso para preenchimento da vaga deixada pelo Sr. Samuel Neunfeld Vorpapel, Diretor Vice-Presidente; Edgar Monteiro Lima, para ocupar a vaga deixada pelo Sr. Juscimar Telek, de Diretor Administrativo; Jaci da Silva do Nascimento, para ocupar a vaga do Sr. Wanderlei Dias da Silva, Diretor Financeiro Adjunto. Não havendo nada mais a ser tratado o Sr. Presidente colocou em votação os nomes indicados, sendo os mesmos aprovados por todos os presentes, ficando assim discriminadas os nomes e cargos da nova diretoria: Diretor Presidente; O Sr. **Francisco Cardoso Ferreira**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 103.545 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 084.995.782-68, residente e domiciliado na Avenida Brasil, 2343, Setor 01, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Vice-Diretor Presidente, o Sr. **João da Silva Cardoso**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 000994544 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 575.706.552-92, residente e domiciliado na Rua Pará, 2086, Setor 04, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretor Administrativo, o Sr. **Edgar Monteiro Lima**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 565.900 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 631.972.002-68, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Norte, 1994, Setor 01, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretora Administrativa Adjunta, a Sra. **Darcila Aparecida Corrent Vieira**, brasileira, maior, Portadora da Carteira de Identidade RG. nº. 1.686.444 SSP/SC e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 648.761.959-00, residente e domiciliada na Rua Rio de Janeiro, 2920, Setor 02, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretor Financeiro, o Sr. **Antônio Martins de Souza**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 24.311.299-3 SSP/SP e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 164.484.668-35, residente e domiciliado na Rua João de Albuquerque, 2451, Setor 01, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretor Financeiro Adjunto, o Sr. **Jaci da Silva do Nascimento**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 536.254 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 564.762.642-49, residente e domiciliado na Avenida Tiradentes, 2559, Setor 05, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretor de Comunicação Social, o Sr. **Cirilo Pereira Rodrigues**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 327.359 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 325.428.442-91, residente e domiciliado na BR 364 km 432 – Zona Rural, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO e para conselho fiscal efetivos: **Maria Lúcia Teobaldo da Silva**, brasileira, maior, Portadora da Carteira de Identidade RG. nº.-629.131 SSP/RO e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 765.814.462-20, residente e domiciliada na Rua Dilma de Oliveira, 3768, Setor 06, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO, **Jaime Marques da Silva**, brasileiro, maior, Portador da





**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
*José de Almeida Rocha*  
TABELIÃO

**Selo Digital de Fiscalização - D8AAT20418-870DA ..**  
Confira validade em [www.tirc.ius.br/consultaselo/](http://www.tirc.ius.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0024\* Jaru-RO, 24 de fevereiro de 2015 - 10:56:19h

*Géssica Andrade de Cristo Teófilo*  
Escritoriente Autorizada

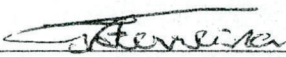
Emolumentos: R\$2,09, Fxju: R\$0,42, Selo: R\$0,86, Total = R\$3,37

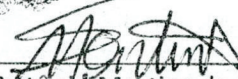
*Handwritten signature: André*

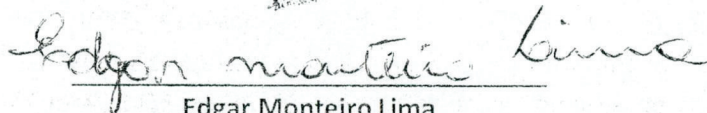
*Blue circular stamp: TABELIONATO DE NOTAS JARU-RO*




Carteira de Identidade RG. nº. 820.514 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 161.748.792-91, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 1482, Setor 07, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO e **Edinalva Onézio**, brasileira, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 533.850 SSP/RO e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 564734.192-68, residente e domiciliada na Linha 617 km 08, Zona Rural, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO e para o conselho fiscal suplentes: **Renato Correia da Silva**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 526.986 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 561.961.642-87, residente e domiciliado na Linha 634 km 20, Zona Rural, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO, **Aparecido Nogueira**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 45.586 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 040.368.242-87, residente e domiciliado na Rua Afonso José, 3475, Setor 01, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; **Wellington Almeida Souza**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 000538260 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 566.362.452-04, residente e domiciliado na Linha 605 km 03, Zona Rural, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO. Não havendo nada mais a ser tratado na presente Assembleia o Sr. Presidente deu como eleita a chapa acima discriminada, dando posse logo em seguida aos novos membros eleitos. O Presidente, Sr. **Francisco Cardoso Ferreira** agradeceu o comparecimento de todos e o apoio para que o mesmo possa continuar a administrar e conduzir os trabalhos da associação até o dia **03 de Outubro de 2018**. Não Havendo nada mais a se tratar, eu, **Edgar Monteiro Lima**, Lavrei a presente ata a qual vai assinada por mim, bem como pelo Sr. Diretor Presidente e Sr. Diretor Financeiro, Seguindo a lista de presença em anexo com as assinaturas dos demais membros da Diretoria e Conselheiros Fiscais.

  
Francisco Cardoso Ferreira  
Diretor Presidente

  
Antônio Martins de Souza  
Diretor Financeiro

  
Edgar Monteiro Lima  
Diretor Administrativo

**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
TABELIAO  
TABELIONATO DE NOTAS  
Selo Digital de Fiscalização - D8AAS29718-28595-D8AAS29718-0C198  
D8AAS29720-BBBD0  
Confira validade em [www.tiro.tes.br/consultaselo/](http://www.tiro.tes.br/consultaselo/)  
Reconheço por semelhança as assinaturas de FRANCISCO CARDOSO FERREIRA, ANTONIO MARTINS DE SOUZA e EDGAR MONTEIRO LIMA. Dou Fé.  
0008.\*FXZ96X1U-1322246-88\*  
Jaru-RO, 23 de fevereiro de 2015 - 14h23:32h.  
Marcos Antônio dos Santos - Tabelião Substituto  
Emolumentos: R\$6,24, Fui. R\$1,26, Selo: R\$2,68, Total = R\$10,08

  
**OFÍCIO ÚNICO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS**  
Heraldo Bonfim Soares - Oficial Substituto  
Eliton de Oliveira - Oficial Substituto  
Jakeliny G. Vieira - Escrevente Autorizada  
AV. RIO BRANCO, 2010 - CENTRO - FONE: (69) 3521-1211 - JARU / RO  
Selo Digital de Fiscalização - D8AAS1058-544E1  
Confira validade em [www.tiro.tes.br/consultaselo/](http://www.tiro.tes.br/consultaselo/)  
Protocolo nº 0011222 Data: 23-02-2015  
Registro 0000562 Av. 08 Data: 23-02-2015 Livro A 051. Fls. 195-199  
Jaru-RO, 23 de fevereiro de 2015.  
Heraldo Bonfim Soares - Oficial  
Emolumentos: R\$64,75 Fui. R\$12,95, Selo: R\$0,80, Total = R\$78,50

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**COMARCA DE JARU**  
Cartório de Reg. de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas





**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

**Selo Digital de Fiscalização - D8AAT20416-2293D**  
Confira validade em [www.tro.jus.br/consultaselo/](http://www.tro.jus.br/consultaselo/)

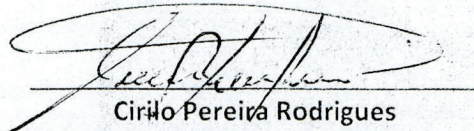
Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0024\* Jaru-RO, 24 de fevereiro de 2015 - 10:56:06h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrevente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09, Fuju: R\$0,42, Selo: R\$0,86, Total = R\$3,37

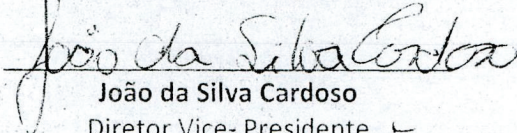






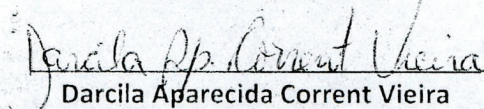
Cirilo Pereira Rodrigues

Diretor de Comunicação Social



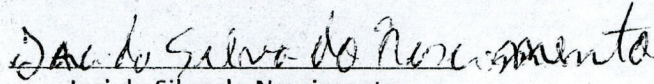
João da Silva Cardoso

Diretor Vice- Presidente



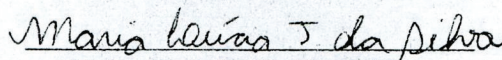
Darcila Aparecida Corrent Vieira

Diretora Administrativa Adjunta



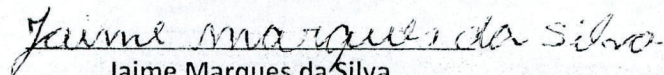
Jaci da Silva do Nascimento

Vice-Diretor Financeiro



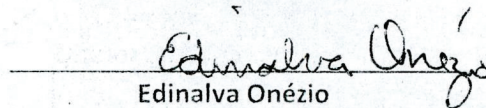
Maria Lúcia Teobaldo da Silva

Conselho Fiscal Efetivo



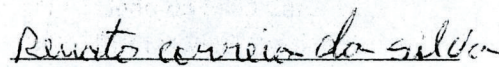
Jaime Marques da Silva

Conselho Fiscal Efetivo



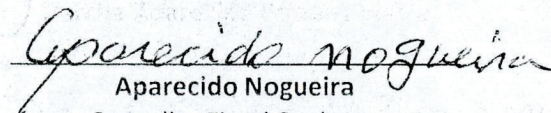
Edinalva Onézio

Conselho Fiscal Efetivo



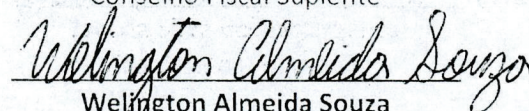
Renato Correia da Silva

Conselho Fiscal Suplente



Aparecido Nogueira

Conselho Fiscal Suplente



Wellington Almeida Souza

Conselho Fiscal Suplente



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 18573/2015/SEI-MC**

Processo nº: **53000.014554/2013-83**

Assunto: **Renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaru/RO**, por meio da Portaria nº **297**, publicada no DOU de 31/05/2001, e Decreto Legislativo nº **171**, publicado no DOU de 27/05/2003.

**ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 27/05/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou, tempestivamente, seu pedido de renovação de outorga em 01/04/2013, postado em 19/03/2013, páginas 02 e 70, evento SEI (0084207), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011.

REQUERENTE

ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA  
EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE

QUADRO DIRETIVO

FRANCISCO CARDOSO FERREIRA - Diretor Presidente  
JOÃO DA SILVA CARDOSO - Diretor Vice Presidente  
EDGAR MONTEIRO LIMA - Diretor Administrativo  
DARCILA APARECIDA CORRENT VIEIRA - Diretora Administrativa Adjunta  
ANTONIO MARTINS DE SOUZA - Diretor Financeiro  
JACI DA SILVA NASCIMENTO - Diretor Financeiro Adjunto  
CIRILO PEREIRA RODRIGUES - Diretor de Comunicação Social



3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 58 a 75 do evento SEI (0279994) do documento 53581.001051/2014-35.
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 03 do evento SEI (0429773) do documento 53581.000095/2015-29.
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 09, 11, 13, 16 do evento SEI (0429773) do documento 53581.000095/2015-29. Páginas 39, 40 e 43 do evento SEI (0279994) do documento 53581.001051/2014-35.
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 06 do evento SEI (0084207). Processo nº 53900.034877/2014-21: alterações técnicas.
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, evento SEI (0670354).
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 27 do evento SEI (0084207).

7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 25 a 27 do evento SEI (0279994) do documento 53581.001051/2014-35.
----	--	--

4. Não existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (0857765) processo anexado 53900.067655/2015-75.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 10/12/2015, às 16:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 11/12/2015, às 07:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 15:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 16/12/2015, às 12:51, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.  
Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 31/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0670219** e o código CRC **3C0C371B**.

## Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.014554/2013-83**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **27/05/2013**, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Jaru/RO**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência,



para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014554/2013-83 e nº 53800.000066/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Jaru/RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.



19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			



2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.







**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

---



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

---

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO**

**EDIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE**  
**Avenida Brasil, 2195 - Setor 01 - CENTRO**

**CEP: 76.890-000**

**CNPJ: 02.795.569/0001-16**

**TELEFAX: (0XX69) 3521-1531/3521-2764**

**fminterativajaru@hotmail.com**

**JARU/RO**

# **ESTATUTO SOCIAL**

**2ª alteração estatutária - 03/10/2014**



A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, com potência de 25 KHz e com frequência modulada de 105,9 MHz, com comunicação social e cultural, nasceu com objetivo de trabalhar pelo desenvolvimento social, organizando e defendendo os direitos do cidadão da comunidade de Jarui e Região, atendendo disposto no artigo 5º incisos XVIII a XXI e artigo 174, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinados com o artigo XX da Declaração Universal dos direitos humanos.

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, seguirá os princípios norteadores da liberdade, fraternidade e igualdade a todos os sócios, sem discriminação de qualquer natureza.

## **CAPÍTULO I**

### **DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO.**

Art. 1º

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, cultural e comunicação social, doravante denominada pela sigla ARDCIJ, é uma entidade civil. Fundada de fato em 11 de Junho de 1998 e, de direito, a partir do registro em cartório competente, com sede e foro na cidade de Jarui, estado de Rondônia, na rua João Batista nº 2.891, centro, como Associação e representação da comunidade compreendida na região política e administrativa do Município de Jarui, tendo como característica:

- I - Ser uma pessoa jurídica do direito privado sem fins lucrativos;
- II - Ter um número ilimitado de sócios subordinados ao presente estatuto e demais normas regimentais;
- III - Ter prazo de duração indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS FINALIDADES E OBJETIVOS**

Art. 2º

São Finalidades de Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, integração social e desenvolvimento comunitário dos cidadãos e associações civis do Município de Jarui, Região e Adjacências de Rádio e Difusão Comunitária Interativa Jaruiense, com o ideal de promoção educacional, cultural, ambiental, artístico, esportivo, científico, informativa e de comunicação social, sempre com o espírito de união e desenvolvimento de seus sócios, sem interferência de qualquer alegação que possa ferir os princípios de liberdade e expressão, de organização e livre iniciativa, visando a contribuir para a formação da cidadania melhor atender as necessidade da comunidade:

#### **Parágrafo único:**

A fim de cumprir com seus objetivos fundamentais, sem executar outros que venham a ser indicada, esta associação se propõe a:

- I - Criar e manter equipamentos educacionais, profissionalizações, ou buscar parcerias ou convênio com instituições públicas ou privadas, para treinamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de cursos e oficinas de formação continuada;
- II - Incentivar, divulgar, promover diretamente ou através de parcerias, a criação de projetos de conscientização da defesa e proteção ao meio ambiente como forma primordial de qualidade de vida;
- III - Promover e realizar programas de animação cultural através de campanhas, feiras, seminários, palestras, conferências, debates, simpósios, intercâmbios, técnicos, estudos e pesquisas;



- IV- Promover, divulgar, incentivar produções independentes ou associadas, de amadores ou profissionais de atividades artísticas em todas as suas formas de expressão;
- V - Criar e manter, ou promover parcerias e convênios para a fundação de um Centro Cultural e Esportivo, para desenvolvimento de atividades artísticas e de incentivos a prática e de diversas modalidades Esportivas, com lazer ou profissionalizantes.
- VI - Estimular o convívio social e a cultura, através da criação de bibliotecas, gibiteca, videoteca e brinquedoteca, fixas e ambulantes;
- VII - Criar e desenvolver atividades dirigidas à população de terceira idade que reconheçam e resgatem o papel social do idoso, promovendo assim, o exercício pleno de sua cidadania;
- VIII - Incentivar ou promover a criação, com a ajuda dos poderes públicos, estatais, associações privadas ou associações não governamentais, de:
- a) Creches comunitárias;
  - b) Setores produtivos comunitários;
  - c) Áreas de atividades de lazer comunitárias;
  - d) Órgãos não governamentais de defesa do consumidor;
  - e) Órgãos de estudo e atendimento comunitário relativos as áreas de educação, trabalho, saúde, habitação, saneamento básico, transporte, segurança, e outros;
- IV - Divulgar as atividades dos poderes públicos relativamente à área comunitária, a cidade e aos cidadãos em geral, como conselhos comunitários (de abastecimento, segurança, saúde, da mulher, do idoso dos menores), PROCON, DECON, Delegacias especializadas e outros;
- X - Promover e divulgar as diversas formas de associações por cooperativas, como as de trabalho, habitação, serviços médicos, consumo, escolares, serviços de transporte, crédito, artesanato e outros;
- XI - Informar e divulgar a atuação das associações de defesa do direito dos trabalhadores;
- XII - Promover divulgar e incentivar as associações de empresários da região, visando a fortalecer o seu desenvolvimento econômico, bem como a incentivar a criação de frente alternativas do trabalho;
- XIII - Difundir os ideais e fins da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, bem como leis, direitos e responsabilidade dos cidadãos, através da criação de emissora e radio fusão comunitária ou não, podendo cria-las, mantê-los e administrá-los através de um conselho comunicação social, fiscalizado por um conselho comunitário autônomo, observando os preceitos legais.
- XIV - Atuar juntos aos poderes públicos municipal, estadual, federal, ao setor privado e organizações não governamentais, no sentido de obter meios de sessão de uso de espaço público ou privado, a fim de se manter e de se administrar, por regulamentos específicos aprovados em Assembléia Geral, bem como no sentido de manter e organizar as dependências que se fizerem necessárias aos seus propósitos;
- XV - A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense executará o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente.

### **CAPITULO III**

#### **DOS SÓCIOS**

##### **SESSÃO I**

##### **DA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES.**





### Artigo 3º

Serão sócias todas as entidades que solicitarem sua inscrição, como pessoas físicas e jurídicas, devidamente com representatividade e atuação direta dentro do Município e, representadas por seus representantes legais, bem como o ingresso gratuito de todos e quaisquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço mediante preenchimento de ficha de inscrição, onde conste a aceitação deste estatuto, dos regimentos internos e aprovados pela diretoria Executiva:

#### Parágrafo Primeiro

Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense não terá distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa;

#### Parágrafo Segundo

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense poderá cobrar de seus membros integrantes uma taxa de manutenção, a fim de custear suas atividades e sua sustentação física;

#### Parágrafo Terceiro

Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais em nome da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

### Art. 4º

Os sócios pertencerão às seguintes categorias:

I - Fundadores - Sócios que assinarem o instrumento de constituição de Associação de Rádio e Difusão Comunitária educativa Interativa Jaruiense.

II - Efetivos - Sócios que participarem diretamente das atividades da associação de Rádio e Difusão Comunitária Interativa Jaruiense e contribuir com a mensalidade, se for o caso, para esta associação;

III- Beneméritos - Sócios que prestarem relevantes serviços, ou contribuição / doações, para a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

IV - Honorários - Sócios que venham a receber este título em razão de relevantes serviços prestados à comunidade, deste tenham seus nomes indicados pela diretoria Executiva e aprovados pelos conselhos.

### Art. 5º

São Direitos Dos Sócios:

I - Participar da estrutura organizacional da associação de Rádio e Difusão Comunitária Jaruiense bem como das atividades desenvolvidas pela associação;

II - Votar e ser votado para a composição de órgãos diretivos da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Jaruiense ressalvadas as limitações constante neste estatuto;

III - Apresentar projetos, propostas de emendas a projetos e opinar frente ao desenvolvimento dos trabalhos dos órgãos diretivos da entidade;

IV - Ter assegurado direito de defesa sobre qualquer acusação ou penalidade que lhe seja imputado, cabendo recurso a assembléia geral;

V - Utilizar-se de todos os serviços mantidos pela Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, respeitadas as disposições administrativas, regimentos internos e estatutários.

### Art. 6º

#### SÃO DEVERES DOS SÓCIOS FUNDADORES E EFETIVOS

I - Cumprir e fazer integralmente o presente estatuto;

II - Comparecer às assembleias convocadas pela Associação de Rádio e Difusão



- III - Zelar pela aplicação dos princípios e objetivos definidos pela associação de Rádio e Difusão Comunitária Jaruiense;
- IV - pautar sua conduta pessoal e/ ou profissional dentro dos princípios éticos;
- V - pagar em dias as contribuições fixadas ou deliberadas pela assembléia geral.

#### **Parágrafo único**

O cumprimento dos deveres descritos neste artigo é condição indispensável para que o sócio possa participar de quaisquer atos na Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

### **SEÇÃO II**

#### **DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO.**

##### **Art. 7º.**

A demissão do sócio, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida formalmente ao presidente da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

##### **Art. 8º**

A eliminação do sócio, que será aplicada em virtude de infração da lei, deste estatuto, do regimento interno ou das deliberações das Assembléias Gerais, será feita por decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, depois da notificação ao infrator.

#### **Parágrafo Primeiro**

os sócios serão passíveis de punições, observada a natureza e a gravidade da infração que serão prevista em regimento interno e descritas neste estatuto as forma de aplicações das penalidades que serão as seguintes:

I - advertência: notificação por escrito da Diretoria

Executiva;

II - suspensão: afastamento do sócio por um período definido pela Diretoria Executiva;

III - eliminação: afastamento definitivo do sócio por decisão da Assembléia Geral.

#### **Parágrafo Segundo**

A aplicação das penalidades contidas no parágrafo anterior, imputada a qualquer membro da Diretoria Executiva e do Conselho fiscal, deverá ser por resolução da maioria da diretoria Executiva e conselho fiscal, referendada em assembléia Geral.

#### **Parágrafo Terceiro**

**ALÉM DE OUTROS MOTIVOS, A DIRETORIA EXECUTIVA DEVERÁ PUNIR O SÓCIO QUE:**

a) Divulgar informações relevantes sigilosas ou inverídicas sobre a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense que possam prejudicar - la nas suas atividades ou negócios sociais;

b) Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense ou que colhida com seu objeto social.

c) For condenado em processo criminal quando no exercício de suas próprias atividades, ou cível, quando em confronto com a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense;

#### **Parágrafo Quarto**

Cópia autêntica da decisão punitiva, remetida ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias através de procedimento que comprove as respectivas datas de remessa e de recebimento.



### **Parágrafo Quinto**

O sócio punido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação, interpor recurso que será recebido pela diretoria Executiva e decidido em Assembléia Geral.

Art. 9º

### **A EXCLUSÃO DO SÓCIO SERÁ FEITA POR:**

- I - Dissolução da Entidade;
- II - incapacidade Jurídica não suprida;
- III- deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

#### **SEÇÃO I DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 10º

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense será composta pelos seguintes órgãos: Assembléia Geral, diretoria Executiva, conselho fiscal, conselho gestor de comunicação social e conselho comunitário.

### **Parágrafo Primeiro**

O exercício de qualquer das funções requerida para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado, podendo, entretanto ocorrer destinação de verba de representação para aplicação exclusiva ao serviço prestado e obrigado a prestação de contas junto ao departamento financeiro.

#### **SEÇÃO II DA ASSEMBLÉIA GERAL.**

Art. 11º

A assembléia geral, ordinária ou extraordinária dos sócios é o órgão supremo da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense e, dentro dos limites legais e das normas vigentes dos dispositivos estatutários, poderá tomar todas e quaisquer decisões sobre os assuntos relativos aos fins e atividade das entidades.

### **Parágrafo Primeiro**

A Assembléia geral constituir-se-á dos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo dos direitos estatutários, os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir debater a pauta em questão.

### **Parágrafo Segundo**

Será vedada a discussão de matéria estranha ao edital de convocação da Assembléia Geral, não podendo ser votados assuntos não especificados na pauta de convocação.

### **Parágrafo Terceiro**

As deliberações da Assembléia Geral vinculam a todos, ainda que ausentes e discordantes.

Art. 12º

A Assembléia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no primeiro trimestre, ou extraordinariamente a qualquer tempo, quando convocada:

- I - Pelo presidente da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa





- II - Pelo conselho fiscal;
- III - Por, pelo menos, 1/3 dos sócios em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais;
- IV - Por, pelo menos, 1/5 dos sócios em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais e deliberação sobre:
  - a) Destituição de membros da diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
  - b) Dissolução da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

**Parágrafo único.** Para as deliberações a que se referem Aas letras a e b do inciso IV, deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

Art.. 13°

O "quorum" para instalação da Assembléia Geral será metade mais 1 (um) dos números de sócios, em primeira convocação, e de qualquer número em segunda convocação, que deverá ocorrer 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação.

#### **Parágrafo Primeiro**

A Assembléia deverá ser instalada pelo presidente da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense ou por qualquer membro da diretoria Executiva que poderá convidar um dos sócios presentes para presidi-la.

#### **Parágrafo Segundo**

As decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos sócios presentes.

#### **Parágrafo Terceiro**

Que ocorrer na Assembléia Geral deverá constar na ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos diretores e fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) associados designados pela assembléia e, ainda por quantos o queiram fazer.

#### **Parágrafo Quarto**

Os sócios admitidos depois da convocação da Assembléia geral não poderão participar dela.

Art. 14°

A Instalação de Assembléia geral Extraordinária para deliberações estipulada neste artigo 12° em seu inciso IV, alíneas A e B, somente poderá ocorrer com a presença de no mínimo 50 % (cinquenta por cento) mais um dos sócios fundadores e efetivos da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

#### **Parágrafo único.**

As decisões sobre deliberações estipuladas neste artigo somente serão validas, por no mínimo 50% (cinquenta por cento), mais 1 (um) dos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais

Art.. 15°

A Assembléia será normalmente convocada pelo presidente, com o mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, através de edital de convocação fixada em lugar visível da entidade e publicado em jornal de circulam na região.

#### **Parágrafo único**

O edital de convocação deverá constar a pauta de discussões.

Art.. 16°

Os membros comparecerão à Assembléia Geral pessoalmente, não sendo





**Art. 17º**

Compete à Assembléia Geral ordinária, em especial:

- I - Deliberar e votar o parecer do conselho fiscal sobre o relatório anual, balanços econômicos e financeiros apresentados pela diretoria Executiva;
- II - deliberar sobre a previsão orçamentária para o exercício seguinte;
- III - Deixar o valor e estabelecer a forma de contribuição dos sócios;
- IV - Deliberar, em última instância, sobre recursos interpostos pelos sócios, contra penalidades penetradas;
- V- Aprovar programas, serviços e diretrizes para o desenvolvimento da entidade;
- VI- Deliberar sobre matérias não previstas neste estatuto na forma do disposto no artigo 11º parágrafo 2º;
- VII- eleger os membros da diretoria executiva e do conselho fiscal;

**Art. 18º**

Compete a Assembléia Geral extraordinária:

- I - Deliberar sobre os assuntos pautados na sua convocação;
- II - Decidir sobre a indicação de títulos de sócios honorários;
- III - Alterar o valor da contribuição dos sócios;
- IV - Julgar penalidades impetradas aos sócios e/ou membros da diretoria executiva e conselho fiscal;
- V - Aprovar regimento interno e cargos auxiliares;
- VI - Deliberar sobre a destituição total ou parcial, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal atendendo disposto no artigo 11º inciso 2º; - 12º, inciso IV, alínea a e 14º inciso ú;
- a) Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, À Assembléia Geral poderá designar diretores provisórios até a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- VII - Eleger os cargos que sofra vacância no decorrer de seus mandatos;
- VIII - Deliberar sobre o patrimônio da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, ouvido o Conselho Fiscal sobre compra, venda ou alienação dos bens móveis ou imóveis;
- IX - Deliberar sobre mudanças de objetivos da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, fazer emendas ou reformar o estatuto na forma do disposto do artigo 11º, parágrafo 2º;
- X - Deliberar sobre a dissolução voluntária da Entidade e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas, observados o disposto nos artigos 11º inciso 2º, 12º, inciso IV, alínea b; 14º inciso único.

**Parágrafo Único:** Para a destituição de Administradores e alterações Estatutária será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes e assembléias convocadas especialmente para esse fim.

**SESSÃO III**

**DAS ELEIÇÕES**

**Art. 19º.**

Dentre os membros com capacidades civil e absoluta e em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais, com prazo de pelo menos 10 (dez dias), serão indicados pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, 03 (três) nomes para compor a comissão Eleitoral a quem competirá:

- I - organizar o pleito que alegará a Nova Diretoria Executiva e conselho fiscal;
- II - vetar as chapas que não atenderem às exigências estatutárias e regimentais





- a) - Ao veto fundamentado caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, à comissão eleitoral;
- III - Receber as inscrições de chapas, até 60 (sessenta) dias antes do pleito;
- IV - Confirmar as chapas concorrentes, até 30 (trinta) dias antes do pleito;
- V- Determinar a forma de votação, o dia do pleito eleitoral, o local, o horário de início e término de votação;
- VI- Determinar caso ocorra, empate data, local, horário para o novo pleito;
- VII - Determinar a data da posse, que não poderá exceder 30 (trinta) dias após o pleito.

**Art. 20º**

Poderão candidatar-se para os cargos da Diretoria Executiva do Conselho Fiscais, sócios fundadores e efetivos, pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos, que contarem com mais de 02 (dois) anos de efetiva e ininterrupta atuação na área de execução do serviço da rádio, e contribuição para com a entidade.

**Parágrafo Primeiro:** A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense deverá assegurar a todos os seus associados pessoas físicas em dia com as suas contribuições estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os Órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

**Parágrafo Primeiro:** A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense deverá assegurar o ingresso gratuitos como associados, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediado na área de execução do serviço conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

**Art.. 21º**

Terão direito a voto os sócios fundadores e efetivos que contarem com mais de 06 (meses) de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

**Art. 22º.**

Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria e simples votantes presentes à eleição.

**Parágrafo único**

Ocorrendo empate entre as chapas mais votadas, será realizada nova eleição no prazo de 15 (quinze) dias, a qual concorrerão as chapas empatadas.

**SEÇÃO IV.**

**DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art.. 23º**

A Diretoria Executiva, eleita pela Assembléia Geral será composto por 07 (sete) membros que compreende:

- 1 - Diretor Presidente;
- 2 - Diretor Vice Presidente;



- 4 - Diretor Administrativo Adjunto;
- 5 - Diretor Financeiro;
- 6 - Diretor Financeiro adjunto;
- 7 - Diretor de Comunicação Social.

Art. 24º

Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um período de 04 (quatro) anos permitida a reeleição, observando o disposto do artigo 20º:

**Parágrafo Primeiro**

A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente cada 180 (cento e oitenta dias) e, extraordinariamente sempre que se fizer necessário ou, ainda por solicitação do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Segundo**

O "quorum" para a instalação da reunião será metade mais 01 (um) dos membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos.

**Parágrafo Terceiro**

Será lavrada a ata de cada reunião, em livro próprio na qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas a ata será assinada por todos os presentes.

Art. 25º

Compete a Diretoria Executiva, dentro dos limites da lei e deste estatuto, atendidas as recomendações ou decisões da Assembléia Geral.

I - Estabelecer normas orientar e controlar todas as atividades e serviços da associação da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

II - Analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos, orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimento além de acompanhar seus resultados;

III - Propor a Assembléia Geral o valor da contribuição mensal dos sócios e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;

IV - Contrair obrigações transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

V - Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembléia Geral;

VI - Indicar banco ou bancos na quais deverão ser feitos os depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;

VII- Deliberar sobre a demissão, admissão e punição de sócios;

VIII- Programar as operações e serviços da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

IX- Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações da assembléia Geral;

X- Criar instalar e coordenar órgãos de assessoramento necessários ao desenvolvimento da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense;

XI - Deliberar sobre convocação da Assembléia Geral;

XII - Apresentar a Assembléia Geral ordinária o relatório e as contas de sua gestão;

XIII - Estabelecer em instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas no caso de violação ou abuso cometido contra disposições da lei deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a sociedade, que vierem a ser expedidas de suas reuniões;





### **Parágrafo único**

As normas estabelecidas pela Diretoria Executiva serão baixadas formas de resoluções ou Instruções e constituição do regimento Interno da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

## **SEÇÃO V**

### **DA ADMINISTRAÇÃO**

#### **Art. 26º.**

Compete a Diretoria Executiva:

À administração da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias.

#### **Art. 27º**

Compete ao diretor presidente:

- I - Representar a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense ativa e passivamente em juízo ou fora dele;
- II - Convocar as assembleias e as reuniões ordinárias e extraordinárias presidindo esta e instalando aquelas;
- III - Assinar, com o diretor administrativo as propostas de novos sócios para o quadro social, atas de Assembléia;
- IV - Assinar juntamente com o diretor financeiro cheques e/ou documentações que envolvam responsabilidades financeiras;
- V - Abrir e fechar os termos dos livros usados pela Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense e rubrica-los;
- VI - Apresentar ao Conselho fiscal e a Assembléia Geral o relatório e balanço anual;
- VII- Realizar mediante aprovação da Diretoria Executiva a contratação de pessoal, empréstimos e outras obrigações pecuniárias;
- VIII - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno.

#### **Art. 28º**

Compete ao diretor Vice-Presidente:

- I - Assessorar presidente nos exercícios das funções;
- II - Substituir o diretor presidente em seus eventuais impedimentos;
- III - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

#### **Art. 29º**

Compete Ao Diretor Administrativo.

- I - Organizar o quadro social;
- II- Encarregar-se da documentação e informação, mantendo atualizada as correspondências e o arquivo da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense;
- III - Assinar com o diretor presidente: a correspondência e admissão de novos sócios atas de assembleias e livros de registro;
- IV - Secretariar e lavrar as atas das reuniões da Diretoria Executiva;
- V - Atualizar e manter sob sua guarda os livros de atas das reuniões da Diretoria Executiva e das reuniões Gerais;
- VI - Registrar e manter atualizados os cadastros dos sócios;
- VII - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

#### **Art. 30º**

Compete Ao Diretor Administrativo Adjunto:

- I - Assessorar o diretor administrativo;
- II - Substituir o diretor administrativo em seus eventuais impedimentos;
- III - Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;



**Art. 31º**

Compete ao diretor financeiro:

- I - Ter sob sua tutela os valores da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, bem como papéis e documentos financeiros;
- II - Assinar juntamente com o diretor presidente, cheques bancários e autorizações de despesas;
- III - Receber doações e subvenções;
- IV - Emitir recibos e dar quitações conferir ou impugnar contas e cálculo da Rádio e Difusão Comunitária Interativa Jaruense, e a ela relativos;
- V - Proceder, ou mandar proceder, a escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- VI - Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias providenciárias e outras, devida ou da responsabilidade da Associação;
- VII - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

**Art. 32º**

Compete ao diretor Financeiro Adjunto:

- I - Assessorar o diretor financeiro;
- II - Substituir o diretor financeiro em seus eventuais impedimentos;
- III - Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;

**Art. 33º**

Compete ao diretor de Comunicação Social;

- I - Criar e presidir um conselho gestor de Comunicação Social, para auxiliá-lo em suas funções;
- II - Elaborar o planejamento de sua área, responsabilizando-se por sua implantação e acompanhamento, após Aprovação da Diretoria Executiva;
- III - Coordenar os eventos da associação e a programação dos veículos de comunicação de sons e imagem que estejam sobre responsabilidade;
- IV - Orientar as atividades de jornalismo, zelando pelo cumprimento dos objetos institucionais e legais, bem como a preservação da postura ética exigida pela Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense;
- V - Desenvolver e aperfeiçoar a comunicação inteirando e propondo novas concepções normas procedimentos na Associação de Rádio e Difusão Comunitária Jaruense, e entre seus sócios;
- VI - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

**SEÇÃO VI.**

**DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 34º.**

À administração da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense será fiscalizada por um conselho Fiscal constituído por 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral que elegeu a Diretoria Executiva para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Único.**

Não pode fazer parte deste conselho Fiscal além dos sócios não enumerados no artigo 4º. (quarto) deste estatuto, os parentes dos membros da diretoria Executiva até o 2º (segundo) grau, conjugues e afins.





**Art. 35º**

Conselho fiscal reunir-se-á, com a participação de, pelo menos 03 (três) membros, ordinariamente a cada 04 (quatro) meses e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação de maioria de seus membros, ou por solicitação dos membros da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, por razões formalizadas junto de quaisquer de seus membros.

**Parágrafo Primeiro**

Em sua primeira reunião escolherá, entre os seus membros efetivos, um coordenador, incumbido de convocar e dirigir os trabalhos destas e um secretário.

**Parágrafo Segundo**

As reuniões poderão ser convocadas, ainda por qualquer de seus membros, por solicitação da Diretoria Executiva ou da Assembléia Geral.

**Parágrafo Terceiro**

Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos pelo secretário e, na ausência deste também, pelo membro efetivo remanescente.

**Parágrafo Quarto**

As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio, que, após sua leitura, deverá ser assinada por todos membros presentes.

**Art. 36º**

Ocorrendo 02 (duas) ou mais vagas no Conselho Fiscal, os restantes de seus membros deverão convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento destas vagas.

**Art. 37º**

Compete ao Conselho Fiscal cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias e as seguintes atribuições:

- I - Examinar os balancetes mensais e o respectivo balanço, bem como opinar sobre elas para Assembléia Geral convocada para apreciações e aprovação das contas anuais;
- II - Fiscalizar os atos de Diretoria Executiva e dos membros do Conselho Gestor de Comunicação Social, verificando os cumprimentos de seus deveres legais e estatutários;
- III - Opinar sobre as transações e operações que importem em alteração do patrimônio imobiliário da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense;
- IV - Opinar, quando solicitados, sobre as propostas da Diretoria Executiva a serem submetidos a apreciação da Assembléia Geral;
- V - Acompanhar o cumprimento da política financeira e de recursos humanos estabelecidos pela Diretoria Executiva;
- VI - Averiguar se existem reclamações de sócios quanto às atividades desenvolvidas pela Associação;
- VII - Dar conhecimento a Diretoria Executiva das conclusões de seus trabalhos, denunciando, a esta a Assembléia Geral as irregularidades constatadas;

**Parágrafo único:**

Para exames e verificação dos livros, contas e documentos necessários aos cumprimentos de suas atribuições, o conselho fiscal deverá requisitar a Diretoria Executiva, por escrito, informando dia e hora para à averiguação.



## SEÇÃO VII

### DO CONSELHO GESTOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

Art. 38º

Conselho Gestor de comunicação social será composto por coordenadores nomeados e presididos pela Diretoria de Comunicação, e pela diretoria Executiva, o qual será composto dos seguintes departamentos:

- 1-Educação;
- 2 - Cultura;
- 3 - Direito e Cidadania;
- 4 - Promoção Social;
- 5 - Meio Ambiente;
- 6 - Esportes;
- 7 - Imprensa;
- 8 - Radiodifusão;
- 9 - propaganda de Marketing;
- 10 - Eventos;
- 11- Feiras de Congresso;
- 12- Relações Trabalhistas;
- 13- Relações cooperativistas;
- 14- Relações Empresariais;
- 15- Defesa do Consumidor.

#### **Parágrafo Primeiro**

Todos os componentes deste Conselho deverão ser sócios da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, e estar quites com suas obrigações sociais.

#### **Parágrafo Segundo**

Conselho gestor de Comunicação social servirá como instrumento regulador e incentivador da manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, bem como servirá de divulgador dos pensamentos e objetivos da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, e da padronização de todas comunidades comunitárias.

#### **Parágrafo Terceiro**

Competirá ao conselho gestor de Comunicação social promover e divulgar diversões, entretenimentos, espetáculos públicos, seminários, informações e notícias, buscando as finalidades educativas profissionalizantes artísticas e culturais, bem como promover a cultura local, regional e nacional.

## SEÇÃO VIII.

### DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 39º

O conselho comunitário será composto por membros de entidades representativas da comunidade local, tais como:

Das entidades associadas;

Moradores;

Associações de classes;

Beneméritos;

Filantrópicas;

Assistenciais;

Religiosas, e/ou outras de caráter comunitário, desde que legalmente constituída,



**Parágrafo Único:**

Cada entidade indicará um único representante para o conselho comunitário.

**Art. 40º**

Compete ao conselho comunitário as seguintes atribuições:

I - Acompanhar a programação do veículo de comunicação comunitária que a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, mantenha, objetivando atender exclusivamente os interesses da comunidade, os quais deverão dar preferência as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativa em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - Promover as atividades artísticas, educativas culturais, informativas e jornalísticas da comunidade e da integração das culturas: local regional e nacional;

III - Fazer respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - Não discriminação racial, religiosa, política-ideológica-partidária, preferências sexuais e condição social nas relações comunitárias.

**Art. 41º**

O conselho comunitário reunir-se-á com a participação de no mínimo 05 (cinco) membros, ordinariamente a cada 04 (quatro) meses, e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação da maioria de seus membros, por solicitação do presidente do conselho Gestor de comunicação social ou pela Diretoria Executiva da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, por razões formalizadas junto à quaisquer de seus membros.

**Art. 42º**

O conselho comunitário elegerá, em sua primeira reunião ordinária, dentre seus membros, um coordenador e um secretário, para presidir e secretariar suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

**Art. 43º**

Os sócios não poderão exercer cumulativamente cargos na Diretoria Executiva, conselho Fiscal e conselho comunitário.

**Art. 44º**

As reuniões do conselho Comunitário, bem como suas opiniões, constarão de atas lavradas em livro próprio que deverá ser assinado por todos os membros presentes.

**CAPÍTULO V**

**DO PATRIMÔNIO E DAS RENDAS**

**Art. 45º**

Constitui patrimônio da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, os bens móveis e imóveis que venha a adquirir por qualquer forma de direito.

**Art. 46º**

São rendas as subvenções, donativos, contribuições, legados, proventos de atividades e eventos, ou outros valores que venham a ser registrados e contabilizados pela Associação Cidadã, originados por qualquer ato lícito de direito.



## CAPÍTULO VI.

### DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 47º

Exercício social terá duração de 01 (um) ano, sempre terminando nos dias 31 de Março de cada ano.

Art. 48º

Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na escrituração contábil da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, um balanço Patrimonial, e Demonstração de Resultados do Exercício e um Demonstrativo das origens e Aplicações de Recursos.

**Parágrafo Único:**

Findo o exercício financeiro, não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.

## CAPÍTULO VII

### DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE

Art. 49º

A dissolução da entidade bem como a destinação de seu patrimônio, somente poderá ser decidida em Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, cuja instalação dependerá do quorum de 2/3 (dois terços) dos associados quites presentes em assembléias convocada especialmente para este fim.

Art. 50º

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense também poderá ser extinta por determinação legal.

Art. 51º

No caso de extinção, caberá a Assembléia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação, nomeando um liquidante e o Conselho Fiscal que deva atuar durante o período de liquidação.

Art. 52º

Se dissolvida a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, o seu patrimônio reverterá em prol de outra Associação congênere, devidamente registrada e com objetivos afins, indicada pela Assembléia Geral Dissolutória, sendo, porém, obrigatoriamente destinado a Associação sediada no Município.

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53º.

Eventuais alterações ao presente estatuto no todo ou em parte, poderão ser procedidos, através de assembléia Geral convocada especialmente para este fim, com 2/3 (dois terços) dos associados quites e presentes na referida assembléia.

Art. 54º.

Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos neste Estatuto.

Art. 55º.

As emendas estatutárias entrarão em vigor na data de sua aprovação pela assembléia geral e registro em cartório da Comarca.





Art. 56º

As questões e os casos omissos deste estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, de acordo com a Lei vigente no país e com os princípios gerais de direito.

Art. 57º

Fica eleito o Foro da Comarca de Jaru, para serem resolvidas todas as questões de interpretação deste estatuto.

Jaru-RO, 03 de Outubro de 2.014.

  
DIRETOR-PRESIDENTE

  
DIRETOR-ADMINISTRATIVO

  
DIRETOR-FINANCEIRO

  
ADVOGADO

Indiano Pedrosa Gonçalves  
ADVOGADO  
OAB/RO - 3486

**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização - D8AAP22088-66B33, D8AAP22089-1D4D6, D8AAP22090-22A34.  
Confira validade em [www.tiro.lus.br/consultaselo/](http://www.tiro.lus.br/consultaselo/)

Reconheço por semelhança as assinaturas de JUSCIMAR TELEX, ANTONIO MARTINS DE SOUZA e FRANCISCO CARDOSO FERREIRA. Dou Fé.  
2014. FGBTQS6L-1343582-87  
Jaru-RO, 17 de outubro de 2014 - 15:03:49h.

Gessica Andrade de Cristo Teófilo - Escrevente Autorizada  
Emolumentos : R\$6,88 Fuju : R\$1,17, Selo: R\$2,43, Total = R\$9,48

**OFÍCIO ÚNICO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.**  
Heraldo Bomfim Soares Elitson d'Oliveira Jakeliny G. Vieira  
OFICIAL OFICIAL SUBSTITUTO ESCRIVENTE AUTORIZADA  
AV. RIO BRANCO, 2010 - CENTRO - FONE: (69) 3521-1211 - JARU/RO

Selo Digital de Fiscalização - D7AAA50833-7FD83.  
Confira validade em [www.tiro.lus.br/consultaselo/](http://www.tiro.lus.br/consultaselo/)

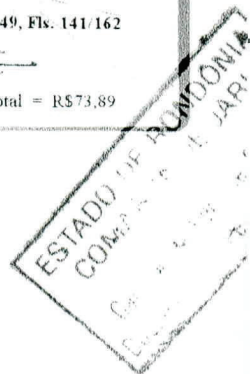
Protocolo nº 0011059 Data: 20/10/2014  
Registra 0000562/Av-07 Data: 20/10/2014 - Livro A-049, Fls. 141/162  
Jaru-RO, 20 de outubro de 2014.  
Heraldo Bomfim Soares - Oficial  
Emolumentos: R\$60,90, Fuju: R\$12,18, Selo: R\$0,81, Total = R\$73,89

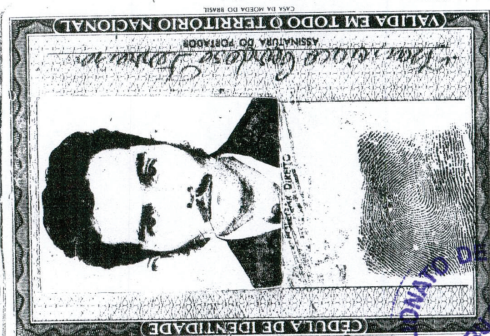
**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização - D8AAP22139-6477B.  
Confira validade em [www.tiro.lus.br/consultaselo/](http://www.tiro.lus.br/consultaselo/)

Reconheço por semelhança a assinatura de INDIANO PEDROSO GONÇALVES. Dou Fé.  
2014. FBOKZ86-827479-93  
Jaru-RO, 17 de outubro de 2014 - 17:03:47h.

Gessica Andrade de Cristo Teófilo - Escrevente Autorizada  
Emolumentos : R\$1,96 Fuju : R\$0,39 Selo: R\$0,81, Total = R\$3,16





**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabellionatonotasjaru@globomail.com  
TABELIÃO José de Almeida Rocha

**Selo Digital de Fiscalização - D8AAS26090-10554 -**  
Confira validade em [www.tiro.jus.br/consultaselo/](http://www.tiro.jus.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0027\*. Jaru-RO, 09 de fevereiro de 2015 - 10:33:14h.

Mirian Ferreira da Silva  
Escritor Autorizada

Emolumentos: R\$2,09. Fuju: R\$0,42. Selo: R\$0,86. Total = R\$3,37

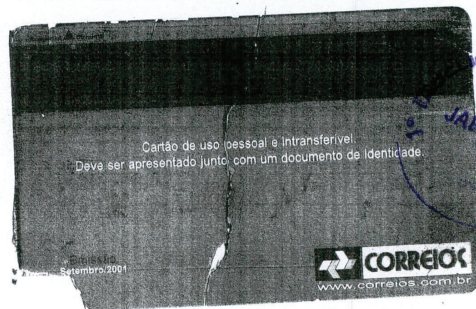
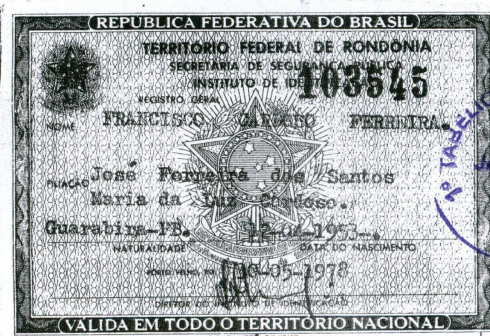
**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabellionatonotasjaru@globomail.com  
TABELIÃO José de Almeida Rocha

**Selo Digital de Fiscalização - D8AAS26091-0F3DF -**  
Confira validade em [www.tiro.jus.br/consultaselo/](http://www.tiro.jus.br/consultaselo/)

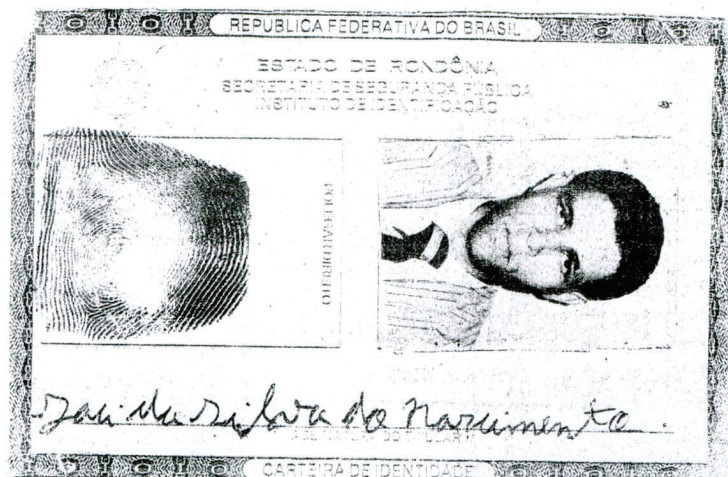
Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0027\*. Jaru-RO, 09 de fevereiro de 2015 - 10:33:20h.

Mirian Ferreira da Silva  
Escritor Autorizada

Emolumentos: R\$2,09. Fuju: R\$0,42. Selo: R\$0,86. Total = R\$3,37







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 536.254 DATA DE EXPEDIÇÃO 28.12.1993

NOME JACI DA SILVA DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO Dimas Rodrigues do Nascimento  
Lenir Felix da Silva do Nascimento

NATURALIDADE Jaru -RO DATA DE NASCIMENTO 08.04.1974

DOC ORIGEM Nasc.1747/Liv.A-3/Fls.150/Exp.Ja-  
ru-RO 22.01.86

CPF 22.01.86

ASSINATURA [Signature]

LEI 11.127/06

**1º TABELIONATO DE NOTAS**

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAS28926-C3054 - -  
Confira validade em: [www.tiro.ius.br/consultaselo/](http://www.tiro.ius.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0014\*. Jaru-RO, 20 de fevereiro de 2015 - 09:23:29h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrivente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09 - Faju: R\$0,42 - Selo: R\$0,86 Total = R\$3,37



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura  
Jaci da Silva do Nascimento

JACI DA SILVA DO NASCIMENTO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 06/10/99

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
JACI DA SILVA DO NASCIMENTO

Nº de inscrição  
564762642-49

Data do Nascimento  
08/04/74

[Barcode]

**1º TABELIONATO DE NOTAS**

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAS28927-531DE - -  
Confira validade em: [www.tiro.ius.br/consultaselo/](http://www.tiro.ius.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0014\*. Jaru-RO, 20 de fevereiro de 2015 - 09:23:33h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrivente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09 - Faju: R\$0,42 - Selo: R\$0,86 Total = R\$3,37





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ENGRAÇA DA COSTA FRANCISCO

IMAGEM DO TITULAR

ASSINATURA DO TITULAR

JOÃO DA SILVA CARDOSO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000994544 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/11/2005

NOME JOÃO DA SILVA CARDOSO

FILIAÇÃO ANTONIO DA SILVA CARDOSO

EVA CIRINO CARDOSO

NATURALIDADE MUCURICI-ES DATA DE NASCIMENTO 13/10/1977

DOC. ORIGEM Cert. Casamento nº 9.397 Livro 5-39 Folha 097

CPF 675.706.662-91 Dt Exp 12/12/2005

PIS/PASEP

Pedro Roberto Gemignani Mancuso  
ASSINADO EM JARU-RO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

**1º TABELIONATO DE NOTAS**

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAS28932-1C231 -

Confira validade em [www.tiro.ius.br/consultase/o/](http://www.tiro.ius.br/consultase/o/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0014\*. Jaru-RO, 20 de fevereiro de 2015 - 09:23:44h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrevente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09. Fuij: R\$0,42. Selo: R\$0,86. Total = R\$3,37

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

JOÃO DA SILVA CARDOSO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/03/99

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome JOAO DA SILVA CARDOSO

Nº de Inscrição 675706662-91

Data do Nascimento 13/10/77

**1º TABELIONATO DE NOTAS**

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAS28933-E07A4 -

Confira validade em [www.tiro.ius.br/consultase/o/](http://www.tiro.ius.br/consultase/o/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0014\*. Jaru-RO, 20 de fevereiro de 2015 - 09:23:47h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrevente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09. Fuij: R\$0,42. Selo: R\$0,86. Total = R\$3,37



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, sob pena de sanções previstas na Legislação vigente.

Assinatura: *Edgar Monteiro Lima*

EDGAR MONTEIRO LIMA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/02/97

COPIA COLORIDA

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
EDGAR MONTEIRO LIMA

Nº de Inscrição  
631972002-68

Data do Nascimento  
05/09/79

COPIA COLORIDA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 565.900

EXPIRAÇÃO 14.11.1994

NOME EDGAR MONTEIRO LIMA

FILIAÇÃO Edirson Souza Lima

Pracilda Monteiro Lima

NA JARU - RO 05.09.1979

C.Nasc. 7.625/FIs. 57v9/Lv. A-09

Exp. Jarú - RO, 20.07.81

COPIA COLORIDA

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

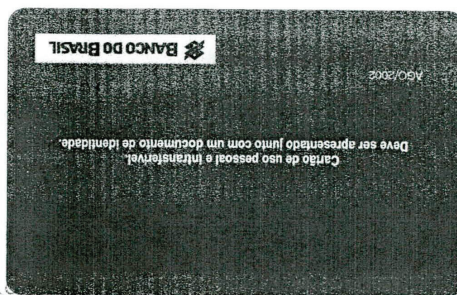
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

COPIA COLORIDA

Edgar Monteiro Lima

COPIA COLORIDA





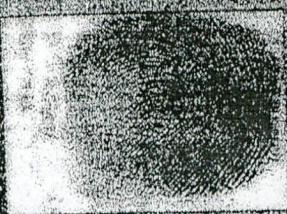
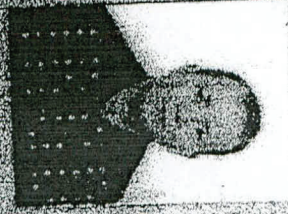



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

20.311.4298-3 11/AGU/1972  
ANTONIO MARTINS DE SOUZA  
LUIZ ARAGÃO DE SOUZA  
E MARIA MARTINS DE SOUZA  
ROSANA - SP 14/11/1972  
REGISTRO - SAMPALCO - SP  
ROSANA  
CMT 1-62 / FLE 270 / H. 001276  
X455/1669/51

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

2-870-1



CARTÃO DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

CPT - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

ANTONIO MARTINS DE SOUZA  
154354000-05 14/11/72

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

COM VALOR DE 1 (UM) ANO DE VALIDADE NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPT. ATRIBUÍDO POR DECRETOS, CANCELADO POR DECRETOS OU POR DECISÃO JUDICIAL.

ANTONIO MARTINS DE SOUZA

S  
E  
R  
F  
R  
D

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
Emissão em 12/11/82



REGISTRO GERAL 327.359  
 NOME CIRILO PEREIRA RODRIGUES  
 FILIAÇÃO Arnaldo Pereira Rodrigues  
 Irmã Zila Chioyete Rodrigues  
 NATURALIDADE Astorga-PR  
 DOB ORIGIN. Cert. Nasc. nº 9888/Fls 80/Lv 9-A/exp. er  
 Santa Fé-PR/28/08/1.969.  
 CPF 325428442.91  
 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/08/1.969  
 LOCAL DE NASCIMENTO  
 Assinatura do Titular  
 Assinatura do Registrante

50  
 REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 ESTADO DE RONDÔNIA  
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
 POLEGAR DIREITO  
 Assinatura do Titular  
 Assinatura do Registrante  
 CARTEIRA DE IDENTIDADE





20.3. a) Declaração

Eu, JUCIMAR TELEK, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA INTERATIVA JARUENSE, declaro para os devidos fins que:

- a emissora encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Jarú-RO, 03 de janeiro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
JUCIMAR TELEK  
Representante legal  
CPF: 312.671.062-04



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS  
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO DE RADIO E DIFUSAO COMUNIT. INTERATIVA JARUENSE  
**CNPJ:** 02.795.569/0001-16

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:59:39 do dia 18/08/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/09/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**
**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> <b>02.795.569/0001-16</b> <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>		<b>DATA DE ABERTURA</b> <b>23/07/1998</b>
<b>NOME EMPRESARIAL</b> <b>ASSOCIACAO DE RADIO E DIFUSAO COMUNITARIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE</b>			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> <b>RADIO INTERATIVA</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> <b>Não informada</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
<b>LOGRADOURO</b> <b>R JOAO BATISTA</b>	<b>NÚMERO</b> <b>2891</b>	<b>COMPLEMENTO</b>	
<b>CEP</b> <b>78.940-000</b>	<b>BARRIO/DISTRITO</b> <b>CENTRO</b>	<b>MUNICÍPIO</b> <b>JARU</b>	<b>UF</b> <b>RO</b>
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>ATIVA</b>		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>28/10/2005</b>	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> <b>*****</b>		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 14/02/2013 às 12:41:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

RE

51

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**



Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 014554/2013-83

SEAP/SC  
01/04/2013-16:51

A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA INTERATIVA JARUENSE, inscrita no CNPJ sob o nº 02.795.569/0001-16, com sede na Rua João Batista, nº 2891 - Centro, na cidade de Jarú, Estado de Rondônia, CEP: 76.890-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 297 datada de 16/05/2001 e Decreto Legislativo nº 171 publicado no Diário Oficial da União datado de 27/05/2003, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Jarú-RO, 03 de janeiro de 2013,

  
JUCIMAR TELEK  
Representante legal  
CPF: 312.671.062-09

Nome do representante da entidade: JUCIMAR TELEK  
CPF: 312.671.062-09

SENK  
13.1



**RELATORIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO D E RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE DE ACORDO COM AS NORMAS DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES REALIZADO NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2014, COM INÍCIO ÀS 08:00hs.**

Eu, **RONNIE QUADROS VIEIRA**, Presidente do Conselho Comunitária da Associação Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense - FM, juntamente com os demais conselheiros reunimos no dia 04 de Outubro de 2014 às 08:00hs na sua nova sede, sito na Avenida Brasil, 2195, Setor 01, cidade de Jarui, Estado de Rondônia, onde compareceram os membros do mesmo, Sendo escolhido o Sr. João Matias Vieira para secretariar a presente reunião tendo a presença do número de membros estipulado pelo estatuto para preparar o Relatório do Conselho Comunitário desta entidade do período de Outubro de 2014 a Outubro de 2015, onde decidimos discutir e avaliar a programação constado que a entidade vem prestando um serviço de utilidade publica no que se diz documentos perdidos, solicitação e vinculação de emprego, campanhas em favor da comunidade no tocante educação ambiental, campanhas de saúde, solicitação de doação de sangue através do hemocentro, campanhas de conscientização no transito juntamente com os órgãos do mesmo, campanhas de ajuda aos menos favorecidos, incentivo as agroindústrias recém criadas, ato este que da incentivo ao consumidor final, órgão acompanhante da matéria a Secretária de Agricultura Municipal, programa educativo ao produtor rural produzido pelo Conselho da Comunidade, Campanha de orientação do INSS através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, informativo através da Rádio Câmara, entre elas vinhetas de consciência a saúde, e Ambiental, como as informações do congresso nacional via internet, mesmo como a voz do Brasil que é obrigatoriamente por Lei. Não deixando de promover a cultural regional a musica, Ruas de Lazer, amostras de músicas, festivais de músicas, vários eventos no âmbito ambiental com parceria da ONG. EPA, cantores regionais, palestrantes, onde leva os perigos das drogas aos jovens da roça e da cidade com a participação direta da Polícia Militar através do PROERD, programas voltados diretamente para as crianças, Festas culturais em parceria com a APAE, torneios de futebol com parceria da Prefeitura Municipal, Jornal Interativo dentre outros. Quanto a programação da emissora foi observado e aprovado pelos conselheiros a nova grade de programação, a qual vai em anexo a esta ata. Foi solicitado ao Diretor Geral da Associação Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense que fosse corrigido o programa da Voz da Comunidade, apresentado pelo Sr. Francisco Berto do Conselho da Comunidade, dando a ele um suporte técnico para aprimorar a sua programação, tocar uma pouco mais de músicas tradicionais e ficando determinado ainda que não toquem músicas com letras escandalosas. Em atenção a este Conselho o Diretor disse que irá tomar as suas devidas providencia em relação ao assunto. Solicitado também a Diretoria da Emissora que não houvesse mais entrevistas no Horário de noticiário da emissora sem que fosse direcionando as entrevistas para análise do conteúdo dos programas para fins de direito de resposta ao denunciado mesmo que estivessem sendo gravado o programa. Lembrado que na lei 9.612/98 e bem claro que não pode ser feito citações de preço mesmo por telefone desta forma lembramos a direção executiva desta emissora que poderá causa um grande prejuízo a esta Organização. No entanto as demais programações desta emissora esta de boa qualidade.

Este Conselho se coloca a disposição de todos locutores e da Diretoria para cada vez mais sermos útil e fazermos de verdade uma rádio comunitária como sempre foi a Rádio de Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense e que todos tenham conhecimento dos assuntos debatidos em pauta.

  
Ronnie Quadros Vieira  
Coordenador

# 1º TABELIONATO DE NOTAS

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

Jose de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAP23002-A2559-

Confira validade em [www.tjro.ius.br/consultaselo/](http://www.tjro.ius.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0019\* Jaru-RO, 21 de outubro de 2014 - 17:00:23h.

Gessica Andrade de Cristo Teófilo

Escrevente Autorizada

Emolumentos: R\$1,97 Eulu - R\$0,39 Selo: R\$0,81 Total = R\$3,17



Lista de Presença dos Membros do Conselho

João Matias Lima  
Silvia R. Olivetti Rodrigues  
Art. Gomes Junior  
Luciana S. Oliveira  
Renilda da Silva Gomes  
Lidia de Castro Garcia  
Wellington Almeida Souza

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

**DESPACHO**Processo nº: **53900.067655/2015-75**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Jarú, Estado de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 07/12/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0857765** e o código CRC **9F166B1C**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA RECOMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE, LOCALIZADA NA AVENIDA BRASIL, 2195 – SETOR 01, NESTA CIDADE E COMARCA DE JARU, ESTADO DE RONDÔNIA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2.015.**

Aos 19 dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, nas dependências da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, nesta Cidade de Jaru, Estado de Rondônia, foi realizada a reunião Ordinária para Eleição e Posse dos novos membros para preenchimento de cargos em vacância na Diretoria Com início às 18:00hs. O Sr. Presidente deu início aos trabalhos dando boas vindas aos presentes e representantes das entidades aptas para concorrerem ao pleito eleitoral com direito a votar e ser votadas, O Sr. Presidente Fez a leitura do Edital, onde constava o referido ponto de pauta: 1) Eleição e Posse de novos membros para cargos em vacância da Direção; 2) Outros assuntos de interesses dos presentes. Em seguida o Sr. Presidente esclareceu aos presentes o motivo pelo qual foi convocada a presente assembleia, sendo a mesma em exigências feita através de solicitação por parte da Anatel, de acordo com o Ofício nº. 317/2015/SEI-MC. Disse ainda que de acordo com as regras do Ministério das Comunicações não poderão fazer parte da Diretoria da Associação pessoas ligados a Partidos Políticos e nem Ministros Religiosos de acordo com o Art. 11 da Lei 9612/98 e Anexo 01-NT-209. Diante destes fatos acima citados teremos que fazer as devidas alterações. Foram discutidos entre os presentes e indicados o nome do Sr. João da Silva Cardoso para preenchimento da vaga deixada pelo Sr. Samuel Neunfeld Vorpapel, Diretor Vice-Presidente; Edgar Monteiro Lima, para ocupar a vaga deixada pelo Sr. Juscimar Telek, de Diretor Administrativo; Jaci da Silva do Nascimento, para ocupar a vaga do Sr. Wanderlei Dias da Silva, Diretor Financeiro Adjunto. Não havendo nada mais a ser tratado o Sr. Presidente colocou em votação os nomes indicados, sendo os mesmos aprovados por todos os presentes, ficando assim discriminadas os nomes e cargos da nova diretoria: Diretor Presidente; O Sr. **Francisco Cardoso Ferreira**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 103.545 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 084.995.782-68, residente e domiciliado na Avenida Brasil, 2343, Setor 01, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Vice-Diretor Presidente, o Sr. **João da Silva Cardoso**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 000994544 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 575.706.552-92, residente e domiciliado na Rua Pará, 2086, Setor 04, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretor Administrativo, o Sr. **Edgar Monteiro Lima**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 565.900 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 631.972.002-68, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Norte, 1994, Setor 01, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretora Administrativa Adjunta, a Sra. **Darcila Aparecida Corrent Vieira**, brasileira, maior, Portadora da Carteira de Identidade RG. nº. 1.686.444 SSP/SC e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 648.761.959-00, residente e domiciliada na Rua Rio de Janeiro, 2920, Setor 02, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretor Financeiro, o Sr. **Antônio Martins de Souza**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 24.311.299-3 SSP/SP e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 164.484.668-35, residente e domiciliado na Rua João de Albuquerque, 2451, Setor 01, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretor Financeiro Adjunto, o Sr. **Jaci da Silva do Nascimento**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 536.254 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 564.762.642-49, residente e domiciliado na Avenida Tiradentes, 2559, Setor 05, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; Diretor de Comunicação Social, o Sr. **Cirilo Pereira Rodrigues**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 327.359 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 325.428.442-91, residente e domiciliado na BR 364 km 432 – Zona Rural, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO e para conselho fiscal efetivos: **Maria Lúcia Teobaldo da Silva**, brasileira, maior, Portadora da Carteira de Identidade RG. nº. 629.131 SSP/RO e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 765.814.462-20, residente e domiciliada na Rua Dilma de Oliveira, 3768, Setor 06, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO, **Jaime Marques da Silva**, brasileiro, maior, Portador da





**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
*José de Almeida Rocha*  
TABELIÃO

**Selo Digital de Fiscalização - D8AAT20418-870DA ..**  
Confira validade em [www.tirc.ius.br/consultaselo/](http://www.tirc.ius.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0024\* Jaru-RO, 24 de fevereiro de 2015 - 10:56:19h

*Géssica Andrade de Cristo Teófilo*  
Escritoriente Autorizada

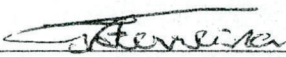
Emolumentos: R\$2,09, FzJ: R\$0,42, Selo: R\$0,86, Total = R\$3,37

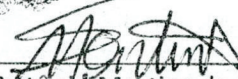
*Handwritten signature: André*

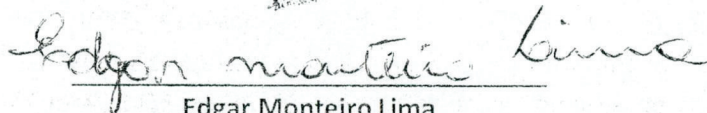
*Handwritten stamp: TABELIONATO DE NOTAS JARU-RO*




Carteira de Identidade RG. nº. 820.514 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 161.748.792-91, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 1482, Setor 07, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO e **Edinalva Onézio**, brasileira, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 533.850 SSP/RO e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 564734.192-68, residente e domiciliada na Linha 617 km 08, Zona Rural, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO e para o conselho fiscal suplentes: **Renato Correia da Silva**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 526.986 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 561.961.642-87, residente e domiciliado na Linha 634 km 20, Zona Rural, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO, **Aparecido Nogueira**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 45.586 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 040.368.242-87, residente e domiciliado na Rua Afonso José, 3475, Setor 01, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO; **Wellington Almeida Souza**, brasileiro, maior, Portador da Carteira de Identidade RG. nº. 000538260 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 566.362.452-04, residente e domiciliado na Linha 605 km 03, Zona Rural, nesta Cidade e Comarca de Jaru/RO. Não havendo nada mais a ser tratado na presente Assembleia o Sr. Presidente deu como eleita a chapa acima discriminada, dando posse logo em seguida aos novos membros eleitos. O Presidente, Sr. **Francisco Cardoso Ferreira** agradeceu o comparecimento de todos e o apoio para que o mesmo possa continuar a administrar e conduzir os trabalhos da associação até o dia **03 de Outubro de 2018**. Não Havendo nada mais a se tratar, eu, **Edgar Monteiro Lima**, Lavrei a presente ata a qual vai assinada por mim, bem como pelo Sr. Diretor Presidente e Sr. Diretor Financeiro, Seguindo a lista de presença em anexo com as assinaturas dos demais membros da Diretoria e Conselheiros Fiscais.

  
Francisco Cardoso Ferreira  
Diretor Presidente

  
Antônio Martins de Souza  
Diretor Financeiro

  
Edgar Monteiro Lima  
Diretor Administrativo

**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
TABELIAO  
TABELIONATO DE NOTAS TABELIONATO DE NOTAS TABELIONATO DE NOTAS TABELIONATO DE NOTAS TABELIONATO DE NOTAS  
Selo Digital de Fiscalização - D8AAS29718-28595-D8AAS29718-0C198  
D8AAS29720-BBBD0  
Confira validade em [www.tiro.taf.br/consultaselo/](http://www.tiro.taf.br/consultaselo/)  
Reconheço por semelhança as assinaturas de FRANCISCO CARDOSO FERREIRA, ANTONIO MARTINS DE SOUZA e EDGAR MONTEIRO LIMA, Dou Fe. 0008.\*FXZ96X1U-1322246-88\*  
Jaru-RO, 23 de fevereiro de 2015 - 14h23:32h.  
Marcos Antônio dos Santos - Tabelião Substituto  
Emolumentos: R\$6,24, Fui. R\$1,26, Selo: R\$2,68, Total = R\$10,08

  
**OFÍCIO ÚNICO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS**  
Heraldo Bonfim Soares - Oficial Substituto  
Eliton de Oliveira - Oficial Substituto  
Jakeliny G. Vieira - Escrevente Autorizada  
AV. RIO BRANCO, 2010 - CENTRO - FONE: (69) 3521-1211 - JARU / RO  
Selo Digital de Fiscalização - D8AAS1058-544E1  
Confira validade em [www.tiro.taf.br/consultaselo/](http://www.tiro.taf.br/consultaselo/)  
Protocolo nº 0011222 Data: 23-02-2015  
Registro 0000562 Av. 08 Data: 23-02-2015 Livro A 051. Fls. 195-199  
Jaru-RO, 23 de fevereiro de 2015.  
Heraldo Bonfim Soares - Oficial  
Emolumentos: R\$64,75 Fui. R\$12,95, Selo: R\$0,80, Total = R\$78,50

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**COMARCA DE JARU**  
Cartório de Reg. de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas





**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
*José de Almeida Rocha*  
TABELIÃO

**Selo Digital de Fiscalização - D8AAT20416-2293D -**  
Confira validade em [www.tro.jus.br/consultaselo/](http://www.tro.jus.br/consultaselo/)

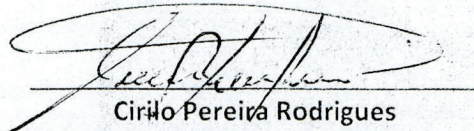
Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0024\* Jaru-RO, 24 de fevereiro de 2015 - 10:56:06h.

*Géssica Andrade de Cristo Teófilo*  
Escritvente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09, Fuju: R\$0,42, Selo: R\$0,86, Total = R\$3,37

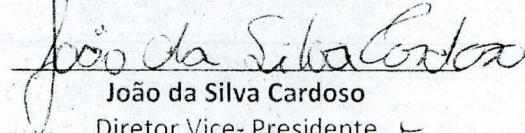






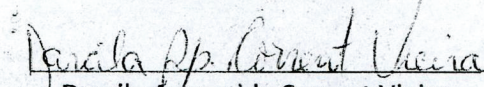
Cirilo Pereira Rodrigues

Diretor de Comunicação Social



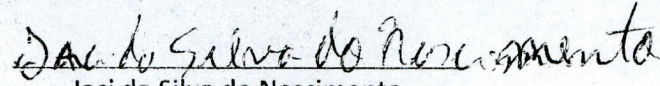
João da Silva Cardoso

Diretor Vice- Presidente



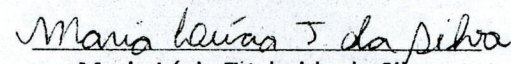
Darcila Aparecida Corrent Vieira

Diretora Administrativa Adjunta



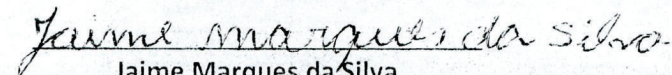
Jaci da Silva do Nascimento

Vice-Diretor Financeiro



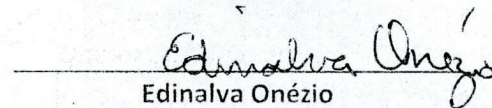
Maria Lúcia Teobaldo da Silva

Conselho Fiscal Efetivo



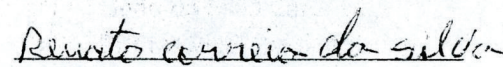
Jaime Marques da Silva

Conselho Fiscal Efetivo



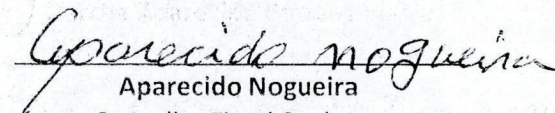
Edinalva Onézio

Conselho Fiscal Efetivo



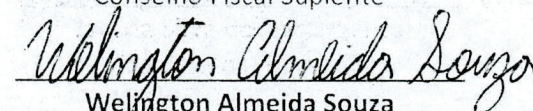
Renato Correia da Silva

Conselho Fiscal Suplente



Aparecido Nogueira

Conselho Fiscal Suplente



Wellington Almeida Souza

Conselho Fiscal Suplente



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 18573/2015/SEI-MC**

Processo nº: **53000.014554/2013-83**

Assunto: **Renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaru/RO**, por meio da Portaria nº **297**, publicada no DOU de 31/05/2001, e Decreto Legislativo nº **171**, publicado no DOU de 27/05/2003.

**ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 27/05/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou, tempestivamente, seu pedido de renovação de outorga em 01/04/2013, postado em 19/03/2013, páginas 02 e 70, evento SEI (0084207), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011.

REQUERENTE

ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA  
EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE

QUADRO DIRETIVO

FRANCISCO CARDOSO FERREIRA - Diretor Presidente  
JOÃO DA SILVA CARDOSO - Diretor Vice Presidente  
EDGAR MONTEIRO LIMA - Diretor Administrativo  
DARCILA APARECIDA CORRENT VIEIRA - Diretora Administrativa Adjunta  
ANTONIO MARTINS DE SOUZA - Diretor Financeiro  
JACI DA SILVA NASCIMENTO - Diretor Financeiro Adjunto  
CIRILO PEREIRA RODRIGUES - Diretor de Comunicação Social



3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 58 a 75 do evento SEI (0279994) do documento 53581.001051/2014-35.
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 03 do evento SEI (0429773) do documento 53581.000095/2015-29.
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 09, 11, 13, 16 do evento SEI (0429773) do documento 53581.000095/2015-29. Páginas 39, 40 e 43 do evento SEI (0279994) do documento 53581.001051/2014-35.
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 06 do evento SEI (0084207). Processo nº 53900.034877/2014-21: alterações técnicas.
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, evento SEI (0670354).
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 27 do evento SEI (0084207).

7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 25 a 27 do evento SEI (0279994) do documento 53581.001051/2014-35.
----	--	--

4. Não existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (0857765) processo anexado 53900.067655/2015-75.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 10/12/2015, às 16:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 11/12/2015, às 07:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 15:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 16/12/2015, às 12:51, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.  
Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 31/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0670219** e o código CRC **3C0C371B**.

## Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.014554/2013-83**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **27/05/2013**, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Jaru/RO**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência,



para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014554/2013-83 e nº 53800.000066/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Jaru/RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.



19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			



2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.







**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

---



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

---

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO**

**EDIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE**  
**Avenida Brasil, 2195 - Setor 01 - CENTRO**

**CEP: 76.890-000**

**CNPJ: 02.795.569/0001-16**

**TELEFAX: (0XX69) 3521-1531/3521-2764**

**fminterativajaru@hotmail.com**

**JARU/RO**

# **ESTATUTO SOCIAL**

**2ª alteração estatutária - 03/10/2014**



A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, com potência de 25 KHz e com frequência modulada de 105,9 MHz, com comunicação social e cultural, nasceu com objetivo de trabalhar pelo desenvolvimento social, organizando e defendendo os direitos do cidadão da comunidade de Jarú e Região, atendendo disposto no artigo 5º incisos XVIII a XXI e artigo 174, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinados com o artigo XX da Declaração Universal dos direitos humanos.

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, seguirá os princípios norteadores da liberdade, fraternidade e igualdade a todos os sócios, sem discriminação de qualquer natureza.

## **CAPÍTULO I**

### **DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO.**

Art. 1º

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, cultural e comunicação social, doravante denominada pela sigla ARDCIJ, é uma entidade civil. Fundada de fato em 11 de Junho de 1998 e, de direito, a partir do registro em cartório competente, com sede e foro na cidade de Jarú, estado de Rondônia, na rua João Batista nº 2.891, centro, como Associação e representação da comunidade compreendida na região política e administrativa do Município de Jarú, tendo como característica:

- I - Ser uma pessoa jurídica do direito privado sem fins lucrativos;
- II - Ter um número ilimitado de sócios subordinados ao presente estatuto e demais normas regimentais;
- III - Ter prazo de duração indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS FINALIDADES E OBJETIVOS**

Art. 2º

São Finalidades de Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, integração social e desenvolvimento comunitário dos cidadãos e associações civis do Município de Jarú, Região e Adjacências de Rádio e Difusão Comunitária Interativa Jaruense, com o ideal de promoção educacional, cultural, ambiental, artístico, esportivo, científico, informativa e de comunicação social, sempre com o espírito de união e desenvolvimento de seus sócios, sem interferência de qualquer alegação que possa ferir os princípios de liberdade e expressão, de organização e livre iniciativa, visando a contribuir para a formação da cidadania melhor atender as necessidade da comunidade:

#### **Parágrafo único:**

A fim de cumprir com seus objetivos fundamentais, sem executar outros que venham a ser indicada, esta associação se propõe a:

- I - Criar e manter equipamentos educacionais, profissionalizações, ou buscar parcerias ou convênio com instituições públicas ou privadas, para treinamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de cursos e oficinas de formação continuada;
- II - Incentivar, divulgar, promover diretamente ou através de parcerias, a criação de projetos de conscientização da defesa e proteção ao meio ambiente como forma primordial de qualidade de vida;
- III - Promover e realizar programas de animação cultural através de campanhas, feiras, seminários, palestras, conferências, debates, simpósios, intercâmbios, técnicos, estudos e pesquisas;



- IV- Promover, divulgar, incentivar produções independentes ou associadas, de amadores ou profissionais de atividades artísticas em todas as suas formas de expressão;
- V - Criar e manter, ou promover parcerias e convênios para a fundação de um Centro Cultural e Esportivo, para desenvolvimento de atividades artísticas e de incentivos a prática e de diversas modalidades Esportivas, com lazer ou profissionalizantes.
- VI - Estimular o convívio social e a cultura, através da criação de bibliotecas, gibiteca, videoteca e brinquedoteca, fixas e ambulantes;
- VII - Criar e desenvolver atividades dirigidas à população de terceira idade que reconheçam e resgatem o papel social do idoso, promovendo assim, o exercício pleno de sua cidadania;
- VIII - Incentivar ou promover a criação, com a ajuda dos poderes públicos, estatais, associações privadas ou associações não governamentais, de:
- a) Creches comunitárias;
  - b) Setores produtivos comunitários;
  - c) Áreas de atividades de lazer comunitárias;
  - d) Órgãos não governamentais de defesa do consumidor;
  - e) Órgãos de estudo e atendimento comunitário relativos as áreas de educação, trabalho, saúde, habitação, saneamento básico, transporte, segurança, e outros;
- IV - Divulgar as atividades dos poderes públicos relativamente à área comunitária, a cidade e aos cidadãos em geral, como conselhos comunitários (de abastecimento, segurança, saúde, da mulher, do idoso dos menores), PROCON, DECON, Delegacias especializadas e outros;
- X - Promover e divulgar as diversas formas de associações por cooperativas, como as de trabalho, habitação, serviços médicos, consumo, escolares, serviços de transporte, crédito, artesanato e outros;
- XI - Informar e divulgar a atuação das associações de defesa do direito dos trabalhadores;
- XII - Promover divulgar e incentivar as associações de empresários da região, visando a fortalecer o seu desenvolvimento econômico, bem como a incentivar a criação de frente alternativas do trabalho;
- XIII - Difundir os ideais e fins da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, bem como leis, direitos e responsabilidade dos cidadãos, através da criação de emissora e radio fusão comunitária ou não, podendo cria-las, mantê-los e administrá-los através de um conselho comunicação social, fiscalizado por um conselho comunitário autônomo, observando os preceitos legais.
- XIV - Atuar juntos aos poderes públicos municipal, estadual, federal, ao setor privado e organizações não governamentais, no sentido de obter meios de sessão de uso de espaço público ou privado, a fim de se manter e de se administrar, por regulamentos específicos aprovados em Assembléia Geral, bem como no sentido de manter e organizar as dependências que se fizerem necessárias aos seus propósitos;
- XV - A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense executará o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente.

### **CAPITULO III**

#### **DOS SÓCIOS**

##### **SESSÃO I**

##### **DA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES.**





### Artigo 3º

Serão sócias todas as entidades que solicitarem sua inscrição, como pessoas físicas e jurídicas, devidamente com representatividade e atuação direta dentro do Município e, representadas por seus representantes legais, bem como o ingresso gratuito de todos e quaisquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço mediante preenchimento de ficha de inscrição, onde conste a aceitação deste estatuto, dos regimentos internos e aprovados pela diretoria Executiva:

#### Parágrafo Primeiro

Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense não terá distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa;

#### Parágrafo Segundo

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense poderá cobrar de seus membros integrantes uma taxa de manutenção, a fim de custear suas atividades e sua sustentação física;

#### Parágrafo Terceiro

Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais em nome da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

### Art. 4º

Os sócios pertencerão às seguintes categorias:

I - Fundadores - Sócios que assinarem o instrumento de constituição de Associação de Rádio e Difusão Comunitária educativa Interativa Jaruense.

II - Efetivos - Sócios que participarem diretamente das atividades da associação de Rádio e Difusão Comunitária Interativa Jaruense e contribuir com a mensalidade, se for o caso, para esta associação;

III- Beneméritos - Sócios que prestarem relevantes serviços, ou contribuição / doações, para a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

IV - Honorários - Sócios que venham a receber este título em razão de relevantes serviços prestados à comunidade, deste tenham seus nomes indicados pela diretoria Executiva e aprovados pelos conselhos.

### Art. 5º

São Direitos Dos Sócios:

I - Participar da estrutura organizacional da associação de Rádio e Difusão Comunitária Jaruense bem como das atividades desenvolvidas pela associação;

II - Votar e ser votado para a composição de órgãos diretivos da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Jaruense ressalvadas as limitações constante neste estatuto;

III - Apresentar projetos, propostas de emendas a projetos e opinar frente ao desenvolvimento dos trabalhos dos órgãos diretivos da entidade;

IV - Ter assegurado direito de defesa sobre qualquer acusação ou penalidade que lhe seja imputado, cabendo recurso a assembléia geral;

V - Utilizar-se de todos os serviços mantidos pela Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, respeitadas as disposições administrativas, regimentos internos e estatutários.

### Art. 6º

#### SÃO DEVERES DOS SÓCIOS FUNDADORES E EFETIVOS

I - Cumprir e fazer integralmente o presente estatuto;

II - Comparecer às assembleias convocadas pela Associação de Rádio e Difusão



- III - Zelar pela aplicação dos princípios e objetivos definidos pela associação de Rádio e Difusão Comunitária Jaruiense;
- IV - pautar sua conduta pessoal e/ ou profissional dentro dos princípios éticos;
- V - pagar em dias as contribuições fixadas ou deliberadas pela assembléia geral.

#### **Parágrafo único**

O cumprimento dos deveres descritos neste artigo é condição indispensável para que o sócio possa participar de quaisquer atos na Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

### **SEÇÃO II**

#### **DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO.**

##### **Art. 7º.**

A demissão do sócio, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida formalmente ao presidente da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

##### **Art. 8º**

A eliminação do sócio, que será aplicada em virtude de infração da lei, deste estatuto, do regimento interno ou das deliberações das Assembléias Gerais, será feita por decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, depois da notificação ao infrator.

#### **Parágrafo Primeiro**

os sócios serão passíveis de punições, observada a natureza e a gravidade da infração que serão prevista em regimento interno e descritas neste estatuto as forma de aplicações das penalidades que serão as seguintes:

I - advertência: notificação por escrito da Diretoria

Executiva;

II - suspensão: afastamento do sócio por um período definido pela Diretoria Executiva;

III - eliminação: afastamento definitivo do sócio por decisão da Assembléia Geral.

#### **Parágrafo Segundo**

A aplicação das penalidades contidas no parágrafo anterior, imputada a qualquer membro da Diretoria Executiva e do Conselho fiscal, deverá ser por resolução da maioria da diretoria Executiva e conselho fiscal, referendada em assembléia Geral.

#### **Parágrafo Terceiro**

**ALÉM DE OUTROS MOTIVOS, A DIRETORIA EXECUTIVA DEVERÁ PUNIR O SÓCIO QUE:**

a) Divulgar informações relevantes sigilosas ou inverídicas sobre a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense que possam prejudicar - la nas suas atividades ou negócios sociais;

b) Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense ou que colhida com seu objeto social.

c) For condenado em processo criminal quando no exercício de suas próprias atividades, ou cível, quando em confronto com a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense;

#### **Parágrafo Quarto**

Cópia autêntica da decisão punitiva, remetida ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias através de procedimento que comprove as respectivas datas de remessa e de recebimento.



### **Parágrafo Quinto**

O sócio punido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação, interpor recurso que será recebido pela diretoria Executiva e decidido em Assembléia Geral.

Art. 9º

### **A EXCLUSÃO DO SÓCIO SERÁ FEITA POR:**

- I - Dissolução da Entidade;
- II - incapacidade Jurídica não suprida;
- III- deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

#### **SEÇÃO I DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 10º

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense será composta pelos seguintes órgãos: Assembléia Geral, diretoria Executiva, conselho fiscal, conselho gestor de comunicação social e conselho comunitário.

### **Parágrafo Primeiro**

O exercício de qualquer das funções requerida para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado, podendo, entretanto ocorrer destinação de verba de representação para aplicação exclusiva ao serviço prestado e obrigado a prestação de contas junto ao departamento financeiro.

#### **SEÇÃO II DA ASSEMBLÉIA GERAL.**

Art. 11º

A assembléia geral, ordinária ou extraordinária dos sócios é o órgão supremo da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense e, dentro dos limites legais e das normas vigentes dos dispositivos estatutários, poderá tomar todas e quaisquer decisões sobre os assuntos relativos aos fins e atividade das entidades.

### **Parágrafo Primeiro**

A Assembléia geral constituir-se-á dos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo dos direitos estatutários, os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir debater a pauta em questão.

### **Parágrafo Segundo**

Será vedada a discussão de matéria estranha ao edital de convocação da Assembléia Geral, não podendo ser votados assuntos não especificados na pauta de convocação.

### **Parágrafo Terceiro**

As deliberações da Assembléia Geral vinculam a todos, ainda que ausentes e discordantes.

Art. 12º

A Assembléia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no primeiro trimestre, ou extraordinariamente a qualquer tempo, quando convocada:

- I - Pelo presidente da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa





- II - Pelo conselho fiscal;
- III - Por, pelo menos, 1/3 dos sócios em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais;
- IV - Por, pelo menos, 1/5 dos sócios em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais e deliberação sobre:
  - a) Destituição de membros da diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
  - b) Dissolução da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

**Parágrafo único.** Para as deliberações a que se referem Aas letras a e b do inciso IV, deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

Art.. 13°

O "quorum" para instalação da Assembléia Geral será metade mais 1 (um) dos números de sócios, em primeira convocação, e de qualquer número em segunda convocação, que deverá ocorrer 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação.

#### **Parágrafo Primeiro**

A Assembléia deverá ser instalada pelo presidente da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense ou por qualquer membro da diretoria Executiva que poderá convidar um dos sócios presentes para presidi-la.

#### **Parágrafo Segundo**

As decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos sócios presentes.

#### **Parágrafo Terceiro**

Que ocorrer na Assembléia Geral deverá constar na ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos diretores e fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) associados designados pela assembléia e, ainda por quantos o queiram fazer.

#### **Parágrafo Quarto**

Os sócios admitidos depois da convocação da Assembléia geral não poderão participar dela.

Art. 14°

A Instalação de Assembléia geral Extraordinária para deliberações estipulada neste artigo 12° em seu inciso IV, alíneas A e B, somente poderá ocorrer com a presença de no mínimo 50 % (cinquenta por cento) mais um dos sócios fundadores e efetivos da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense.

#### **Parágrafo único.**

As decisões sobre deliberações estipuladas neste artigo somente serão validas, por no mínimo 50% (cinquenta por cento), mais 1 (um) dos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais

Art.. 15°

A Assembléia será normalmente convocada pelo presidente, com o mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, através de edital de convocação fixada em lugar visível da entidade e publicado em jornal de circulam na região.

#### **Parágrafo único**

O edital de convocação deverá constar a pauta de discussões.

Art.. 16°

Os membros comparecerão à Assembléia Geral pessoalmente, não sendo





**Art. 17º**

Compete à Assembléia Geral ordinária, em especial:

- I - Deliberar e votar o parecer do conselho fiscal sobre o relatório anual, balanços econômicos e financeiros apresentados pela diretoria Executiva;
- II - deliberar sobre a previsão orçamentária para o exercício seguinte;
- III - Deixar o valor e estabelecer a forma de contribuição dos sócios;
- IV - Deliberar, em última instância, sobre recursos interpostos pelos sócios, contra penalidades penetradas;
- V- Aprovar programas, serviços e diretrizes para o desenvolvimento da entidade;
- VI- Deliberar sobre matérias não previstas neste estatuto na forma do disposto no artigo 11º parágrafo 2º;
- VII- eleger os membros da diretoria executiva e do conselho fiscal;

**Art. 18º**

Compete a Assembléia Geral extraordinária:

- I - Deliberar sobre os assuntos pautados na sua convocação;
- II - Decidir sobre a indicação de títulos de sócios honorários;
- III - Alterar o valor da contribuição dos sócios;
- IV - Julgar penalidades impetradas aos sócios e/ou membros da diretoria executiva e conselho fiscal;
- V - Aprovar regimento interno e cargos auxiliares;
- VI - Deliberar sobre a destituição total ou parcial, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal atendendo disposto no artigo 11º inciso 2º; - 12º, inciso IV, alínea a e 14º inciso ú;
- a) Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, À Assembléia Geral poderá designar diretores provisórios até a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- VII - Eleger os cargos que sofra vacância no decorrer de seus mandatos;
- VIII - Deliberar sobre o patrimônio da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, ouvido o Conselho Fiscal sobre compra, venda ou alienação dos bens móveis ou imóveis;
- IX - Deliberar sobre mudanças de objetivos da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, fazer emendas ou reformar o estatuto na forma do disposto do artigo 11º, parágrafo 2º;
- X - Deliberar sobre a dissolução voluntária da Entidade e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas, observados o disposto nos artigos 11º inciso 2º, 12º, inciso IV, alínea b; 14º inciso único.

**Parágrafo Único:** Para a destituição de Administradores e alterações Estatutária será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes e assembleias convocadas especialmente para esse fim.

**SESSÃO III**

**DAS ELEIÇÕES**

**Art. 19º.**

Dentre os membros com capacidades civil e absoluta e em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais, com prazo de pelo menos 10 (dez dias), serão indicados pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, 03 (três) nomes para compor a comissão Eleitoral a quem competirá:

- I - organizar o pleito que alegará a Nova Diretoria Executiva e conselho fiscal;
- II - vetar as chapas que não atenderem às exigências estatutárias e regimentais





- a) - Ao veto fundamentado caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, à comissão eleitoral;
- III - Receber as inscrições de chapas, até 60 (sessenta) dias antes do pleito;
- IV - Confirmar as chapas concorrentes, até 30 (trinta) dias antes do pleito;
- V- Determinar a forma de votação, o dia do pleito eleitoral, o local, o horário de início e término de votação;
- VI- Determinar caso ocorra, empate data, local, horário para o novo pleito;
- VII - Determinar a data da posse, que não poderá exceder 30 (trinta) dias após o pleito.

**Art. 20º**

Poderão candidatar-se para os cargos da Diretoria Executiva do Conselho Fiscais, sócios fundadores e efetivos, pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos, que contarem com mais de 02 (dois) anos de efetiva e ininterrupta atuação na área de execução do serviço da rádio, e contribuição para com a entidade.

**Parágrafo Primeiro:** A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense deverá assegurar a todos os seus associados pessoas físicas em dia com as suas contribuições estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os Órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

**Parágrafo Primeiro:** A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense deverá assegurar o ingresso gratuitos como associados, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediada na área de execução do serviço conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

**Art. 21º**

Terão direito a voto os sócios fundadores e efetivos que contarem com mais de 06 (seis) meses de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

**Art. 22º**

Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria e simples votantes presentes à eleição.

**Parágrafo único**

Ocorrendo empate entre as chapas mais votadas, será realizada nova eleição no prazo de 15 (quinze) dias, a qual concorrerão as chapas empatadas.

**SEÇÃO IV.**

**DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 23º**

A Diretoria Executiva, eleita pela Assembleia Geral será composta por 07 (sete) membros que compreende:

- 1 - Diretor Presidente;
- 2 - Diretor Vice Presidente;



- 4 - Diretor Administrativo Adjunto;
- 5 - Diretor Financeiro;
- 6 - Diretor Financeiro adjunto;
- 7 - Diretor de Comunicação Social.

**Art. 24º**

Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um período de 04 (quatro) anos permitida a reeleição, observando o disposto do artigo 20º:

**Parágrafo Primeiro**

A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente cada 180 (cento e oitenta dias) e, extraordinariamente sempre que se fizer necessário ou, ainda por solicitação do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Segundo**

O "quorum" para a instalação da reunião será metade mais 01 (um) dos membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos.

**Parágrafo Terceiro**

Será lavrada a ata de cada reunião, em livro próprio na qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas a ata será assinada por todos os presentes.

**Art. 25º**

Compete a Diretoria Executiva, dentro dos limites da lei e deste estatuto, atendidas as recomendações ou decisões da Assembléia Geral.

I - Estabelecer normas orientar e controlar todas as atividades e serviços da associação da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

II - Analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos, orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimento além de acompanhar seus resultados;

III - Propor a Assembléia Geral o valor da contribuição mensal dos sócios e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;

IV - Contrair obrigações transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

V - Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembléia Geral;

VI - Indicar banco ou bancos na quais deverão ser feitos os depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;

VII- Deliberar sobre a demissão, admissão e punição de sócios;

VIII- Programar as operações e serviços da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

IX- Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações da assembléia Geral;

X- Criar instalar e coordenar órgãos de assessoramento necessários ao desenvolvimento da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense;

XI - Deliberar sobre convocação da Assembléia Geral;

XII - Apresentar a Assembléia Geral ordinária o relatório e as contas de sua gestão;

XIII - Estabelecer em instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas no caso de violação ou abuso cometido contra disposições da lei deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a sociedade, que vierem a ser expedidas de suas reuniões;





### **Parágrafo único**

As normas estabelecidas pela Diretoria Executiva serão baixadas formas de resoluções ou Instruções e constituição do regimento Interno da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense.

## **SEÇÃO V**

### **DA ADMINISTRAÇÃO**

#### **Art. 26º.**

Compete a Diretoria Executiva:

À administração da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias.

#### **Art. 27º**

Compete ao diretor presidente:

- I - Representar a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense ativa e passivamente em juízo ou fora dele;
- II - Convocar as assembleias e as reuniões ordinárias e extraordinárias presidindo esta e instalando aquelas;
- III - Assinar, com o diretor administrativo as propostas de novos sócios para o quadro social, atas de Assembléia;
- IV - Assinar juntamente com o diretor financeiro cheques e/ou documentações que envolvam responsabilidades financeiras;
- V - Abrir e fechar os termos dos livros usados pela Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense e rubrica-los;
- VI - Apresentar ao Conselho fiscal e a Assembléia Geral o relatório e balanço anual;
- VII - Realizar mediante aprovação da Diretoria Executiva a contratação de pessoal, empréstimos e outras obrigações pecuniárias;
- VIII - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno.

#### **Art. 28º**

Compete ao diretor Vice-Presidente:

- I - Assessorar presidente nos exercícios das funções;
- II - Substituir o diretor presidente em seus eventuais impedimentos;
- III - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

#### **Art. 29º**

Compete Ao Diretor Administrativo.

- I - Organizar o quadro social;
- II - Encarregar-se da documentação e informação, mantendo atualizada as correspondências e o arquivo da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense;
- III - Assinar com o diretor presidente: a correspondência e admissão de novos sócios atas de assembleias e livros de registro;
- IV - Secretariar e lavrar as atas das reuniões da Diretoria Executiva;
- V - Atualizar e manter sob sua guarda os livros de atas das reuniões da Diretoria Executiva e das reuniões Gerais;
- VI - Registrar e manter atualizados os cadastros dos sócios;
- VII - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

#### **Art. 30º**

Compete Ao Diretor Administrativo Adjunto:

- I - Assessorar o diretor administrativo;
- II - Substituir o diretor administrativo em seus eventuais impedimentos;
- III - Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;



**Art. 31º**

Compete ao diretor financeiro:

- I - Ter sob sua tutela os valores da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, bem como papéis e documentos financeiros;
- II - Assinar juntamente com o diretor presidente, cheques bancários e autorizações de despesas;
- III - Receber doações e subvenções;
- IV - Emitir recibos e dar quitações conferir ou impugnar contas e cálculo da Rádio e Difusão Comunitária Interativa Jaruense, e a ela relativos;
- V - Proceder, ou mandar proceder, a escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- VI - Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias providenciárias e outras, devida ou da responsabilidade da Associação;
- VII - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

**Art. 32º**

Compete ao diretor Financeiro Adjunto:

- I - Assessorar o diretor financeiro;
- II - Substituir o diretor financeiro em seus eventuais impedimentos;
- III - Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;

**Art. 33º**

Compete ao diretor de Comunicação Social;

- I - Criar e presidir um conselho gestor de Comunicação Social, para auxiliá-lo em suas funções;
- II - Elaborar o planejamento de sua área, responsabilizando-se por sua implantação e acompanhamento, após Aprovação da Diretoria Executiva;
- III - Coordenar os eventos da associação e a programação dos veículos de comunicação de sons e imagem que estejam sobre responsabilidade;
- IV - Orientar as atividades de jornalismo, zelando pelo cumprimento dos objetos institucionais e legais, bem como a preservação da postura ética exigida pela Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense;
- V - Desenvolver e aperfeiçoar a comunicação inteirando e propondo novas concepções normas procedimentos na Associação de Rádio e Difusão Comunitária Jaruense, e entre seus sócios;
- VI - Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

**SEÇÃO VI.**

**DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 34º.**

À administração da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense será fiscalizada por um conselho Fiscal constituído por 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral que elegeu a Diretoria Executiva para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Único.**

Não pode fazer parte deste conselho Fiscal além dos sócios não enumerados no artigo 4º. (quarto) deste estatuto, os parentes dos membros da diretoria Executiva até o 2º (segundo) grau, conjugues e afins.





**Art. 35º**

Conselho fiscal reunir-se-á, com a participação de, pelo menos 03 (três) membros, ordinariamente a cada 04 (quatro) meses e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação de maioria de seus membros, ou por solicitação dos membros da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, por razões formalizadas junto de quaisquer de seus membros.

**Parágrafo Primeiro**

Em sua primeira reunião escolherá, entre os seus membros efetivos, um coordenador, incumbido de convocar e dirigir os trabalhos destas e um secretário.

**Parágrafo Segundo**

As reuniões poderão ser convocadas, ainda por qualquer de seus membros, por solicitação da Diretoria Executiva ou da Assembléia Geral.

**Parágrafo Terceiro**

Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos pelo secretário e, na ausência deste também, pelo membro efetivo remanescente.

**Parágrafo Quarto**

As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio, que, após sua leitura, deverá ser assinada por todos membros presentes.

**Art. 36º**

Ocorrendo 02 (duas) ou mais vagas no Conselho Fiscal, os restantes de seus membros deverão convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento destas vagas.

**Art. 37º**

Compete ao Conselho Fiscal cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias e as seguintes atribuições:

- I - Examinar os balancetes mensais e o respectivo balanço, bem como opinar sobre elas para Assembléia Geral convocada para apreciações e aprovação das contas anuais;
- II - Fiscalizar os atos de Diretoria Executiva e dos membros do Conselho Gestor de Comunicação Social, verificando os cumprimentos de seus deveres legais e estatutários;
- III - Opinar sobre as transações e operações que importem em alteração do patrimônio imobiliário da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense;
- IV - Opinar, quando solicitados, sobre as propostas da Diretoria Executiva a serem submetidos a apreciação da Assembléia Geral;
- V - Acompanhar o cumprimento da política financeira e de recursos humanos estabelecidos pela Diretoria Executiva;
- VI - Averiguar se existem reclamações de sócios quanto às atividades desenvolvidas pela Associação;
- VII - Dar conhecimento a Diretoria Executiva das conclusões de seus trabalhos, denunciando, a esta a Assembléia Geral as irregularidades constatadas;

**Parágrafo único:**

Para exames e verificação dos livros, contas e documentos necessários aos cumprimentos de suas atribuições, o conselho fiscal deverá requisitar a Diretoria Executiva, por escrito, informando dia e hora para à averiguação.



## SEÇÃO VII

### DO CONSELHO GESTOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

Art. 38º

Conselho Gestor de comunicação social será composto por coordenadores nomeados e presididos pela Diretoria de Comunicação, e pela diretoria Executiva, o qual será composto dos seguintes departamentos:

- 1-Educação;
- 2 - Cultura;
- 3 - Direito e Cidadania;
- 4 - Promoção Social;
- 5 - Meio Ambiente;
- 6 - Esportes;
- 7 - Imprensa;
- 8 - Radiodifusão;
- 9 - propaganda de Marketing;
- 10 - Eventos;
- 11- Feiras de Congresso;
- 12- Relações Trabalhistas;
- 13- Relações cooperativistas;
- 14- Relações Empresariais;
- 15- Defesa do Consumidor.

#### **Parágrafo Primeiro**

Todos os componentes deste Conselho deverão ser sócios da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, e estar quites com suas obrigações sociais.

#### **Parágrafo Segundo**

Conselho gestor de Comunicação social servirá como instrumento regulador e incentivador da manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, bem como servirá de divulgador dos pensamentos e objetivos da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, e da padronização de todas comunidades comunitárias.

#### **Parágrafo Terceiro**

Competirá ao conselho gestor de Comunicação social promover e divulgar diversões, entretenimentos, espetáculos públicos, seminários, informações e notícias, buscando as finalidades educativas profissionalizantes artísticas e culturais, bem como promover a cultura local, regional e nacional.

## SEÇÃO VIII.

### DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 39º

O conselho comunitário será composto por membros de entidades representativas da comunidade local, tais como:

Das entidades associadas;

Moradores;

Associações de classes;

Beneméritos;

Filantrópicas;

Assistenciais;

Religiosas, e/ou outras de caráter comunitário, desde que legalmente constituída,



**Parágrafo Único:**

Cada entidade indicará um único representante para o conselho comunitário.

**Art. 40º**

Compete ao conselho comunitário as seguintes atribuições:

I - Acompanhar a programação do veículo de comunicação comunitária que a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, mantenha, objetivando atender exclusivamente os interesses da comunidade, os quais deverão dar preferência as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativa em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - Promover as atividades artísticas, educativas culturais, informativas e jornalísticas da comunidade e da integração das culturas: local regional e nacional;

III - Fazer respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - Não discriminação racial, religiosa, política-ideológica-partidária, preferências sexuais e condição social nas relações comunitárias.

**Art. 41º**

O conselho comunitário reunir-se-á com a participação de no mínimo 05 (cinco) membros, ordinariamente a cada 04 (quatro) meses, e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação da maioria de seus membros, por solicitação do presidente do conselho Gestor de comunicação social ou pela Diretoria Executiva da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, por razões formalizadas junto à quaisquer de seus membros.

**Art. 42º**

O conselho comunitário elegerá, em sua primeira reunião ordinária, dentre seus membros, um coordenador e um secretário, para presidir e secretariar suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

**Art. 43º**

Os sócios não poderão exercer cumulativamente cargos na Diretoria Executiva, conselho Fiscal e conselho comunitário.

**Art. 44º**

As reuniões do conselho Comunitário, bem como suas opiniões, constarão de atas lavradas em livro próprio que deverá ser assinado por todos os membros presentes.

**CAPÍTULO V**

**DO PATRIMÔNIO E DAS RENDAS**

**Art. 45º**

Constitui patrimônio da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, os bens móveis e imóveis que venha a adquirir por qualquer forma de direito.

**Art. 46º**

São rendas as subvenções, donativos, contribuições, legados, proventos de atividades e eventos, ou outros valores que venham a ser registrados e contabilizados pela Associação Cidadã, originados por qualquer ato lícito de direito.



## CAPÍTULO VI.

### DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 47º

Exercício social terá duração de 01 (um) ano, sempre terminando nos dias 31 de Março de cada ano.

Art. 48º

Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na escrituração contábil da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, um balanço Patrimonial, e Demonstração de Resultados do Exercício e um Demonstrativo das origens e Aplicações de Recursos.

**Parágrafo Único:**

Findo o exercício financeiro, não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.

## CAPÍTULO VII

### DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE

Art. 49º

A dissolução da entidade bem como a destinação de seu patrimônio, somente poderá ser decidida em Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, cuja instalação dependerá do quorum de 2/3 (dois terços) dos associados quites presentes em assembleias convocada especialmente para este fim.

Art. 50º

A Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense também poderá ser extinta por determinação legal.

Art. 51º

No caso de extinção, caberá a Assembléia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação, nomeando um liquidante e o Conselho Fiscal que deva atuar durante o período de liquidação.

Art. 52º

Se dissolvida a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, o seu patrimônio reverterá em prol de outra Associação congênere, devidamente registrada e com objetivos afins, indicada pela Assembléia Geral Dissolutória, sendo, porém, obrigatoriamente destinado a Associação sediada no Município.

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53º.

Eventuais alterações ao presente estatuto no todo ou em parte, poderão ser procedidos, através de assembleia Geral convocada especialmente para este fim, com 2/3 (dois terços) dos associados quites e presentes na referida assembleia.

Art. 54º.

Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos neste Estatuto.

Art. 55º.

As emendas estatutárias entrarão em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral e registro em cartório da Comarca.





Art. 56º

As questões e os casos omissos deste estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, de acordo com a Lei vigente no país e com os princípios gerais de direito.

Art. 57º

Fica eleito o Foro da Comarca de Jaru, para serem resolvidas todas as questões de interpretação deste estatuto.

Jaru-RO, 03 de Outubro de 2.014.

  
DIRETOR-PRESIDENTE

  
DIRETOR-ADMINISTRATIVO

  
DIRETOR-FINANCEIRO

  
ADVOGADO

Indiano Pedrosa Gonçalves  
ADVOGADO  
OAB/RO - 3486

**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização - D8AAP22088-66B33, D8AAP22089-1D4D6, D8AAP22090-22A34.  
Confira validade em [www.tiro.lus.br/consultaselo/](http://www.tiro.lus.br/consultaselo/)

Reconheço por semelhança as assinaturas de JUSCIMAR TELEX, ANTONIO MARTINS DE SOUZA e FRANCISCO CARDOSO FERREIRA. Dou Fé.  
2014. FGBTQS6L-1343582-87  
Jaru-RO, 17 de outubro de 2014 - 15:03:49h.

Gessica Andrade de Cristo Teófilo - Escrevente Autorizada  
Emolumentos : R\$6,88 Fuju : R\$1,17, Selo: R\$2,43, Total = R\$9,48

**OFÍCIO ÚNICO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.**  
Heraldo Bomfim Soares Elitson d'Oliveira Jakeliny G. Vieira  
OFICIAL OFICIAL SUBSTITUTO ESCRIVENTE AUTORIZADA  
AV. RIO BRANCO, 2010 - CENTRO - FONE: (69) 3521-1211 - JARU/RO

Selo Digital de Fiscalização - D7AAA50833-7FD83.  
Confira validade em [www.tiro.lus.br/consultaselo/](http://www.tiro.lus.br/consultaselo/)

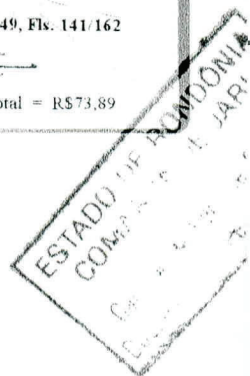
Protocolo nº 0011059 Data: 20/10/2014  
Registra 0000562/Av-07 Data: 20/10/2014 - Livro A-049, Fls. 141/162  
Jaru-RO, 20 de outubro de 2014.  
Heraldo Bomfim Soares - Oficial  
Emolumentos: R\$60,90, Fuju: R\$12,18, Selo: R\$0,81, Total = R\$73,89

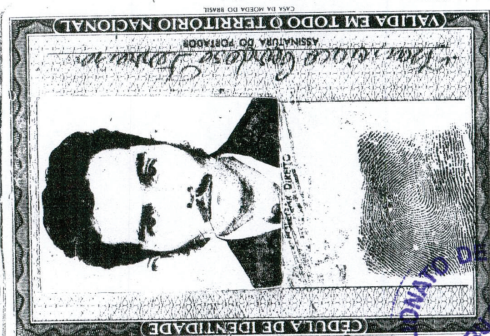
**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com  
José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização - D8AAP22139-6477B.  
Confira validade em [www.tiro.lus.br/consultaselo/](http://www.tiro.lus.br/consultaselo/)

Reconheço por semelhança a assinatura de INDIANO PEDROSO GONÇALVES. Dou Fé.  
2014. FBOKZ86-827479-93  
Jaru-RO, 17 de outubro de 2014 - 17:03:47h.

Gessica Andrade de Cristo Teófilo - Escrevente Autorizada  
Emolumentos : R\$1,96 Fuju : R\$0,39 Selo: R\$0,81, Total = R\$3,16





**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabellionatonotasjaru@globomail.com  
TABELIÃO José de Almeida Rocha

**Selo Digital de Fiscalização - D8AAS26090-10554 -**  
Confira validade em [www.tiro.jus.br/consultaselo/](http://www.tiro.jus.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0027\*. Jaru-RO, 09 de fevereiro de 2015 - 10:33:14h.

Miriam Ferreira da Silva  
Escritor Autorizada

Emolumentos: R\$2,09. Fuju: R\$0,42. Selo: R\$0,86. Total = R\$3,37



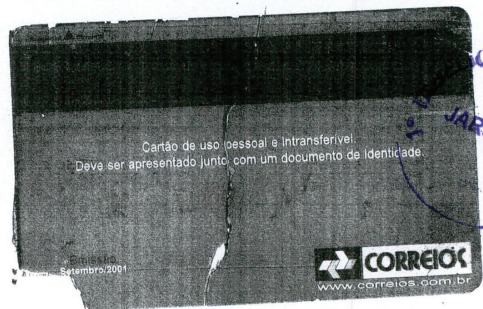
**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabellionatonotasjaru@globomail.com  
TABELIÃO José de Almeida Rocha

**Selo Digital de Fiscalização - D8AAS26091-0F3DF -**  
Confira validade em [www.tiro.jus.br/consultaselo/](http://www.tiro.jus.br/consultaselo/)

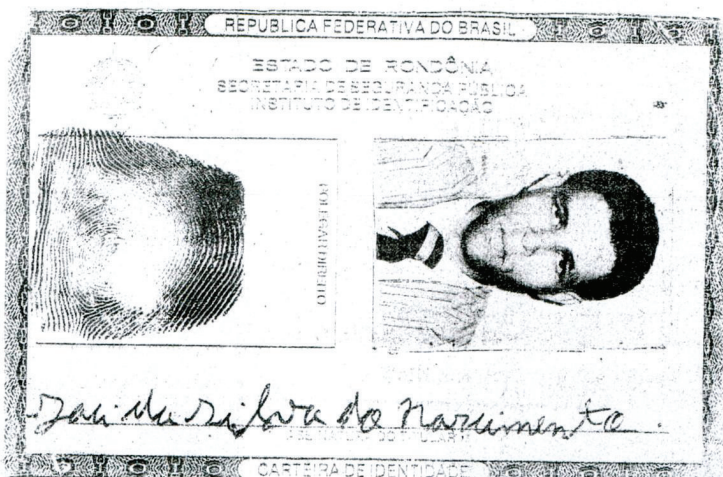
Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0027\*. Jaru-RO, 09 de fevereiro de 2015 - 10:33:20h.

Miriam Ferreira da Silva  
Escritor Autorizada

Emolumentos: R\$2,09. Fuju: R\$0,42. Selo: R\$0,86. Total = R\$3,37







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 536.254 DATA DE EXPEDIÇÃO 28.12.1993

NOME JACI DA SILVA DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO Dimas Rodrigues do Nascimento  
Lenir Felix da Silva do Nascimento

NATURALIDADE Jaru -RO DATA DE NASCIMENTO 08.04.1974

DOC ORIGEM Nasc.1747/Liv.A-3/Fls.150/Exp.Ja-  
ru-RO 22.01.86

CPF

ASSINATURA

LEI

**1º TABELIONATO DE NOTAS**

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAS28926-C3054 - -  
Confira validade em: [www.tiro.ius.br/consultaselo/](http://www.tiro.ius.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0014\*. Jaru-RO, 20 de fevereiro de 2015 - 09:23:29h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrivente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09 - Faju: R\$0,42 - Selo: R\$0,86 Total = R\$3,37



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura  
Jaci da Silva do Nascimento

JACI DA SILVA DO NASCIMENTO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 06/10/99

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
JACI DA SILVA DO NASCIMENTO

Nº de inscrição  
564762642-49

Data do Nascimento  
08/04/74

Assinatura

**1º TABELIONATO DE NOTAS**

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAS28927-531DE - -  
Confira validade em: [www.tiro.ius.br/consultaselo/](http://www.tiro.ius.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0014\*. Jaru-RO, 20 de fevereiro de 2015 - 09:23:33h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrivente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09 - Faju: R\$0,42 - Selo: R\$0,86 Total = R\$3,37





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ENGRAÇA DA COSTA FRANCISCO

IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

JOÃO DA SILVA CARDOSO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AMERICAN BANK NOTE LTD.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000994544 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/11/2005

NOME JOÃO DA SILVA CARDOSO

FILIAÇÃO ANTONIO DA SILVA CARDOSO

EVA CIRINO CARDOSO

NATURALIDADE MUCURICI-ES DATA DE NASCIMENTO 13/10/1977

DOC. ORIGEM Cert. Casamento nº 9.397 Livro 5-39 Folha 097

CPF 675.706.662-91 Dt Exp 12/12/2005

PIS/PASEP

Pedro Roberto Gemignani Mancuso  
ASSINADO EM JARU-RO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

AMERICAN BANK NOTE LTD.

**1º TABELIONATO DE NOTAS**

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAS28932-1C231 -

Confira validade em [www.tiro.ius.br/consultase/o/](http://www.tiro.ius.br/consultase/o/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0014\*. Jaru-RO, 20 de fevereiro de 2015 - 09:23:44h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrivente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09. Fuij: R\$0,42. Selo: R\$0,86. Total = R\$3,37

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

JOÃO DA SILVA CARDOSO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/03/99

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome JOAO DA SILVA CARDOSO

Nº de Inscrição 675706662-91

Data do Nascimento 13/10/77

**1º TABELIONATO DE NOTAS**

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

José de Almeida Rocha  
TABELIÃO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAS28933-E07A4 -

Confira validade em [www.tiro.ius.br/consultase/o/](http://www.tiro.ius.br/consultase/o/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou fé. \*0014\*. Jaru-RO, 20 de fevereiro de 2015 - 09:23:47h.

Géssica Andrade de Cristo Teófilo  
Escrivente Autorizada

Emolumentos: R\$2,09. Fuij: R\$0,42. Selo: R\$0,86. Total = R\$3,37



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, sob pena de sanção prevista na legislação vigente.

Assinatura: *Edgar Monteiro Lima*

EDGAR MONTEIRO LIMA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/02/97

COPIA COLORIDA

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
EDGAR MONTEIRO LIMA

Nº de Inscrição  
631972002-68

Data do Nascimento  
05/09/79

COPIA COLORIDA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 565.900

EXPIRAÇÃO 14.11.1994

NOME EDGAR MONTEIRO LIMA

FILIAÇÃO Edirson Souza Lima

Pracilda Monteiro Lima

NA JARU - RO 05.09.1979

C.Nasc. 7.625/FIs. 57v9/Lv. A-09

Exp. Jarú - RO, 20.07.81

COPIA COLORIDA

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

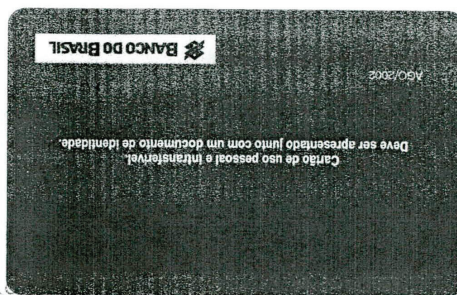
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

COPIA COLORIDA

Edgar Monteiro Lima

COPIA COLORIDA







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

28.11.1977-3 11/AGU/1977

ANTONIO MARTINS DE SOUZA

LUIZ ARAGÃO DE SOUZA

E MARIA MARTINS DE SOUZA

ROSANA - SP 14/11/1977

REGISTRO SAMPALCO-SP

ROSANA

CHTL-62 / FLB. 270 / H. 001276

154534667-3

154534667-3

154534667-3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

2-870-1

ANTONIO MARTINS DE SOUZA

14/11/1977

154534667-3

154534667-3

154534667-3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

CPT - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

ANTONIO MARTINS DE SOUZA

154534667-3

14/11/77

154534667-3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emissão em 12/11/83



REGISTRO GERAL 327.359  
 NOME CIRILO PEREIRA RODRIGUES  
 FILIAÇÃO Arnaldo Pereira Rodrigues  
 Irmã Zila Chioyete Rodrigues  
 NATURALIDADE Astorga-PR  
 DOB ORIGIN. Cert. Nasc. nº 9888/Fls 80/Lv 9-A/exp. er  
 Santa Fé-PR/28/08/1.969.  
 CPF 325428442.91  
 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/08/1.969  
 LOCAL DE NASCIMENTO  
 Assinatura do Titular  
 Wl. Maria Madalena Dias da Silva  
 Assinatura do Registrante  
 Wl. Maria Madalena Dias da Silva

50  
 REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 ESTADO DE RONDÔNIA  
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
 POLEGAR DIREITO  
 Assinatura do Titular  
 Assinatura do Registrante  
 CARTEIRA DE IDENTIDADE





20.3. a) Declaração

Eu, JUCIMAR TELEK, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA INTERATIVA JARUENSE, declaro para os devidos fins que:

- a emissora encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Jarú-RO, 03 de janeiro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
JUCIMAR TELEK  
Representante legal  
CPF: 312.671.062-04



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS  
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO DE RADIO E DIFUSAO COMUNIT. INTERATIVA JARUENSE  
**CNPJ:** 02.795.569/0001-16

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:59:39 do dia 18/08/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/09/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 02.795.569/0001-16 <b>MATRIZ</b>		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	
		<b>DATA DE ABERTURA</b> 23/07/1998	
<b>NOME EMPRESARIAL</b> ASSOCIACAO DE RADIO E DIFUSAO COMUNITARIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> RADIO INTERATIVA			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> Não informada			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
<b>LOGRADOURO</b> R JOAO BATISTA		<b>NÚMERO</b> 2891	<b>COMPLEMENTO</b>
<b>CEP</b> 78.940-000	<b>BARRIO/DISTRITO</b> CENTRO	<b>MUNICÍPIO</b> JARU	<b>UF</b> RO
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 28/10/2005	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 14/02/2013 às 12:41:03 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Página: 1/1

RE

51

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**



Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 014554/2013-83  
SEAP/SC  
01/04/2013-16:51

A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA INTERATIVA JARUENSE, inscrita no CNPJ sob o nº 02.795.569/0001-16, com sede na Rua João Batista, nº 2891 - Centro, na cidade de Jarú, Estado de Rondônia, CEP: 76.890-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 297 datada de 16/05/2001 e Decreto Legislativo nº 171 publicado no Diário Oficial da União datado de 27/05/2003, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Jarú-RO, 03 de janeiro de 2013,

  
JUCIMAR TELEK  
Representante legal  
CPF: 312.671.062-09

Nome do representante da entidade: JUCIMAR TELEK  
CPF: 312.671.062-09

SENK  
13.1



**RELATORIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO D E RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE DE ACORDO COM AS NORMAS DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES REALIZADO NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2014, COM INÍCIO ÀS 08:00hs.**

Eu, **RONNIE QUADROS VIEIRA**, Presidente do Conselho Comunitária da Associação Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense - FM, juntamente com os demais conselheiros reunimos no dia 04 de Outubro de 2014 às 08:00hs na sua nova sede, sito na Avenida Brasil, 2195, Setor 01, cidade de Jarui, Estado de Rondônia, onde compareceram os membros do mesmo, Sendo escolhido o Sr. João Matias Vieira para secretariar a presente reunião tendo a presença do número de membros estipulado pelo estatuto para preparar o Relatório do Conselho Comunitário desta entidade do período de Outubro de 2014 a Outubro de 2015, onde decidimos discutir e avaliar a programação constado que a entidade vem prestando um serviço de utilidade publica no que se diz documentos perdidos, solicitação e vinculação de emprego, campanhas em favor da comunidade no tocante educação ambiental, campanhas de saúde, solicitação de doação de sangue através do hemocentro, campanhas de conscientização no transito juntamente com os órgãos do mesmo, campanhas de ajuda aos menos favorecidos, incentivo as agroindústrias recém criadas, ato este que da incentivo ao consumidor final, órgão acompanhante da matéria a Secretária de Agricultura Municipal, programa educativo ao produtor rural produzido pelo Conselho da Comunidade, Campanha de orientação do INSS através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, informativo através da Rádio Câmara, entre elas vinhetas de consciência a saúde, e Ambiental, como as informações do congresso nacional via internet, mesmo como a voz do Brasil que é obrigatoriamente por Lei. Não deixando de promover a cultural regional a musica, Ruas de Lazer, amostras de músicas, festivais de músicas, vários eventos no âmbito ambiental com parceria da ONG. EPA, cantores regionais, palestrantes, onde leva os perigos das drogas aos jovens da roça e da cidade com a participação direta da Polícia Militar através do PROERD, programas voltados diretamente para as crianças, Festas culturais em parceria com a APAE, torneios de futebol com parceria da Prefeitura Municipal, Jornal Interativo dentre outros. Quanto a programação da emissora foi observado e aprovado pelos conselheiros a nova grade de programação, a qual vai em anexo a esta ata. Foi solicitado ao Diretor Geral da Associação Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense que fosse corrigido o programa da Voz da Comunidade, apresentado pelo Sr. Francisco Berto do Conselho da Comunidade, dando a ele um suporte técnico para aprimorar a sua programação, tocar uma pouco mais de músicas tradicionais e ficando determinado ainda que não toquem músicas com letras escandalosas. Em atenção a este Conselho o Diretor disse que irá tomar as suas devidas providencia em relação ao assunto. Solicitado também a Diretoria da Emissora que não houvesse mais entrevistas no Horário de noticiário da emissora sem que fosse direcionando as entrevistas para análise do conteúdo dos programas para fins de direito de resposta ao denunciado mesmo que estivessem sendo gravado o programa. Lembrado que na lei 9.612/98 e bem claro que não pode ser feito citações de preço mesmo por telefone desta forma lembramos a direção executiva desta emissora que poderá causa um grande prejuízo a esta Organização. No entanto as demais programações desta emissora esta de boa qualidade.

Este Conselho se coloca a disposição de todos locutores e da Diretoria para cada vez mais sermos útil e fazermos de verdade uma rádio comunitária como sempre foi a Rádio de Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense e que todos tenham conhecimento dos assuntos debatidos em pauta.

  
Ronnie Quadros Vieira  
Coordenador

# 1º TABELIONATO DE NOTAS

Av. Rio Branco, 1988 - Centro - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO  
Fone: (69) 3521-2742 - e-mail: tabelionatonotasjaru@globomail.com

Jose de Almeida Rocha  
TABELIAO

Selo Digital de Fiscalização -D8AAP23002-A2559-

Confira validade em [www.tjro.ius.br/consultaselo/](http://www.tjro.ius.br/consultaselo/)

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. Dou  
fé. \*0019\* Jaru-RO, 21 de outubro de 2014 - 17:00:23h.

Gessica Andrade de Cristo Teófilo

Escrevente Autorizada

Emolumentos: R\$1,97 Eulu: R\$0,39 Selo: R\$0,81 Total = R\$3,17



Lista de Presença dos Membros do Conselho

João Matias Lima  
Silvia R. Olivetti Rodrigues  
Art. Gomes Junior  
Luciana S. Oliveira  
Renilda da Silva Gomes  
Lidia de Castro Garcia  
Wellington Almeida Souza

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

**DESPACHO**Processo nº: **53900.067655/2015-75**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Jarú, Estado de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 07/12/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0857765** e o código CRC **9F166B1C**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Serviço de Acompanhamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

**NOTA INFORMATIVA Nº 3422/2019/SEI-MCTIC**Nº do Processo: **01250.048180/2019-40.**Documentos de Referência: **Requerimento nº 807, de 2019 e Memorando nº 11228/2019/MCTIC.**Interessado: **Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT / Senado Federal.**Assunto: **INFORMAÇÕES SOBRE PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A Assessoria de Assuntos Parlamentares, por meio do Memorando nº 11228/2019/MCTIC (4654545), encaminhou à Secretaria de Radiodifusão, e posteriormente a este Departamento, o Requerimento nº 807 (4654540), de 2019, oriundo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, por meio do qual solicitou informações e documentos referentes à Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, outorgada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jarú, estado de Rondônia.

2. O prazo para resposta é até o dia 9/10/2019, de acordo com o E-mail 4694324.

---

**INFORMAÇÕES**

3. Primeiramente, o Requerimento nº 807, de 2019, solicita o seguinte:

- comprovação ou declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida;
- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;
- cópia do estatuto social atualizado e da ata de eleição da diretoria em exercício;
- cópia do comprovante de nacionalidade e de maioria dos dirigentes;
- relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;
- o atestado de inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.

3. Sobre o assunto, informa-se que:

3.1 Por meio da Portaria nº 78/2016/SEI-MC, de 1º de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12/2/2016, renovou-se a outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, na localidade de Jarú, estado de Rondônia.

3.2 Naquela época, a diretoria em exercício havia sido eleita em 19/2/2015 para o mandato até 3/10/2018 (fls. 1 a 5 do Anexo 4703184) e não possuía impedimentos que inviabilizassem o deferimento da renovação da outorga, como vínculo, por exemplo.

3.3 Além disso, informa-se que na Nota Técnica nº 18573/2015/SEI-MC (fls. 6 a 9 do Anexo 4703184), de 31/12/2015, que sugeriu a renovação da outorga, estão listados todos os documentos instrutórios do processo, em atendimento ao disposto no Parecer nº 475/2015/SEI-MC (fls. 10 a 18 do Anexo 4703184), de 19/6/2015, vigente à época, a saber:

I) Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada: fl. 46 do Anexo 4703184;

II) Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação: fl. 43 do Anexo 4703184;

III) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel: fl. 44 do Anexo 4703184;

IV) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual: fl. 45 do Anexo 4703184;

V) Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998: fls. 19 a 35 do Anexo 4703184;

VI) Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas: fls. 1 a 5 do Anexo 4703184;

VII) Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes: fls. 36 a 42 do Anexo 4703184;

VIII) Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora: fls. 47 a 49 do Anexo 4703184; e

IX) Relatório de apuração de infrações: fl. 50 do Anexo 4703184.



3.4 Assim, uma vez que o processo estava instruído nos termos da legislação vigente, os autos foram remetidos à apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada da Consultoria Jurídica deste Órgão, nos termos do mencionado Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

3.5 Ato contínuo, o então Senhor Ministro de Estado das Comunicações (atual Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) assinou a mencionada Portaria nº 78, de 2016. Ressalta-se que, como foram observadas **todas** as formalidades legais à época da expedição, a Portaria é um ato jurídico perfeito. Assim, ausente qualquer indício de ilegalidade, os autos não devem ser objeto de nova análise de documentos, sob pena de fragilizar o princípio da segurança jurídica, norteador de todo o ordenamento jurídico brasileiro.

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, encaminhem-se os autos à área responsável, para que possa retransmitir cópia desta Nota Informativa ao Interessado.

5. Sugere-se, ainda, o **envio do documento anexo**, juntamente com a resposta.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico-Administrativo**, em 04/10/2019, às 09:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2019, às 14:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 08/10/2019, às 14:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 08/10/2019, às 20:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4703192** e o código CRC **168E091F**.

## Minutas e Anexos

Anexo (4703184).

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Serviço de Acompanhamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

**NOTA INFORMATIVA Nº 801/2020/SEI-MCTIC**Processo: **01250.048180/2019-40.**Documento de Referência: **Requerimento nº 807, de 2019 e Memorando nº 11228/2019/MCTIC.**Interessado: **Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT / Senado Federal.**Assunto: **INFORMAÇÕES SOBRE PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A Assessoria de Assuntos Parlamentares, por meio do Memorando nº 11228/2019/MCTIC (4654545), encaminhou à Secretaria de Radiodifusão, e posteriormente a este Departamento, o Requerimento nº 807 (4654540), de 2019, oriundo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, por meio do qual solicitou informações e documentos referentes à Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, outorgada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jarú, estado de Rondônia
2. O novo prazo para resposta é até o dia 03/3/2020, de acordo com o Despacho SERAD\_APOIO 5215199.

---

**INFORMAÇÕES**

3. Reitera-se os termos da Nota Informativa nº 3422/2019/SEI-MCTIC (4703192), que esclarece:
4. Primeiramente, o Requerimento nº 807, de 2019, solicita o seguinte:
  - comprovação ou declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida;
  - confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;
  - cópia do estatuto social atualizado e da ata de eleição da diretoria em exercício;
  - cópia do comprovante de nacionalidade e de maioria dos dirigentes;
  - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;



- o atestado de inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.

5. Sobre o assunto, informa-se que:

5.1 Por meio da Portaria nº 78/2016/SEI-MC, de 1º de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12/2/2016, renovou-se a outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense, na localidade de Jarui, estado de Rondônia.

5.2 Naquela época, a diretoria em exercício havia sido eleita em 19/2/2015 para o mandato até 3/10/2018 (fls. 1 a 5 do Anexo 4703184) e não possuía impedimentos que inviabilizassem o deferimento da renovação da outorga, como vínculo, por exemplo.

5.3 Além disso, informa-se que na Nota Técnica nº 18573/2015/SEI-MC (fls. 6 a 9 do Anexo 4703184), de 31/12/2015, que sugeriu a renovação da outorga, estão listados todos os documentos instrutórios do processo, em atendimento ao disposto no Parecer nº 475/2015/SEI-MC (fls. 10 a 18 do Anexo 4703184), de 19/6/2015, vigente à época, a saber:

I) Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada: fl. 46 do Anexo 4703184;

II) Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação: fl. 43 do Anexo 4703184;

III) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel: fl. 44 do Anexo 4703184;

IV) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual: fl. 45 do Anexo 4703184;

V) Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998: fls. 19 a 35 do Anexo 4703184;

VI) Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas: fls. 1 a 5 do Anexo 4703184;

VII) Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes: fls. 36 a 42 do Anexo 4703184;

VIII) Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora: fls. 47 a 49 do Anexo 4703184; e

IX) Relatório de apuração de infrações: fl. 50 do Anexo 4703184.

5.4 Assim, uma vez que o processo estava instruído nos termos da legislação vigente, os autos foram remetidos à apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada da Consultoria Jurídica deste Órgão, nos termos do mencionado Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

5.5 Ato contínuo, o então Senhor Ministro de Estado das Comunicações (atual Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) assinou a mencionada Portaria nº 78, de 2016. Ressalta-se que, como foram observadas **todas** as formalidades legais à época da expedição, a Portaria é um ato jurídico perfeito. Assim, ausente qualquer indício de ilegalidade, os autos não devem ser objeto de nova análise de documentos, sob pena de fragilizar o princípio da segurança jurídica, norteador de todo o ordenamento jurídico brasileiro.

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, encaminhem-se os autos à área responsável, para que possa retransmitir cópia desta Nota Informativa ao Interessado.

5. Sugere-se, ainda, o **envio do documento anexo**, juntamente com a resposta.

À Consideração Superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista Técnico-Administrativo**, em 02/03/2020, às 14:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/03/2020, às 14:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 03/03/2020, às 18:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 03/03/2020, às 18:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5221623** e o código CRC **667110C9**.

Minutas e Anexos



Anexo (4703184).

---

**Referência:** Processo nº 01250.048180/2019-40

SEI nº 5221623

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria-Executiva

Gabinete da Secretaria-Executiva

Divisão de Documentação e Arquivo

**DESPACHO****Processo nº: 01250.048180/2019-40****Referência:****Interessado: COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT/SF.****Assunto: REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 807/2019.**

1. **Torna-se sem efeito o Despacho SEXEC\_DP (4726390).**
2. Trata-se do Requerimento de Informação nº 807/2019 (4654540), de autoria da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT/SF, por meio do qual requer informações sobre a renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jarú, Estado de Rondônia.
3. Instada a se manifestar, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD exarou a Nota Informativa nº 3422/2019/SEI-MCTIC (4703192), reiterada pela Nota Informativa 801/2020/SEI-MCTIC (5221623), em que afirma que, por ocasião da edição do ato de renovação de outorga, a diretoria da entidade Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense *não possuía impedimentos que inviabilizassem o deferimento da renovação da outorga, como vínculo, por exemplo.*
4. Adicionalmente, foi juntado o anexo SEI nº 4703184, que informa: a) endereço dos dirigentes da entidade (fls. 1-3); b) estatuto social vigente à época da edição do ato de renovação da outorga (fls. 19-35); c) ata de eleição da diretoria (fls. 1-3); d) documentos pessoais dos dirigentes (fls. 36-42); e e) informação sobre a inexistência de processos de apuração de infração em face da entidade (fl. 50)
5. Dessa forma, manifesto a minha concordância com as informações prestadas pela área técnica, em resposta ao Ofício nº 68/2020 (5205857).
6. Encaminhe-se à Assessoria de Assuntos Parlamentares - ASPAR para as demais providências.

**JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO**

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 22/03/2020, às 22:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5236339** e o código CRC **AB595FA4**.



**Minutas e Anexos**

1) Nota Informativa nº 3422/2019/SEI-MCTIC (4703192); Nota Informativa nº 801/2020/SEI-MCTIC (5221623); Anexo SEI nº 4703184.

---

**Referência:** Processo nº 01250.048180/2019-40

SEI nº 5236339

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA INFORMATIVA Nº 1062/2020/SEI-MCTIC**

Nº do Processo: **01250.048180/2019-40**

Documento de Referência: **Requerimento nº 807/2019 (4654540) e Memorando nº 11228/2019 (4654545)**

Interessado: **Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT / Senado Federal.**

Assunto: **INFORMAÇÕES SOBRE PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A Assessoria de Assuntos Parlamentares, por meio do Memorando nº 11228/2019/MCTIC (4654545), encaminhou à Secretaria de Radiodifusão, e posteriormente a este Departamento, o Requerimento nº 807 (4654540), de 2019, oriundo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, por meio do qual solicitou informações e documentos referentes à Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, outorgada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jarú, estado de Rondônia.

---

**INFORMAÇÕES**

2. Primeiramente, o Requerimento nº 807, de 2019, solicita o seguinte:

- comprovação ou declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida;

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;

- cópia do estatuto social atualizado e da ata de eleição da diretoria em exercício;

- cópia do comprovante de nacionalidade e de maioria dos dirigentes;

- relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

- o atestado de inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.

3. Sobre o assunto, informa-se que:



3.1. A verificação da inexistência de vínculos em entidades prestadoras de serviço de radiodifusão comunitária é realizada mediante a consulta a sítios públicos, como Tribunal Superior Eleitoral e Receita Federal do Brasil, além da conferência da documentação apresentada pela entidade. Outras espécies de vínculo que não podem ser observadas mediante conferência documental são apuradas, caso a caso, mediante ação de fiscalização ou em decorrência de denúncia.

3.2. No caso da Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, as verificações realizadas por este Ministério não apontaram a existência de vínculo, nos termos do art. 11 da Lei 9612, de 19/02/1998 e por meio do documento SEI 4703184, constata-se que todos os diretores residiam na localidade de Jarú/RO.

3.3 Além disso, informa-se que na Nota Técnica nº 18573/2015/SEI-MC (fls. 6 a 9 do Anexo 4703184), de 31/12/2015, que sugeriu a renovação da outorga, estão listados todos os documentos instrutórios do processo, em atendimento ao disposto no Parecer nº 475/2015/SEI-MC (fls. 10 a 18 do Anexo 4703184), de 19/6/2015, vigente à época, a saber:

I) Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada: fl. 46 do Anexo 4703184;

II) Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação: fl. 43 do Anexo 4703184;

III) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel: fl. 44 do Anexo 4703184;

IV) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual: fl. 45 do Anexo 4703184;

V) Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998: fls. 19 a 35 do Anexo 4703184;

VI) Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas: fls. 1 a 5 do Anexo 4703184;

VII) Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes: fls. 36 a 42 do Anexo 4703184;

VIII) Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora: fls. 47 a 49 do Anexo 4703184; e

IX) Relatório de apuração de infrações: fl. 50 do Anexo 4703184.

**CONCLUSÃO**

4. Com base nessas informações sugere-se a restituição do processo à área responsável, com os subsídios para a elaboração de resposta à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

À consideração superior.

Brasília, 20 de março de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 20/03/2020, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2020, às 15:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 20/03/2020, às 16:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 20/03/2020, às 16:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5304294** e o código CRC **410CD176**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Assessoria Especial de Assuntos Institucionais

Assessoria de Assuntos Parlamentares

**DESPACHO****Processo nº:** 01250.048180/2019-40.**Referência:** Ofício nº 68 (SF), de 20 de fevereiro de 2020.**Interessado:** Senado Federal - Primeira-Secretaria.**Assunto:** Requerimento de Informação nº 807/2019, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), do Senado Federal.**Destinatário:** Gabinete do Ministro - GM.

Trata-se do Requerimento de Informação nº 807/2019, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), do Senado Federal, por meio do qual requer informações acerca da renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jarú, Estado de Rondônia.

No que cabe a esta Assessoria de Assuntos Parlamentares, manifesto minha concordância com o Despacho DIDOC (5236339), em resposta ao Ofício nº 68 (SF), de 20 de fevereiro de 2020.

Encaminhe-se ao Gabinete do Ministro - GM para as demais providências.

**EDVALDO DIAS DA SILVA**

Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares

Brasília, 21 de março de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Edvaldo Dias da Silva, Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares**, em 23/03/2020, às 01:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5315483** e o código CRC **1ABC773**.

**Minutas e Anexos**

Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.048180/2019-40

SEI nº 5315483